

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA
MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Política Econômica – SPE

Ministério da Fazenda – MF



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014.

Brasília – 2014

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Identificação da UJ
- Quadro 2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ
- Quadro 3 - Objetivo fixado pelo PPA
- Quadro 4 - Ações de responsabilidade da UJ – OFSS
- Quadro 5 - Programação de Despesas
- Quadro 6 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
- Quadro 7 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total
- Quadro 8 - Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação - Créditos Originários
- Quadro 9 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total
- Quadro 10 - Despesas executadas diretamente pela UJ - Créditos Originários
- Quadro 11 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores
- Quadro 12 - Força de Trabalho da UJ
- Quadro 13 - Distribuição da Lotação Efetiva
- Quadro 14 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
- Quadro 15 - Deliberação do TCU atendida no exercício
- Quadro 16 - Deliberação do TCU atendida no exercício
- Quadro 17 - Deliberação do TCU atendida no exercício
- Quadro 18 - Deliberação do TCU atendida no exercício
- Quadro 19 - Deliberação do TCU atendida no exercício
- Quadro 20 - Deliberação do TCU não atendida no exercício
- Quadro 21 - Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Competências das subunidades estratégicas e seus responsáveis
- Tabela 3 - Projetos Estratégicos Corporativos executados pela SPE em 2014
- Tabela 4 - Resultados COAPA, COMAC e COGCR - Participação em eventos
- Tabela 5 - Resultados COAPA, COMAC e COGCR - pareceres, Notas, Ofícios
- Tabela 6 - Resultados COAPA, COMAC e COGCR - Votos
- Tabela 7 - Resultados - COAPA - Representações
- Tabela 8 - Resultados - COMAC - Representações
- Tabela 9 - Resultados - COGCR - Representações
- Tabela 10 - Resultados - COGME - Informativos
- Tabela 11 - Resultados - COGME - pareceres e notas técnicas
- Tabela 12 - Resultados - COGME - Participação em Eventos
- Tabela 13 - Resultados - COGPFT - Principais Produtos
- Tabela 14 - Resultados - COGPFT - Informativos
- Tabela 15 - Resultados - COGPFT - pareceres e notas técnicas
- Tabela 16 - Resultados - COGPFT - Participação em Eventos
- Tabela 17 - Resultados - COGSF - Principais produtos (por ação)
- Tabela 18 - Resultados - COGSF - Documentos Produzidos
- Tabela 19 - Resultados - COGAM – Principais produtos por ação
- Tabela 20 - Resultados - COGAM - Informativos

Tabela 21 - Resultados - COGAM - Participação em eventos
Tabela 22 - Resultados - COGAS - Informativos mensais
Tabela 23 - Resultados - COGAS - Informativos semanais
Tabela 24 - Resultados - COGAS – Outros produtos por ação
Tabela 25 - Resultados - COGAS - pareceres
Tabela 26 - Resultados - COGAS - Participação em Seminários
Tabela 27 - Resultados - COGSP - pareceres expedidos
Tabela 28 - Resultados – COGSP – notas técnicas expedidas
Tabela 29 - Resultados - COGPS - Principais produtos
Tabela 30 - Resultados - COGPS - pareceres emitidos
Tabela 31 - Resultados - COGPP - pareceres e Notas técnicas
Tabela 32 - Resultados - COGPP - Participação em Seminários, Congressos, Conferências, Fóruns e Palestras

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma SPE
Figura 2 - Organograma do macroprocesso de apoio
Figura 3 - Cadeia de Valor da SPE – Processos Finalísticos
Figura 4 - Organograma da Estrutura de Governança do MF
Figura 5 - Modelo de Gestão Integrada com Foco em Resultados do Ministério da Fazenda
Figura 6 - Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Resultados (principais produtos) por área:

- Anexo I – A: Resultados COAPA, COMAC e COGCR
- Anexo I – B: Resultados COGME
- Anexo I – C: Resultados COGPFT
- Anexo I – D: Resultados COGSF
- Anexo I – E: Resultados COGAM
- Anexo I – F: Resultados COGAS
- Anexo I – G: Resultados COGSP
- Anexo I – H: Resultados COGPS
- Anexo I – I: Resultados COGPP

LISTA DE SIGLAS

COAPA – Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária
COGAM – Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica
COGAS – Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial
COGCR – Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas
COGES – Coordenação de Gestão Corporativa
COGME – Coordenação-Geral de Modelagem Econômica

COGPF (COGPFT) – Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária
COGPP – Coordenação-Geral de Políticas Públicas
COGPS – Coordenação-Geral de Políticas Sociais
COGSF – Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros
COGSP – Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar
COMAC – Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas
MF – Ministério da Fazenda
PMIMF – Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda
SPE – Secretaria de Política Econômica
UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

- 0. INTRODUÇÃO**
- 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA**
 - 1.1. Identificação da unidade jurisdicionada
 - 1.2. Finalidade e competências institucionais
 - 1.3. Organograma funcional
 - 1.4. Macroprocessos finalísticos
- 2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA**
 - 2.1. Estrutura de Governança
 - 2.2. Sistema de Correição
 - 2.3. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos
- 3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**
 - 3.1. Canais de acesso do cidadão
 - 3.2. Carta de Serviços ao Cidadão
 - 3.3. Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços
 - 3.4. Acesso às informações da Secretaria
 - 3.5. Avaliação do desempenho da Secretaria
 - 3.6. Medidas relativas à acessibilidade
- 4. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS**
 - 4.1. Planejamento estratégico
 - 4.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
 - 4.3. Informações sobre indicadores de desempenho operacional
- 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
 - 5.1. Programação e execução das despesas
 - 5.2. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores
 - 5.3. Suprimento de Fundos
- 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**
 - 6.1. Estrutura de pessoal da unidade
- 7. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE**
 - 7.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU
 - 7.2. Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93
- 8. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**
 - 8.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
 - 8.2. Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas
 - 8.3. Conformidade Contábil
 - 8.4. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
- 9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, na Decisão Normativa TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013, e na Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, que especificam a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação e dispõem sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão, esta Secretaria de Política Econômica (SPE) apresenta seu Relatório de Gestão Individual referente ao exercício de 2014.

O Relatório identificará, inicialmente, a SPE, sua finalidade e competências institucionais, seu organograma, as atribuições de suas diferentes áreas e seus principais macroprocessos finalísticos, destacando como esses foram conduzidos no exercício e os resultados alcançados. Em seguida, analisará o Planejamento Estratégico e o Plano de Metas e de Ações executados pela Secretaria, seus processos de controle interno, seu desempenho orçamentário-financeiro, os dados situacionais dos seus recursos humanos e tecnológicos e os indicadores de gestão que permitem aferir a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua ação administrativa. Por fim, trará em seu Anexo I os principais produtos gerados pela SPE em 2014, complementando as informações apresentadas sobre a condução dos macroprocessos no exercício.

De acordo com o Quadro A1 do Anexo II da DN TCU nº 134, não se aplicam à SPE, enquanto unidade jurisdicionada da administração direta do Poder Executivo, os seguintes itens do mesmo Anexo:

- **2.2** Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna;
- **2.5** Demonstração da remuneração paga aos administradores;
- **4.1** Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada;
- **6.8** Gestão de precatórios;
- **12.5** Demonstrações contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6;
- **12.6** Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica;
- **12.7** Demonstração da composição acionária do capital social; e
- **12.8** Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Também não se aplicam ao presente Relatório de Gestão, pela natureza jurídica da SPE e pelas características de sua atuação, os seguintes itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134:

- Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental: no âmbito do Ministério da Fazenda, a SPE não tem competência para realizar licitações, nem tampouco a gestão de recursos renováveis, seguindo as diretrizes e práticas adotadas pelo Ministério.
- Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário: no âmbito do Ministério da Fazenda, a SPE não realiza a gestão de frota de veículos nem a gestão do patrimônio imobiliário, mas tão somente desfruta desses serviços prestados por outras unidades do Ministério.
- Gestão da Tecnologia da Informação (TI): não se aplica a esta unidade, pois o planejamento de TI segue orientação da unidade central (Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - COGTI/SPOA).

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA

1.1. Identificação da unidade jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 1929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Política Econômica			
Denominação Abreviada: SPE			
Código SIORG: 1987	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 170250/00001
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.460.0343-99
Principal Atividade: Atividade meio, no âmbito da administração pública federal. Atividades finalísticas da SPE: formulação, proposição, acompanhamento e coordenação da política econômica, observados os macro-objetivos do governo.			Código CNAE: 9999-9
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412-2321	(061) 3412-2322	(061) 3412-1793
Endereço Eletrônico: institucional.df.spe@fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.fazenda.gov.br/spe			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco P – sala 324 CEP: 70.048-902 Brasília – DF - Brasil			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U., de 17 de maio de 2011. Alterado pelo Decreto nº 7.696 de 06 de março de 2012, publicado no D.O.U., de 07 de março de 2012.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, Portaria MF nº 54, de 26 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U de 28 de fevereiro de 2014, seção 1, página 34.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170006/0001	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - MF		
170132/0001	Centro Regional de Treinamento da ESAF/SP		
170531/0001	Superintendência de Administração do MF/DF		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170006/0001	Gestão Tesouro Nacional		
170132/0001	Gestão Tesouro Nacional		
170531/0001	Gestão Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170250		0001	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		

1.2. Finalidade e competências institucionais

A SPE é um órgão específico singular do Ministério da Fazenda (MF) que se destina, de acordo com a sua missão institucional no exercício em questão, a formular propostas sustentáveis de política econômica, visando à distribuição de renda, à inclusão social e ao crescimento econômico do País, preservando-se o equilíbrio das contas públicas.

Segundo o seu Regimento Interno (artigo 1º), publicado pela portaria MF nº 54, de 26 de fevereiro de 2014, compete à SPE:

I - assessorar o Ministro de Estado da Fazenda na formulação, proposição, acompanhamento e coordenação da política econômica;

II - propor diretrizes de curto, médio e longo prazos para a política fiscal e acompanhar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a sua evolução, propondo mudanças de alinhamento à política macroeconômica, quando adequado;

III - elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, novas políticas e propostas de aperfeiçoamento de políticas públicas vigentes, visando ao equilíbrio fiscal, à eficiência econômica, ao crescimento da economia, ao desenvolvimento de longo prazo, ao emprego, à inclusão social e à melhoria da distribuição de renda;

IV - analisar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de aperfeiçoamento da legislação tributária e orçamentária e avaliar os seus impactos de longo prazo sobre a economia;

V - definir anualmente o conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração do Orçamento Geral da União;

VI - avaliar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de políticas relativas ao setor produtivo, incluindo políticas tributária, cambial, comercial, tarifária e de crédito, previdência complementar, seguros, níveis de emprego e renda;

VII - acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, em articulação com os demais órgãos envolvidos, e elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da economia, com foco na eficiência da administração pública e na qualidade dos impactos sobre a economia e a população;

VIII - contribuir, em articulação com os demais órgãos envolvidos, para o aperfeiçoamento e a regulação, expansão e ampliação do acesso ao crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional;

IX - formular e avaliar medidas para o desenvolvimento dos setores de previdência complementar, seguros e capitalização;

X - avaliar e propor medidas para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e exercer a função de Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais;

XI - propor alternativas e avaliar, em articulação com demais órgãos envolvidos, as políticas públicas para o sistema habitacional, visando ao aprimoramento dos mecanismos regulatórios, de concessão de crédito e financiamento e operacionais;

XII - propor, avaliar e acompanhar a formulação e a implementação de atos normativos e de instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola, agroindustrial, de microcrédito e cooperativas, especialmente no que diz respeito ao crédito, aos mecanismos de proteção da produção e de preços, à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado;

XIII - apreciar, nos seus aspectos econômicos, projetos de legislação ou regulamentação em sua área de atuação, emitindo pareceres técnicos;

- XIV - assessorar o Ministro de Estado, nos aspectos econômicos e financeiros, na política de relacionamento com organismos e entes internacionais de financiamento e de comércio;
- XV - assessorar o Ministro de Estado no Conselho Nacional de Seguros Privados e representar o Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (CNPc);
- XVI - participar da Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC) e assessorar o Ministro de Estado no Conselho Monetário Nacional (CMN);
- XVII - elaborar o demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- XVIII - apurar o valor efetivo anual, para subsidiar o relatório sobre as contas do Governo da República, e avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;
- XIX - elaborar anualmente o cálculo de benefícios financeiros e creditícios e encaminhar ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março de cada ano, para compor o relatório sobre as contas do Governo da República;
- XX - avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;
- XXI - acompanhar e analisar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e contribuir para a formulação de diretrizes voltadas à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social;
- XXII - desenvolver, em articulação com os demais órgãos envolvidos, atividades voltadas à apuração do custo de oportunidade dos recursos associados a diferentes alternativas de políticas públicas e contribuir para a formulação de diretrizes para promover o aumento da efetividade e a melhoria da qualidade dos gastos públicos; e
- XXIII - elaborar estudos sobre a composição e evolução dos gastos públicos e propor, em articulação com os demais órgãos envolvidos, reformas e políticas para melhorar a eficiência e a efetividade dos programas e ações governamentais.

1.3. Organograma funcional

A Secretaria está organizada em quatro temas finalísticos Políticas Macroeconômicas; Políticas Microeconômicas; Política Agrícola e Meio Ambiente; e Política Fiscal e Tributária. Para dar suporte às áreas finalísticas, conta também com um macroprocesso de Gestão Corporativa e um de Assessoria.

Os temas finalísticos estão vinculados a secretarias-adjuntas estruturadas com as respectivas coordenações-gerais, coordenações e, algumas, com divisões, de acordo com a necessidade, capilaridade e criticidade da política econômica a ser monitorada. No organograma abaixo, é demonstrada a estrutura da SPE até o nível das coordenações-gerais.

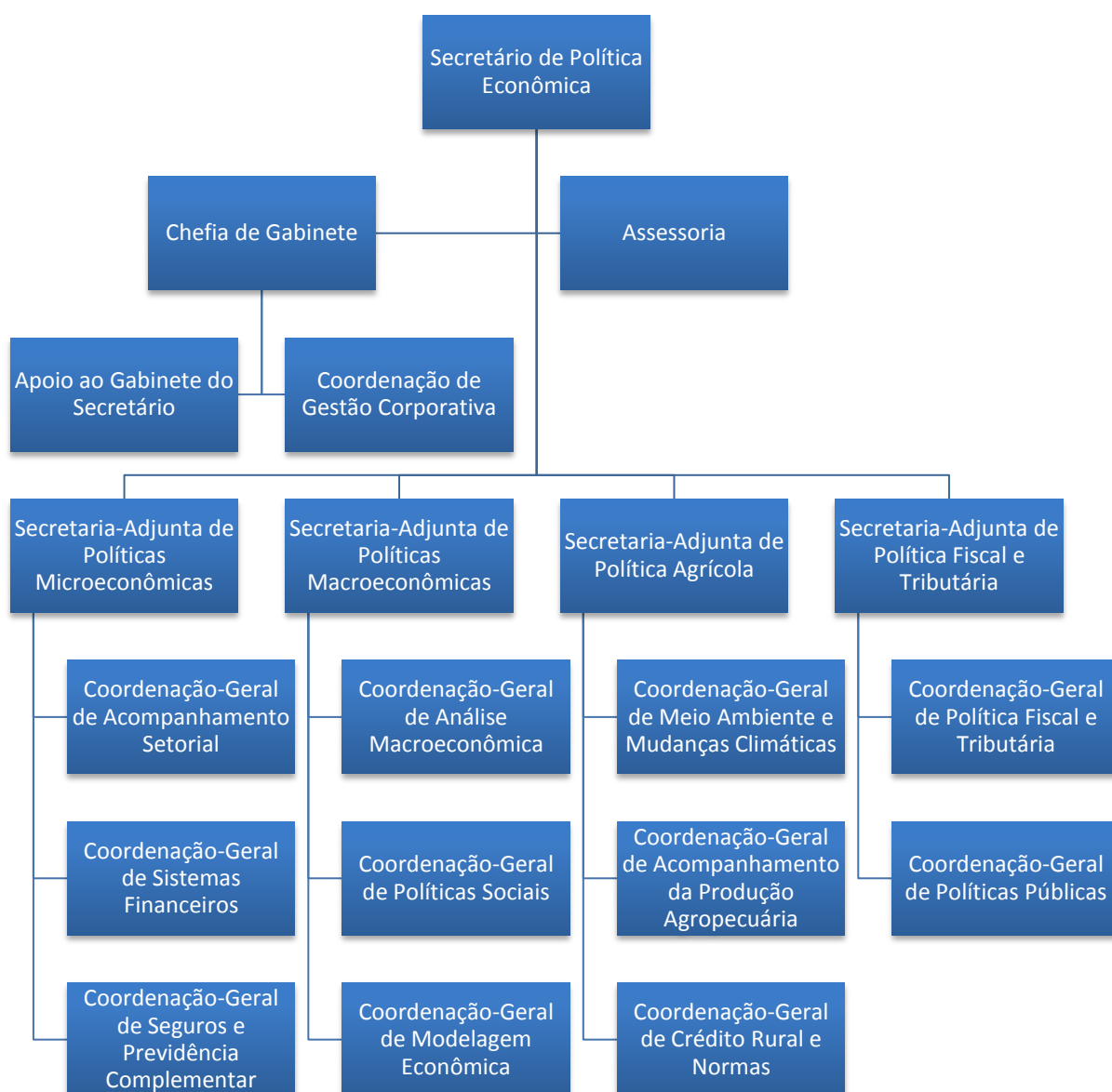


Figura 1 - Organograma SPE

A atividade meio está vinculado à Chefia de Gabinete e à Coordenação de Gestão Corporativa. Esta, por sua vez, está organizada em divisões de acordo com os temas de Gestão.

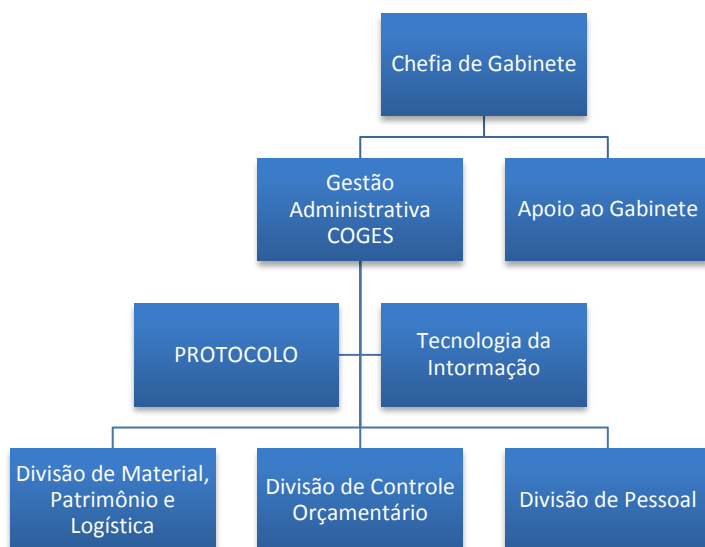


Figura 2 - Organograma do macroprocesso de apoio

Abaixo, serão apresentadas as principais competências das subunidades consideradas estratégicas, seus titulares responsáveis no exercício de 2014 e os respectivos períodos de atuação.

Tabela 1 - Competências das subunidades estratégicas e seus responsáveis

Subunidade estratégica: Secretaria-Adjunta de Políticas Microeconômicas			
Titular responsável:	Matheus de Carvalho Leme Cavallari	Período de atuação:	A partir de 18/12/2013
<p>O objetivo da Secretaria-Adjunta de Políticas Microeconômicas é contribuir para o desenho de políticas econômicas que possibilitem o desenvolvimento e a estabilidade econômica, por meio da identificação de fragilidades do mercado interno e do crescimento setorial no médio e longo prazo. Com isso, esta Secretaria Adjunta empreende o acompanhamento das atuações do mercado de crédito, das indústrias, das empresas de seguro e de Previdência Complementar, entre outros temas.</p> <p>Muitos programas desenvolvidos no Governo Federal contam com o apoio dessa Secretaria-Adjunta, tais como o Plano Brasil Maior, que objetiva estimular a produção, o investimento, a inovação e as exportações, bem como defender a indústria e o mercado interno.</p>			
Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial - COGAS		Coordenadora-Geral: Hébrida Verardo Moreira Fam	
Principais atividades:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Compras Públicas (CI-CP); 2. Acompanhamento conjuntural do desempenho dos setores industriais; 3. Acompanhamento de demandas de setores específicos; 4. Participação na elaboração do documento “Reformas Microeconômicas 2011-2014” produzido pela SPE; e 5. Representação do Ministério da Fazenda em fóruns, conselhos e comitês técnicos. 			
Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros - COGSF		Coordenador-Geral: Sérgio Jurandyr Machado	
Principais atividades:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento do mercado de títulos privados; 2. Aprimoramento do marco legal do mercado de crédito imobiliário; e 3. Medidas associadas ao mercado de crédito e de incentivo à concorrência bancária. 			
Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar - COGSP		Coordenador-Geral: Flávio Girão Guimarães	
Principais atividades:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Assessorar os representantes do Ministério da Fazenda na avaliação e votação das matérias submetidas à discussão no âmbito do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e Conselho Monetário Nacional (CMN); 2. Elaborar pareceres, notas técnicas, minutas de votos e estudos referentes a propostas de políticas públicas e de projetos de normativos para os setores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e fechada; 3. Formular propostas de políticas e medidas que visem resguardar a segurança, a liquidez e o desenvolvimento dos setores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e fechada; e 4. Acompanhar e avaliar o impacto econômico da adoção de medidas de políticas públicas e de normativos sobre o desempenho dos setores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e fechada. 			

Subunidade estratégica: Secretaria-Adjunta de Políticas Macroeconômicas			
Titular responsável:	Denísio Augusto Liberato Delfino	Período de atuação:	A partir de 18/06/2014
<p>A política macroeconômica refere-se ao conjunto de medidas adotadas pelo Governo visando afetar agregados econômicos, como crescimento da economia, inflação, taxa de desemprego, balanço de pagamentos e distribuição de renda. Para a formulação e tomada de decisões de política econômica, é fundamental a avaliação oportuna e consistente da evolução da economia e de diferentes estratégias e alternativas de política.</p> <p>Os principais objetivos da Secretaria-Adjunta de Políticas Macroeconômicas são acompanhar os desenvolvimentos recentes da economia, bem como elaborar e avaliar estratégias para o crescimento sustentado da economia, com pleno emprego, estabilidade dos preços, melhor distribuição de renda e inclusão social.</p> <p>O acompanhamento e análise do comportamento das variáveis econômicas e a construção de cenários macroeconômicos pela Secretaria-Adjunta permitem que o Governo explore sistematicamente as possíveis consequências das opções estratégicas. Para esse fim, a Secretaria-Adjunta desenvolve modelos macroeconômicos e análises internas, as quais tomam a forma de relatórios, estudos, pareceres, apresentações e informativos.</p> <p>A Secretaria-Adjunta também participa da formulação de políticas sociais, juntamente com outras áreas do Governo Federal. Essa unidade acompanha e analisa o impacto das políticas sociais sobre os indicadores de pobreza e desigualdade e elabora propostas de reformas para melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade do gasto social federal e do seu financiamento.</p>			
Coordenação-Geral de Modelagem Econômica - COGME		Coordenador-Geral: Rogério de Faria Porto	
Principais atividades:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar as projeções da grade de parâmetros utilizada na elaboração do Orçamento Geral da União; 2. Acompanhar a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e gerar informativos; 3. Elaborar estudos e modelos econométricos; 4. Elaborar projeções de variáveis macroeconômicas; 5. Acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, em articulação com os demais órgãos envolvidos, e elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da economia, com foco na eficiência da administração pública e na qualidade dos impactos sobre a economia e a população; e 6. Assessorar outros órgãos da SPE e do Ministério da Fazenda. 			
Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica - COGAM		Coordenador-Geral: Jônathas Delduque Júnior	
Principais atividades:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Disseminação de informativos sobre o quadro macroeconômico; 2. Produção de Estudos Macroeconômicos; 3. Produção de Cenários Macroeconômicos; e 4. Aperfeiçoamento de Instrumentos de Análise dos Dados Econômicos. 			
Coordenação-Geral de Políticas Sociais - COGPS		Coordenador-Geral: Arnaldo Barbosa de Lima Júnior	
Principais atividades:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração da Grade de Parâmetros; 2. Disseminação de Informações sobre o Quadro Macroeconômico; 3. Elaboração do Anuário Estatístico; 4. Elaboração de Estudos Diversos; 5. Elaboração de pareceres Diversos e notas técnicas; 6. Medidas de Incentivo ao Crescimento Inclusivo e Sustentável; 7. Subcomitê de Assessoramento Técnico do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; 8. Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE; 9. Monitoramento Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento do III Programa Nacional de Direitos Humanos; 10. Conselho Deliberativo de Qualificação Profissional; 11. Participação na Elaboração e Revisão de Publicações de Organismos Internacionais e de Outros Órgãos Governamentais Federais; e 12. Participação em Discussões sobre Elaboração, Acompanhamento e Redesenho de Políticas Públicas. 			

Subunidade estratégica: Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente			
Titular responsável:	João Pinto Rabelo Júnior	Período de atuação:	A partir de 05/01/2012
<p>A Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente trata do planejamento, do financiamento e do seguro da produção, que constituem a base da política agrícola nacional, bem como do acompanhamento e formulação de políticas na área ambiental.</p>			

As equipes técnicas da Secretaria-Adjunta acompanham a produção doméstica e mundial e realizam estudos que subsidiam as ações do Governo no processo de garantias dos preços agrícolas, em conjunto com outros Ministérios. Além disso, dedica-se ao aprimoramento das políticas de crédito rural no que tange à composição de dívidas e à renegociação de operações como, por exemplo, de cafeicultores, orizicultores, suinocultores e agricultores familiares. Linhas emergenciais de crédito também são consideradas nos estudos da Secretaria-Adjunta. Eles envolvem custeio em favor de agricultores familiares com culturas afetadas por problemas climáticos e para a recuperação de lavouras de café. Temas de estudo incluem a comercialização de produtos agropecuários e a subvenção econômica para estocagem do etanol. Os técnicos da Secretaria-Adjunta atuam também na assessoria e no acompanhamento das reuniões do Conselho Monetário Nacional – CMN, provendo subsídios às decisões tomadas no âmbito agrícola.

O debate internacional na área ambiental também faz parte do rol de atividades da Secretaria-Adjunta. É o caso da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que, além de abordar questões climáticas, estabelece um conjunto de instrumentos para preparar a economia para demandas e padrões futuros de produção, e para apoiar projetos e estudos que suavizem a mudança climática.

Trata-se também do desenvolvimento de proposta de mercado de carbono, que funciona por meio da comercialização de certificados de emissão de gases de efeito estufa gerados. Na agenda de sustentabilidade, incluem-se, ainda, a formulação e o acompanhamento das seguintes políticas ambientais:

- Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM;
- Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado;
- Condicionantes ambientais para o crédito rural;
- Bolsa Verde – concessão de incentivo financeiro aos proprietários e posseiros;
- Pronaf Sustentável;
- Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA;
- Protocolo Verde; e
- Acordo TFCA – Tropical Forest Conservation Act.

Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agrícola - COAPA	Coordenadora: Mônica Avelar Antunes Netto
---	--

Principais atividades:

1. Análise de propostas encaminhadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) dos Preços Mínimos dos produtos constantes da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e elaboração de votos com as propostas para o Ministro submeter à aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN);
2. Elaboração de minuta de portaria interministerial, em conjunto com os ministérios setoriais envolvidos, estabelecendo os limites, as condições, os critérios e a forma do pagamento de subvenção a ser concedido, por meio de instrumentos de comercialização, aos produtores rurais e/ou suas cooperativas referentes aos produtos constantes da pauta da PGPM;
3. Elaboração de pareceres sobre projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes à área agrícola;
4. Representação da Secretaria de Política Econômica ou Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos à PGPM;
5. Análise e produção de documentos sobre o comportamento do mercado das commodities e dos produtos agropecuários de maior relevância para o Brasil e seus reflexos na economia;
6. Acompanhamento da evolução dos diversos indicadores de desempenho da agricultura, pecuária e agroindústria, envolvendo preços, produção, consumo e estoques, de modo a propor políticas públicas direcionadas ao setor; e
7. Elaboração de relatório mensal dos resultados do setor agropecuário, congregando informações divulgadas pela CONAB, IBGE, MAPA, ANFAVEA, CEPEA e dos índices de preços IPCA e IPCA-15, com enfoque na atividade agropecuária.

Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas - COGCR	Coordenador-Geral: Francisco Erismá Oliveira Albuquerque
--	---

Principais atividades:

1. Analisar e elaborar propostas de aprimoramento dos instrumentos das políticas de crédito e seguro rural;
2. Elaborar votos e resoluções ao CMN nos assuntos concernentes às políticas para o setor agropecuário;

<ol style="list-style-type: none"> 3. Articular com o MAPA, MDA e MPA, para definição e elaboração do plano agrícola e pecuário da agricultura empresarial e familiar e as condições das operações de crédito para a pesca e aquicultura; 4. Elaborar estudos, avaliações e notas técnicas sobre assuntos relacionados a crédito, seguro e endividamento rural; 5. Representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos a crédito e seguro rural; 6. Elaborar pareceres ou notas técnicas sobre projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes a crédito e seguro rural; 7. Discutir assuntos relacionados ao crédito e seguro rural em eventos nacionais e internacionais, de que participem organismos multilaterais e entidades internacionais, como representante do Ministério da Fazenda; 8. Acompanhar a evolução dos recursos disponibilizados e aplicados no crédito rural; e 9. Implementar medidas de mitigação do endividamento rural. 	
Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas - COMAC	Coordenador-Geral: Aloisio Lopes Pereira de Melo
Principais atividades:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise de demandas e formulação de propostas relativas a políticas de meio ambiente e mudanças climáticas; 2. Análise e elaboração de pareceres sobre projetos de lei, minutas de decreto e atos normativos; 3. Elaboração de cenários, avaliação de impactos econômicos e análise de experiência internacional de instrumentos econômicos para fins ambientais; 4. Diálogo e cooperação com órgãos governamentais federais e estaduais, setor privado, comunidade acadêmica e organizações da sociedade civil; e 5. Participação em instâncias de gestão de políticas públicas, debates e atividades de capacitação. 	

Subunidade estratégica: Secretaria-Adjunta de Política Fiscal e Tributária			
Titular responsável:	José Maria Arruda de Andrade	Período de atuação:	Entre 12/08/2013 e 29/12/2014
<p>A Secretaria-Adjunta de Política Fiscal e Tributária é responsável pela formulação, análise e avaliação de diretrizes de política fiscal e tributária, em consonância com a orientação estratégica da política econômica. Somam-se a essas atribuições a proposição e análise de políticas públicas que contribuam para aumentar a efetividade dos programas e ações governamentais.</p> <p>A Secretaria-Adjunta também monitora e analisa indicadores fiscais e de composição e evolução dos gastos públicos e receitas da União, com vistas a avaliar os impactos econômicos e financeiros, de curto, médio e longo prazos, da política fiscal. Além dos aspectos conjunturais, merecem registro as atividades de natureza estrutural, pertinentes à elaboração de estudos e pesquisas voltados ao aperfeiçoamento da política fiscal e, por conseguinte, à promoção da sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas.</p> <p>Destaque ainda para a elaboração do demonstrativo dos benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e o Relatório das Contas de Governo da República. Adicionalmente, a Secretaria-Adjunta de Política Fiscal e Tributária realiza a avaliação do impacto e efetividade dos programas do Governo Federal associados a essa modalidade de financiamento de políticas públicas.</p> <p>Com referência às atividades da área tributária, a Secretaria-Adjunta analisa a tributação global e setorial, com vistas a subsidiar a formulação de diretrizes de aperfeiçoamento do sistema tributário vigente, tendo como exemplo a desoneração tributária da folha de pagamentos. Trata-se, nesse contexto, de avaliar o sistema impositivo de tributos e as medidas que podem ser implantadas para aumentar a eficiência produtiva, melhorar o ambiente de negócios, fomentar a geração de emprego e renda e, em última instância, contribuir para a promoção do crescimento sustentado da economia.</p>			
Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária - COGPFT	Coordenador-Geral: Jeferson Luis Bittencourt		
Principais atividades:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Assessorar o Secretário em matérias ligadas à área fiscal e tributária; 2. Acompanhar e avaliar a política fiscal e tributária, contemplando os impactos econômicos e financeiros de curto e longo prazos e seu alinhamento com a política macroeconômica; 3. Acompanhar os resultados fiscais dos entes públicos com vistas à sustentabilidade das finanças públicas; 4. Elaborar estudos e avaliações visando ao aprimoramento do monitoramento da política fiscal e tributária, e de suas interações com o restante da política macroeconômica; 5. Elaborar propostas de aperfeiçoamento da política fiscal, em articulação com os demais órgãos envolvidos, 			

<p>com particular ênfase nos aspectos tributário e orçamentário, avaliando os seus impactos de longo prazo sobre a economia;</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Acompanhar e analisar os pleitos para a contratação de operações de crédito junto a organismos internacionais, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), para o monitoramento de seus impactos sobre as necessidades de financiamento do setor público; 7. Acompanhar e analisar os pleitos relativos ao Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS); 8. Elaborar o demonstrativo dos subsídios financeiros e creditícios implícitos no orçamento da União, bem como avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas constantes nos mesmos, em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União; 9. Desenvolver atividades voltadas à apuração do custo de oportunidade dos recursos associados a diferentes alternativas de políticas públicas e formular diretrizes para promover o aumento da efetividade e a melhoria da qualidade dos gastos públicos; 10. Elaborar pareceres a respeito de projetos de lei que possuam previsão de impactos econômicos e fiscais; e 11. Desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da Secretaria que lhe forem conferidas pelo Secretário. 	
Coordenação-Geral de Políticas Públicas - COGPP	Coordenadora-Geral: Marisa Socorro Dias Durães
<p>Principais atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de notas técnicas e pareceres; 2. Elaboração de estudos para subsidiar a formulação de diretrizes de Políticas Públicas; 3. Desenvolvimento de instrumentos técnicos para pautar a Política Fiscal Verde; 4. Formulação de diretrizes de políticas públicas, em consonância com a orientação estratégica da política econômica; 5. Monitoramento da desoneração da folha de pagamentos; 6. Avaliação dos impactos econômicos da desoneração tributária da folha de pagamentos; e 7. Desenvolvimento de metodologias de avaliação dos gastos públicos. 	

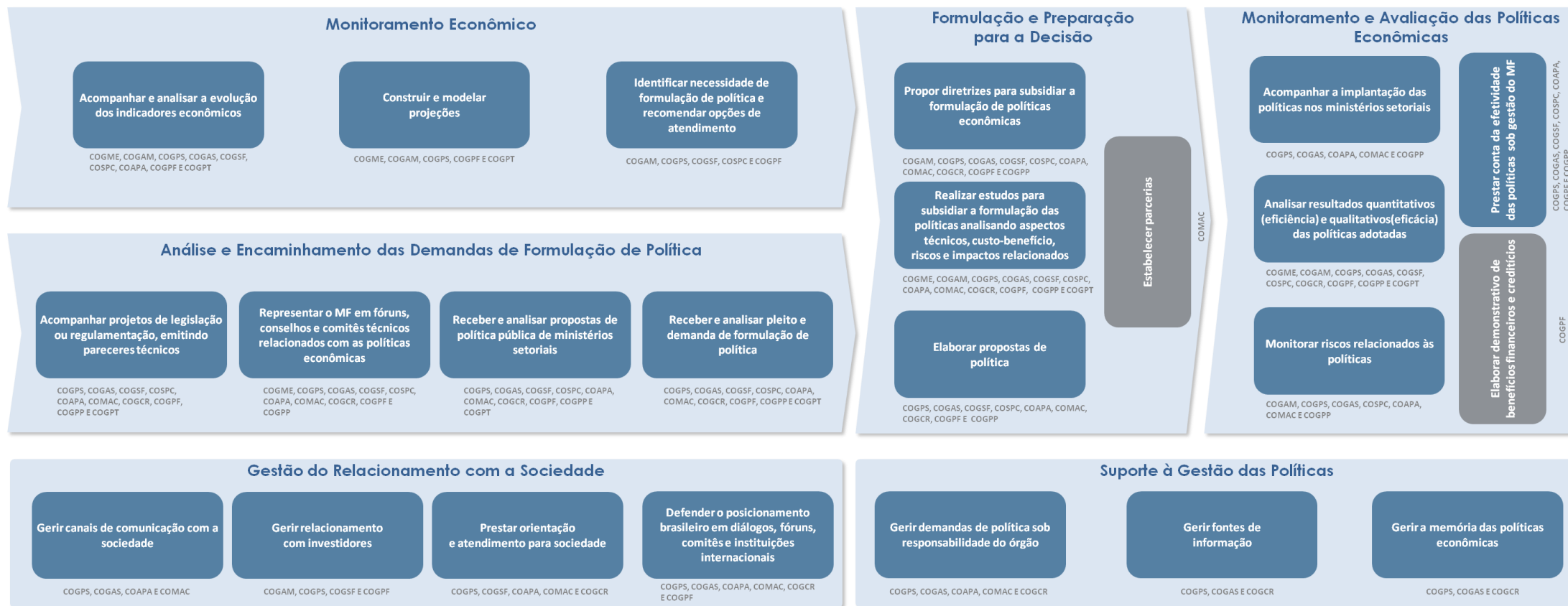
Subunidade estratégica: Assessoria			
Titular responsável:	Nelson Leitão Paes	Período de atuação:	A partir de 08/11/2012
<p>Principais atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de estudos sobre a desoneração tributária da folha de pagamentos; 2. Análise do impacto econômico-fiscal de políticas tributárias, postuladas em proposições legislativas, conforme demandas da Assessoria Parlamentar, do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva; 3. Elaboração de notas sobre a Arrecadação Tributária; 4. Desenvolvimento de instrumentos técnicos para pautar a Política Fiscal Verde; e 5. Participação no projeto Simplifying Tax System. 			

1.4. Macroprocessos finalísticos

Com base na Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Fazenda e no contexto do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF), a ser tratado no tópico 4.1 - Planejamento Estratégico, a SPE construiu a sua Cadeia de Valor, que consiste em uma representação gráfica do conjunto de processos corporativos (finalísticos e de gestão) inter-relacionados executados a fim de criar valor (produto/serviço) para as partes interessadas.

A figura na página seguinte corresponde à última versão da Cadeia de Valor da SPE e traz os processos finalísticos da Secretaria agrupados de acordo com macroprocessos, além de identificar as áreas que participam de cada um deles.

CADEIA DE VALOR DA SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA



Legenda:

COGME : Coordenação Geral de Modelagem Econômica.
COGAM: Coordenação Geral de Análise Macroeconômica.
COGPS: Coordenação Geral de Políticas Sociais.
COGAS: Coordenação Geral de Acompanhamento Setorial.
COGSF: Coordenação Geral de Sistemas Financeiros.
COSPC: Coordenação Geral de Seguros e Previdência Complementar.

COAPA: Coordenação Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária.
COMAC: Coordenação Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.
COGCR: Coordenação Geral de Crédito Rural e Normas.
COGPF: Coordenação Geral de Política Fiscal .
COGPP: Coordenação Geral de Políticas Públicas.
COGPT: Coordenação Geral de Política Tributária.

Figura 3 - Cadeia de Valor da SPE – Processos Finalísticos

A seguir, serão destacadas as principais informações sobre a condução dos macroprocessos considerados estratégicos no exercício de 2014, como os principais beneficiários e resultados alcançados, segundo a estrutura abaixo:

Macroprocesso: Monitoramento econômico

1. Acompanhamento e análise da evolução dos indicadores econômicos
2. Construção e modelagem de projeções
3. Identificação da necessidade de formulação de política

Macroprocesso: Análise e encaminhamento de demandas de formulação de política

1. Representação do Ministério da Fazenda em fóruns, conselhos e comitês técnicos

Macroprocesso: Formulação de Política Econômica

1. Estudos para subsidiar a formulação de política
2. Elaboração de propostas de política

Macroprocesso: Monitoramento e avaliação da Política Econômica

1. Acompanhamento da implantação de política
2. Análise de resultados quantitativos e qualitativos de política

Macroprocesso: Suporte à Gestão das Políticas

1. Gerir fontes de informação

Detalhes sobre os produtos de cada área estratégica constam no Anexo I deste Relatório, com os Informativos, pareceres, notas técnicas e participações em eventos de cada Coordenação-Geral da Secretaria.

MONITORAMENTO ECONÔMICO

1. ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS

Acompanhamento da evolução dos diversos indicadores de desempenho da agricultura, pecuária e agroindústria, envolvendo preços, produção, consumo e estoques, de modo a propor políticas públicas direcionadas ao setor

Objetivo geral: subsidiar a Política de Garantia de Preços Mínimos.

Objetivos específicos: propor políticas públicas ao setor agropecuário.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA).

Beneficiários: produtores rurais, suas cooperativas e agroindústrias.

Resultados alcançados: garantida a renda dos produtores rurais e suas cooperativas.

Informativo do PIB (Contas Nacionais Trimestrais)

Objetivo geral: elaborar informativos mensais e trimestrais do PIB com resultados customizados e previsões atualizadas mensalmente, assim como de seus principais componentes.

Objetivos específicos:

- a) **executar o processo**, gerando análises macroeconômicas, projeções, cenários simples, cenários de *stress* e cenários de choques do PIB e seus componentes na economia como um todo;
- b) **melhorar o processo**, aprimorando a qualidade as previsões dos componentes do setor de Serviços das Contas Nacionais.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Ministro da Economia, Secretário da SPE/MF e público cadastrado no *e-mail* institucional.

Resultados alcançados:

- a) **processo executado**, conforme Anexo I – B, com o detalhamento dos informativos produzidos pela COGME durante o ano, incluindo o Informativo do PIB;
- b) **processo melhorado**, com aprimoramento da qualidade das previsões dos componentes Aluguéis (replicando aproximadamente parte do modelo usado pelo IBGE) e Outros Serviços (utilizando resultados

da Pesquisa Mensal de Serviços – PMS, emulando o IBGE), além de melhoria na análise qualitativa do setor de Serviços usando os resultados de Transportes e Serviços de Informação da PMS.

Indicadores do nível de atividade (Indicadores Coincidentes da Atividade Econômica – Icae)

Objetivo geral: elaborar relatório semanal com tabelas-síntese de Indicadores Coincidentes da Atividade Econômica (Icae).

Objetivos específicos:

- a) **executar o processo**, apresentando semanalmente quadros sintéticos para monitoramento da evolução de indicadores e tendências na economia;
- b) **melhorar o processo**, organizando o armazenamento de metadados e respectivos dados, organizando a coleta diária de dados e automatizando a geração do relatório.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Secretário da SPE/MF e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.

Resultados alcançados:

- a) **processo executado**, conforme Anexo I – B, com o detalhamento dos informativos produzidos pela COGME durante o ano, incluindo os indicadores do nível de atividade;
- b) **processo melhorado**, por meio da organização e armazenamento de metadados e da automatização da geração do relatório usando o SGS SPE, além da organização e sistematização da coleta diária de dados, com clara redução de risco operacional e aumento da eficiência na produção dos relatórios.

Reunião de conjuntura econômica

Objetivo geral: disseminar as informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.

Objetivos específicos: apresentar as últimas informações sobre atividade econômica, cenários prospectivos, estudos divulgados recentemente e apontar a relevância dos acontecimentos recentes para o futuro próximo da economia brasileira. Defender as decisões de política econômica perante o questionamento de investidores, internos e externos, e de autoridades externas, representantes de outros países e de organismos multilaterais.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, investidores e representantes de outros países e de organismos multilaterais.

Resultados alcançados: **atividade executada**, com a participação de todos os servidores da COGME em diversas reuniões semanais e em reuniões periódicas com representantes de outros países e de organismos multilaterais, conforme Anexo I - B, com o detalhamento da participação da COGME em eventos durante o ano.

Informativo do IBC-Br (Indicador do Banco Central de Atividade Econômica)

Objetivo geral: apresentar mensalmente resultados customizados do Indicador do Banco Central de Atividade Econômica (IBC-Br).

Objetivos específicos:

- a) **criar processo** para apresentar mensalmente resultados customizados do IBC-Br;
- b) **executar processo** de apresentar informações e resultados gerados a partir da análise do resultado mensal do IBC-Br, associando-os ao nível de atividade mensal e PIB trimestral.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Secretário da SPE/MF, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e respectivos coordenadores-gerais.

Resultados alcançados:

- a) **processo criado** de forma quase automática para ser usado no SGS SPE (Sistema Gerenciados de Séries da SPE);
- b) **processo executado**, conforme Anexo I - B, com o detalhamento dos informativos produzidos pela COGME durante o ano, incluindo o Informativo do IBC-Br.

Sistema Gerenciador de Séries da SPE (SGS SPE)

Objetivo geral: desenvolver e implantar um Sistema Gerenciador de Séries para a SPE (SGS SPE)

Objetivos específicos: **desenvolver e implantar** um sistema computacional para gerenciamento de séries temporais relativas à atividade econômica, juntamente com *interface* que possibilite a inclusão de séries, dados, consulta e gerenciamento de metadados e dados, contribuindo para a eficiência e efetividade do

processo de coleta, tratamento, modelagem e disseminação de informações de atividade econômica. O SGS SPE é o ponto inicial da infraestrutura de um Sistema de Análise e Previsão Econômica para a SPE.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: COGME/SPE/MF.

Resultados alcançados: SGS SPE **desenvolvido e implantado** por meio de

- a) estruturação de uma base de dados e dicionário de dados que foram implantados em Sistema Gerenciador de Base de Dados (SGBD) MySQL da Oracle, ambiente gratuito e de código aberto (licença GPL);
- b) desenvolvimento da *interface* gráfica para usuário (GUI) desenvolvida em *Visual Basic Application*;
- c) desenvolvimento de *templates* em Microsoft Excel visando reduzir o impacto na rede da SPE e automação de processos, reduzindo risco operacional e aumentando a eficiência;
- d) desenvolvimento de *scripts* em SQL e R, para automatizar relatórios e modelos, com consequente redução de risco operacional e aumento da eficiência em diversos outros processos da COGME.

Reuniões de Conjuntura da SPE

Objetivo geral: apresentação, discussão, e elaboração de informe dos principais eventos semanais da conjuntura econômica com vistas ao monitoramento macroeconômico pelo Ministério da Fazenda.

Objetivos específicos: disseminação de informações fiscais de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Assessoria Especial do Ministro da Fazenda, Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: institucionalizadas informações e análises de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda (vide Anexo I – C, com o detalhamento dos produtos da COGPFT).

Assessoria na elaboração de textos, gráficos e tabelas para apresentações diversas do Ministério da Fazenda

Objetivo geral: divulgação dos principais aspectos da política fiscal brasileira pelo Ministério da Fazenda em fóruns diversos da sociedade.

Objetivos específicos: produção de slides para discursos e apresentações dos dirigentes do Ministério da Fazenda.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: audiência das palestras dos dirigentes do Ministério da Fazenda e sociedade em geral.

Resultados alcançados: realizadas apresentações diversas, conforme Anexo I – C, com o detalhamento dos produtos da COGPFT.

Elaboração da publicação “Economia Brasileira em Perspectiva” do Ministério da Fazenda

Objetivo geral: elaborar o caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”, uma publicação do Ministério da Fazenda voltada ao público em geral que visa consolidar e atualizar a evolução das principais variáveis macroeconômicas.

Objetivos específicos: elaboração dos textos, gráficos e tabelas relacionados à política fiscal.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: elaborado o caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”.

Atualização de Base de Dados referente à execução orçamentária

Objetivo geral: acompanhamento e monitoramento da despesa pública federal.

Objetivos específicos: banco de dados da execução orçamentário-financeira federal com os dados disponibilizados pelo SIAFI.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: SPE e Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: produzidos relatórios mensais de acompanhamento orçamentário-financeiro sinalizando o resultado primário acima de linha que será apresentado no final do mês.

Cálculo de benefícios creditícios e financeiros da União.

Objetivo geral: elaboração do demonstrativo e avaliação de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e para o Relatório sobre as Contas do Governo da República.

Objetivos específicos: elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros com valores realizados referentes aos exercícios de 2013 e 2014. A SPE/STN também calculou as estimativas dos benefícios para os anos de 2014 e 2015. Além disso, calculou-se o efeito das referidas estimativas diante da variação de um ponto percentual no custo de oportunidade do Tesouro Nacional.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Secretaria do Orçamento Federal (SOF), Tribunal de Contas da União (TCU) e público em geral.

Resultados alcançados: elaborado o Demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União com os valores realizados e estimados. O Plano avaliativo de programas subsidiados - PROEX será desenvolvido no exercício seguinte - PROEX. Avaliação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (Programa Crescer). Para mais informações, verificar o Anexo I – C, com o detalhamento dos produtos da COGPFT.

Projeto Estratégico Corporativo nº 33 - Uniformização e aprimoramento das metodologias de cálculo da carga tributária bruta e líquida anual.

Objetivo geral: A proposta envolve a criação de um grupo inter-secretarias, coordenado pela SPE, com o objetivo de, no médio prazo, tentar uniformizar a metodologia de estimação da carga tributária bruta e, além disso, produzir estimativas trimestrais e líquidas de transferências de assistência e previdência e subsídios (Taps).

Objetivos específicos: O plano de ação prevê que, a partir do projeto piloto realizado pela SPE, em parceria com o IPEA, a metodologia e as rotinas de estimativas sejam compartilhadas com os dois órgãos hoje responsáveis pela divulgação da carga tributária: RFB e IBGE. Ao nível interno do Ministério da Fazenda, a proposta inclui a institucionalização de uma parceria permanente entre a SPE e a RFB para efeitos de produção e divulgação das estimativas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Secretaria de Receita Federal, Secretaria de Política Econômica e Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: elaboradas notas técnicas nº 10.028, de 9 de julho de 2014, e nº 10.041, de 28 de julho de 2015, conforme Anexo I – C, com o detalhamento dos produtos da COGPFT.

Divulgação da carga tributária bruta e líquida anual.

Objetivo geral: Subsídios para a apuração da carga tributária bruta e divulgação da carga tributária líquida anual.

Objetivos específicos: Fornecer informações à SRFB para elaboração da carga tributária e elaboração e divulgação de demonstrativos contendo Transferências de Assistência e Previdência e Subsídios (Taps) e estimativas da Carga Tributária Líquida.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Secretaria de Receita Federal, Secretaria de Política Econômica e Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: elaborado o Memorando nº 10.070, de 27 de outubro de 2014, contendo subsídios para a apuração da Carga Tributária de 2013, e apresentada a Carga Tributária Líquida em 19 de dezembro de 2014, conforme Anexo I – c, com o detalhamento dos produtos da COGPFT.

Aperfeiçoamento e acompanhamento do Indicador de Resultado Fiscal Estrutural.

Objetivo geral: elaboração de estudos e indicadores sobre o Resultado Fiscal Estrutural.

Objetivos específicos: elaboração de textos, gráficos e tabelas relacionados aos resultados fiscais estruturais alcançados.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).
Beneficiários: Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda e amplo aspecto.
Resultados alcançados: publicado o Monitor de Política Fiscal sobre o Resultado Estrutural e apresentação do trabalho no Encontro de Política Fiscal, além de disponibilização no sítio da SPE, conforme Anexo I – c, com o detalhamento dos produtos da COGPFT.

Notas de Arrecadação Tributária

Objetivo geral: fornecer um panorama da arrecadação tributária.
Objetivos específicos: (i) apresentar de forma sucinta, resumida e direta os resultados de arrecadação mensal a partir do relatório com o resultado da arrecadação da RFB.
Subunidade responsável: Assessoria.
Beneficiários: Secretaria de Política Econômica.
Resultados alcançados: elaboradas e divulgadas as notas de arrecadação tributária.

Disseminação de informativos sobre o quadro macroeconômico

Objetivo geral: organizar informações de conhecimento público para ampliar o entendimento sobre a economia brasileira e internacional.
Objetivo específico: acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, a dinâmica inflacionária, o comportamento das contas externas, da atividade econômica interna e da economia internacional para produzir informativos e estudos tempestivos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.
Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM).
Beneficiários: Administração Pública e a sociedade em geral.
Resultados alcançados: subsidiadas as políticas públicas por informações tempestivas, seguras e claras, com a produção de mais de 900 informativos em 2014 (conforme Anexo I – e, com o detalhamento dos produtos da COGAM).

Produção de Estudos Macroeconômicos

Objetivo geral: apresentar conclusões sobre questões macroeconômicas específicas.
Objetivo específico: avaliar a exequibilidade das políticas econômicas assim como os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas. Apresentar explicações para diversos fenômenos econômicos baseando-se na teoria econômica ou em técnicas econométricas.
Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM).
Beneficiários: Ministério da Fazenda.
Resultados Alcançados: incrementado o conhecimento por parte do Ministério da Fazenda de fenômenos específicos do quadro macroeconômico, conforme detalhamento dos produtos da COGAM no Anexo I – e.

Participação na produção do Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”

Objetivo geral: elaboração completa das seções de Inflação, Setor Externo e Panorama Internacional para o caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*: Apoio à produção da totalidade da publicação final.
Objetivo específico: fornecer informações para os slides produzidos no caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*. Numa segunda etapa, revisar os slides.
Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM).
Beneficiários: Ministério da Fazenda.
Resultados alcançados: Elaborado o caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*: Seções de Inflação, Setor Externo e Panorama Internacional, com publicação em português e em inglês.

Assessoria à Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN-MF) em temas econômicos

Objetivo geral: assessorar a SAIN em temas macroeconômicos de forma a subsidiar os argumentos utilizados nos debates que ocorrem nos diversos fóruns internacionais.
Objetivo específico: subsidiar a SAIN com argumentação favorável aos objetivos brasileiros para ser utilizada em diversos fóruns internacionais de discussão e de decisão, bem como em análises acerca de relatórios de organismos multilaterais.
Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM).

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: realizada contribuição em diversos textos que subsidiaram a tomada de posição do Brasil sobre assuntos de interesse, entre eles: The G20 Framework for Strong, Sustainable and Balanced Growth; Missão do Artigo IV do FMI; e o Economic Outlook da OCDE.

Apoio à produção da Mensagem Presidencial

Objetivo geral: elaborar parte do documento Mensagem Presidencial.

Objetivo específico: elaborar o texto do Capítulo I.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM).

Beneficiários: Presidência da República.

Resultados alcançados: elaborado o Capítulo I.

Apoio à produção do Balanço Geral do PAC

Objetivo geral: elaborar do documento Balanço Geral do PAC, contendo informações à Sociedade sobre o andamento dos projetos de investimentos sociais e em infraestrutura do 2º Programa de Aceleração do Crescimento.

Objetivo específico: elaborar do capítulo Quadro Macroeconômico.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM).

Beneficiários: Comitê Gestor do PAC.

Resultados alcançados: elaborado o Capítulo Quadro Macroeconômico do 9º Balanço Geral do PAC.

Participação em Reuniões de Conjuntura

Objetivo geral: disseminar informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.

Objetivo específico: apresentar as últimas informações sobre inflação, política monetária, setor externo e economia internacional, discutir a relevância dos acontecimentos recentes para o futuro próximo da economia brasileira e alinhar as explicações acerca das decisões de política econômica tomadas pelo Governo brasileiro para as reuniões com o público externo (investidores, autoridades externas, representantes de outros países e de organismos multilaterais).

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM).

Beneficiários: Ministério da Fazenda e público em geral.

Resultados alcançados: produzidos resumos semanais de conjuntura contendo os principais dados divulgados ao longo da última semana sobre inflação, política monetária, setor externo e economia internacional e realizadas reuniões periódicas com investidores e representantes de outros países e de organismos multilaterais.

Acompanhamento e análise de indicadores dos setores industriais

Objetivo geral: acompanhar indicadores econômicos relativos a produção industrial, comércio exterior, comércio varejista, produtividade e investimentos dos setores industriais.

Objetivo específico: fornecer informação do desempenho dos setores industriais.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).

Beneficiários: Ministro da Fazenda e seus assessores, Secretário de Política Econômica e demais Secretários, equipe da Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: produzidos informativos mensais e semanais e Relatório de Acompanhamento dos setores industriais, conforme o Anexo I – f, que traz o detalhamento dos principais produtos da COGAS.

Acompanhamento de indicadores contábeis

Objetivo geral: acompanhar indicadores econômico-financeiros relativos às empresas listadas na Bovespa, agrupadas por setor;

Objetivo específico: fornecer informação do desempenho econômico-financeiro dos setores econômicos;

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).

Beneficiários: Ministro da Fazenda e seus assessores, Secretário de Política Econômica e demais Secretários, equipe da Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: elaborado Relatório com indicadores de liquidez, endividamento, rentabilidade e investimentos dos setores econômicos dos últimos 5 anos, conforme o detalhamento no Anexo I – f com os

principais produtos da COGAS.

Disseminação de Informativos sobre o Quadro Macroeconômico

Objetivo geral: acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, elaborando relatórios sobre a evolução da economia através de análises gráficas e quantitativas.

Objetivos específicos: acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, indicadores de bem-estar, desigualdade, emprego, renda e pobreza para produzir informativos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Sociais (COGPS).

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica, diretamente, e órgãos estatais e agentes privados nacionais, indiretamente.

Resultados alcançados: subsidiadas as políticas sociais por informações tempestivas, seguras e claras; mantidos importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas; produzidos vários informativos.

Elaboração do Anuário Estatístico

Objetivo geral: proceder ao levantamento dos principais dados do mercado de trabalho.

Objetivos específicos: consolidar as estatísticas do mercado de trabalho.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Sociais (COGPS).

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica, diretamente, e órgãos estatais e agentes privados nacionais, indiretamente.

Resultados alcançados: Atualizado mensalmente o Anuário no *site* da SPE.

2. CONSTRUÇÃO E MODELAGEM DE PROJEÇÕES

Informativo do IAE (Índice de Atividade Econômica elaborado pela SPE)

Objetivo geral: elaborar informativo mensal com resultados do Índice de Atividade Econômica da SPE (IAE SPE).

Objetivos específicos:

- a) **executar o processo** de encontrar uma estimativa da atividade econômica mensal, utilizando dados de atividade coincidentes;
- b) **melhorar o processo** por meio de avaliação de resultados e padronização dos códigos dos programas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Secretário da SPE/MF, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e respectivos coordenadores-gerais.

Resultados alcançados:

- a) **processo executado**, conforme Anexo I - b, com o detalhamento dos informativos da COGME produzidos durante o ano, incluindo o Informativo do IAE;
- b) **processo melhorado**, com avaliação de resultados de diferentes versões do *software* em diferentes máquinas e padronização dos códigos dos programas.

Informativo da estimativa da FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo)

Objetivo geral: elaborar informativo mensal com estimativa da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Objetivos específicos: **executar o processo** de encontrar uma estimativa da FBCF, utilizando dados de produção, importação e exportação de bens de capital, como indicadores antecedentes.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Secretário da SPE/MF e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.

Resultados alcançados:

- a) **processo executado**, conforme Anexo I – b, com o detalhamento dos informativos produzidos pela COGME durante o ano, incluindo o Informativo de estimativa da FBCF;
- b) **processo melhorado**, por meio de revisão (inesperada, a partir da detecção de erro) e melhoria das planilhas de cálculo da estimativa, visando redução de risco operacional.

Informativo da estimativa da PIM (Produção Industrial Mensal)

Objetivo geral: elaborar informativo mensal com previsão do índice de Produção Industrial para a indústria geral (PIM).

Objetivos específicos:

- a) **executar processo** de encontrar uma estimativa da PIM, utilizando dados de atividade antecedentes;
- b) **melhorar processo** por meio de ajuste de outro modelo em razão da revisão metodológica da PIM (de PIM 1.0 para PIM 2.0) e automatização da produção do informativo.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Secretário da SPE/MF e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.

Resultados alcançados:

- a) **processo executado** conforme Anexo I – b, com o detalhamento dos informativos produzidos pela COGME durante o ano, incluindo o Informativo de estimativa da PIM;
- b) **processo melhorado** por meio de ajuste de outro modelo em razão da revisão metodológica da PIM (de PIM 1.0 para PIM 2.0) e automatização da produção do informativo usando o SGS SPE.

Cenários macroeconômicos

Objetivo geral: apresentar os cenários mais prováveis para o crescimento da atividade econômica.

Objetivos específicos:

- a) **criar processo** de construção de cenários para o comportamento da atividade econômica e da inflação usando as hipóteses e as técnicas econométricas mais apropriadas;
- b) **executar processo** usando seus resultados efetivamente;
- c) **melhorar processo**, organizando bases de dados e programas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Secretário da SPE/MF e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.

Resultados alcançados:

- a) **processo criado** por meio do ajuste de um modelo estrutural de médio porte para a economia brasileira;
- b) **processo executado** conforme Anexo I – b, com o detalhamento dos informativos produzidos pela COGME durante o ano, incluindo Cenários macroeconômicos, e utilizado para a produção de outros estudos macroeconômicos;
- c) **processo melhorado** por meio da organização das bases de dados e dos programas utilizados.

Grade de parâmetros

Objetivo geral: elaborar a grade de parâmetros para o processo orçamentário.

Objetivos específicos: **executar processo** de gerar projeções, cenários simples, cenários de *stress* e cenários de choques de variáveis macroeconômicas exógenas (ou parcialmente controladas) sobre variáveis macroeconômicas relevantes.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Ocupantes de cargos selecionados da SPE, STN e RFB (todas do MF) e da SOF (do MPOG).

Resultados alcançados: **processo executado** conforme Anexo I – b, com o detalhamento dos informativos produzidos pela COGME durante o ano, incluindo Grade de parâmetros.

Política Fiscal Verde

Objetivo geral: conceber modelo para avaliação ex-ante do impacto econômico e ambiental de mudanças na política fiscal. O trabalho está sendo desenvolvido pela *Cambridge Econometrics*, a partir de convênio com a Embaixada Britânica. A primeira versão do modelo foi entregue em dezembro de 2014.

Objetivos específicos: ter uma ferramenta para simulação de impactos microeconômicos e ambientais de mudanças na tributação.

Subunidade responsável: Assessoria.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: elaboração de estudo em andamento.

Projeção

Objetivo geral: fornecer projeção oficial de inflação para a Grade de Parâmetros Macroeconômicos do Ministério da Fazenda para o processo orçamentário.

Objetivo específico: subsidiar a Coordenação-Geral de Modelagem Econômica com projeção da dinâmica inflacionária usada diretamente para a Grade de Parâmetros Macroeconômicos e indiretamente como insumo dos modelos de projeção da atividade econômica.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Macroeconômico (COGAM).

Beneficiários: Ministério da Fazenda e Coordenação-Geral de Modelagem Econômica.

Resultados Alcançados: realizadas as Projeções na Grade de Parâmetros Macroeconômicos.

Produção de cenários macroeconômicos

Objetivo geral: apresentar os cenários mais prováveis para a dinâmica inflacionária e para o comportamento das contas externas.

Objetivo específico: construir cenários para o comportamento da inflação.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM).

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados: elaborados cenários para inflação em 2014, em 2015 e em 2016 (conforme detalhamento no Anexo I – E).

Aperfeiçoamento de Instrumentos de Análise dos Dados Econômicos

Objetivo geral: aprimoramento de instrumentos para acompanhamento e análise de variáveis macroeconômicas.

Objetivo específico: desenvolver planilhas e apresentações PowerPoint.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM).

Beneficiários: Ministério da Fazenda e público em geral.

Resultados alcançados: elaboradas e otimizadas planilhas e apresentações, com redução significativa do tempo de processamento e de riscos operacionais, conforme o Anexo I – e, que traz o detalhamento dos produtos da COGAM.

Elaboração da Grade de Parâmetros

Objetivo geral: elaborar conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados no processo orçamentário, em particular, as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho.

Objetivos específicos: gerar projeções e cenários de indicadores econômicos, tais quais:

- a) População em Idade Ativa;
- b) População Economicamente Ativa;
- c) População não Economicamente Ativa;
- d) População Ocupada;
- e) População Ocupada Com Carteira;
- f) População Desocupada;
- g) Taxa de Atividade;
- h) Taxa de Desocupação; e
- i) Taxa de Formalização.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Sociais (COGPS).

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos que participam do processo orçamentário.

Resultados alcançados: elaborados quatro demonstrativos referentes à atualização trimestral das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros e ao aprimoramento do processo de estimação através de métodos econométricos e de análises de séries temporais por meio de pacotes estatísticos.

3. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICA

Análise e produção de documentos sobre o comportamento do mercado das commodities e dos produtos agropecuários de maior relevância para o Brasil e seus reflexos na economia

Objetivo geral: diagnosticar o comportamento do mercado agropecuário.

Objetivos específicos: propor políticas públicas a partir das necessidades levantadas na análise do mercado.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA).

Beneficiários: produtores rurais, suas cooperativas e agroindústrias.

Resultados alcançados: assegurada a garantia de renda aos produtores rurais e suas cooperativas.

Elaboração de pareceres sobre projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes à área agrícola

Objetivo geral: manifestar a posição da SPE.

Objetivos específicos: elaborar pareceres concordando, propondo o veto ou dando nova redação para os normativos.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA).

Beneficiários: produtores rurais, suas cooperativas e agroindústrias.

Resultados alcançados: publicadas normas de acordo com o posicionamento da SPE, conforme Anexo I – a, com o detalhamento dos produtos da Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente.

Análise de medidas de estímulo ao setor agropecuário

Objetivo geral: elaboradas propostas de medidas de apoio para o setor agropecuário.

Objetivos específicos: identificadas, analisadas e propostas medidas de apoio ao setor agropecuário.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas (COGCR).

Beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas.

Resultados alcançados: propostas medidas visando ao aumento da produtividade, às boas práticas agropecuárias, ao desenvolvimento sustentável e à capacidade de armazenamento, por meio de linhas de crédito rural e instrumentos de mitigação de risco da produção, conforme Anexo I – a, com o detalhamento dos produtos da Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente.

Análise de medidas de estímulo à cadeia de produtos de base florestal

Objetivo geral: promover a expansão da produção de madeira e produtos madeireiros em bases sustentáveis.

Objetivos específicos: identificar gargalos ao crescimento da oferta de madeira oriunda de manejo florestal sustentável e da produção da indústria de base florestal e elaborar propostas de medidas de política econômica visando sua superação.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC).

Beneficiários: empresas de extração de madeira (em especial concessionárias de manejo florestal sustentável em áreas da União), beneficiamento e processamento de produtos madeireiros.

Resultados alcançados: elaborados diagnóstico preliminar e mapeamento de possíveis medidas, com base na análise de documentos e propostas e no diálogo com órgãos setoriais e representantes do setor, conforme Anexo I – a, com o detalhamento dos produtos da Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente.

Análise de medidas para elevação da produtividade da bovinocultura de corte

Objetivo geral: promover ganhos de produtividade e aumento da produção de carne bovina.

Objetivos específicos: identificar aprimoramentos no crédito rural, assistência técnica e em outras políticas capazes de induzir ganhos de eficiência na bovinocultura de corte, incluindo a recuperação e melhoria da qualidade das pastagens, redução da idade de abate e melhora dos índices zootécnicos.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC).

Beneficiários: produtores rurais, consumidores e indústria de abate, processamento e exportação de carne bovina.

Resultados alcançados: identificadas, em conjunto com SAE/PR, MAPA, organizações setoriais e da sociedade civil, propostas preliminares para o aprimoramento do crédito rural e da assistência técnica.

Análise de medidas de estímulo à regularização ambiental dos produtores rurais

Objetivo geral: promover a adequação ambiental das propriedades rurais nos termos da Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal).

Objetivos específicos: fomentar a adesão ao Cadastro Ambiental Rural – CAR e ao Programa Ambiental Rural, mediante medidas previstas no art. 41 da Lei 12.651/2012 (incluindo medidas de compensação dos custos de regularização, como o pagamento por serviços ambientais, incentivos creditícios, tributários e de preços).

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC).

Beneficiários: produtores rurais e população em geral.

Resultados alcançados: elaborada análise preliminar da viabilidade dos instrumentos previstos no art. 41 e mapeamento de possíveis medidas, sendo necessário aprofundamento da análise para subsidiar tomada de decisão.

Análise de medidas de aprimoramento do Imposto Territorial Rural - ITR

Objetivo geral: promover ajustes no ITR, de forma a resgatar sua função original de promover o uso eficiente da terra.

Objetivos específicos: identificar gargalos no desenho e na operacionalização ITR e elaborar propostas de aprimoramento, considerando o Cadastro Ambiental Rural – CAR (instituído pela Lei 12.651/2012) e a integração de bases de dados e sistemas de informação.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC).

Beneficiários: empresas do setor agropecuário (insumos, beneficiamento, processamento, exportação) e população em geral.

Resultados alcançados: análise preliminar da situação atual do ITR, mapeamento de possíveis medidas de aprimoramento e estimativa do seu potencial de arrecadação (vide Anexo I – a, com o detalhamento dos produtos da Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente).

Participação em discussões sobre elaboração, acompanhamento e redesenho de políticas públicas

Objetivo geral: participar de fóruns e debates acerca de problemas socioeconômicos, bem como propor e analisar proposições de políticas públicas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Sociais (COGPS).

Beneficiários: Governo federal, sociedade.

Resultados alcançados: conforme Anexo I – H, que traz os principais produtos da COGPS.

ANÁLISE E ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS DE FORMULAÇÃO POLÍTICA

1. REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM FÓRUNS, CONSELHOS E COMITÊS TÉCNICOS

Representação da Secretaria de Política Econômica ou Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

Objetivo geral: representar a SPE ou o Ministério da Fazenda.

Objetivos específicos: acompanhar, propor medidas e manifestar a posição da SPE ou do MF nos diversos órgãos colegiados.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA).

Beneficiários: produtores rurais, suas cooperativas e agroindústrias.

Resultados alcançados: registrada a posição, conforme Anexo I – a, com o detalhamento dos produtos da Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente.

Representação da Secretaria de Política Econômica ou Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos à política de crédito rural

Objetivo geral: representar a SPE ou o MF.

Objetivos específicos: acompanhar, propor medidas e manifestar a posição da SPE ou do MF nos diversos órgãos colegiados.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas (COGCR).

Beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas.

Resultados alcançados: registrada a posição, conforme Anexo I – a, com o detalhamento dos produtos da Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente.

Assessorar a Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC/SPE/MF) com cenários macroeconômicos

Objetivo geral: assessorar a Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC), da

Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente na avaliação de modelos econômicos.

Objetivos específicos: subsidiar a COMAC com argumentação favorável aos objetivos do Ministério da Fazenda para ser utilizada nas reuniões do Comitê Técnico Consultivo (CTC) do Projeto de Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil. Trata-se de um projeto financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: COMAC/SPE/MF e CTC do Projeto de Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil.

Resultados alcançados: participação de dois servidores da COGME em quatro reuniões técnicas, conforme Anexo I – b, com o detalhamento da participação da COGME em eventos durante o ano.

Representação da SPE no Grupo Técnico da COFIEIX e no GTEC

Objetivo geral: representar a SPE no GTEC e na COFIEIX - Comissão de Financiamentos Externos.

Objetivos específicos: No âmbito do GTEC - (i) subsidiar, com análises técnicas, os membros titulares da COFIEIX, com relação aos pleitos de órgãos e entidades do setor público, interessados em obter, dos organismos internacionais, apoio financeiro (reembolsável ou não) para implementação de projetos; (ii) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos e financeiros de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos em que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais que resultem em assinatura de aditivo, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas, inclusão de novos componentes e reformulações dos projetos. No âmbito da COFIEIX - (i) identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e (ii) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos em que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões de metas e reformulações dos projetos ou programas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Governos Federal, estaduais e municipais.

Resultados alcançados: participação em 41 reuniões do GTEC Apresentação e 12 reuniões do GTEC Execução entre 15.01 e 15.12.2014, além de três reuniões da COFIEIX entre 25.04 e 17.12.2014, conforme Anexo I – c, com o detalhamento da participação da COGPFT em eventos durante o ano.

Representação do Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS

Objetivo geral: representar o Ministério da Fazenda no CNPS.

Objetivos específicos: (i) deliberar sobre política de previdência social; (ii) deliberar sobre a gestão do sistema previdenciário; e (iii) acompanhar as questões relativas à política e ao sistema previdenciário a fim de propor melhorias.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Governo Federal, entidades representativas de trabalhos, empresários e beneficiários do sistema de previdência social.

Resultados alcançados: participação em 11 reuniões do CNPS ao longo do ano, conforme Anexo I – c, com o detalhamento dos produtos da COGPFT.

Missões e Representação do Ministério da Fazenda em Fóruns Nacionais e Internacionais

Objetivo geral: representar o Ministério da Fazenda em Fóruns de seu interesse.

Objetivos específicos: (i) acompanhar as discussões econômicas e apresentar o encaminhamento dado pelo Ministério da Fazenda.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Governo Federal e sociedade em geral.

Resultados alcançados: fortalecida a rede de relacionamento dos gestores de política fiscal e conhecidos importantes avanços obtidos por outros países nas áreas de investimento público, orçamento, tributação, etc.

Avaliação do ferramental “Debt Sustainability Analysis”, do FMI, verificando sua adequação ao caso brasileiro.

Objetivo geral: avaliar e discutir o ferramental “Debt Sustainability Analysis” (DSA), desenvolvido pelo FMI, através de reuniões com a equipe responsável pela sua criação e com a Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Objetivos específicos: analisar a planilha eletrônica da DSA para entender seu funcionamento; identificar incompatibilidades da metodologia aplicada pelo ferramental com a avaliação de sustentabilidade da dívida pública brasileira – discrepâncias com as estatísticas brasileiras, potenciais erros nas características dos títulos públicos brasileiros e demais questões metodológicas; esclarecer pontos de divergência para a equipe do FMI e sugerir alterações que beneficiem a análise proposta.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: FMI e Secretaria do Tesouro Nacional.

Resultados alcançados: conhecida a metodologia de análise de sustentabilidade da dívida pública do FMI, por meio da participação em reuniões para aperfeiçoar tal metodologia (detalhamento no Anexo I – c, com os principais produtos da COGPFT).

Assessoria técnica a outras Coordenações no Ministério da Fazenda

Objetivo geral: prestar assessoria técnica a outras Coordenações no Ministério da Fazenda em temas relacionados às atividades dos membros da COGPFT.

Objetivos específicos: prestar assessoria técnica em pacotes estatísticos para avaliações de políticas públicas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Coordenação-Geral de Políticas Públicas (COGPP), da Secretaria de Política Econômica, e Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CESEF), da Secretaria do Tesouro Nacional.

Resultados alcançados: elaborada Nota de Política Econômica avaliando o REINTEGRA e realizadas reuniões com a CESEF discutindo métodos estatísticos aplicados em artigos acadêmicos. Para mais detalhes, ver Anexo I – c, com o detalhamento dos principais produtos da COGPFT.

Organização, apresentação e participação no Encontro de Política Fiscal

Objetivo geral: debater o papel da política fiscal no período da Crise Mundial de 2008 e seus desdobramentos.

Objetivos específicos: apresentação da Política Fiscal e ciclos econômicos, bem como do indicador de resultado primário estrutural

Subunidade responsável: Secretaria de Política Econômica (SPE).

Beneficiários: Ministério da Fazenda e sociedade em geral.

Resultados alcançados: organizado o evento e realizadas duas apresentações pela SPE.

Aprimoramento do Marco Legal do Mercado de Crédito Imobiliário

Objetivo geral: fomentar o mercado de crédito imobiliário no Brasil.

Objetivos específicos: estimular o desenvolvimento do financiamento privado à construção civil, por meio da introdução e do aperfeiçoamento de instrumentos de crédito e securitização, ampliação da atuação do poder público no fomento à produção e aquisição de habitação popular, melhoria da segurança jurídica para mutuários e financiadores e instituição de um regime tributário mais eficiente.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros (COGSF).

Beneficiários: mutuários de financiamentos habitacionais, setores produtivos da cadeia da construção civil, setor bancário, empreendedores da construção civil e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados: vide Anexo I - d.

Participação no Grupo de Trabalho do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPEs)

Objetivo geral: o novo modelo da criação de ZPEs foi instituído pela Lei 11.508, de 20/07/2007, com o

objetivo de reduzir desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País;

Objetivo específico: assessorar o representante do Ministério da Fazenda no CZPE;

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).

Beneficiários: as regiões onde serão instaladas as ZPEs e as futuras empresas predominantemente exportadoras;

Resultados alcançados:

- (i) 15 Resoluções do CZPE editadas em 2014.

Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Objetivo geral: apoiar a estruturação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da articulação dos órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e das metas previstas na Lei nº 12.305, de 2010.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).

Beneficiários: sociedade brasileira

Resultados alcançados: assessoramento do representante do Ministério da Fazenda.

Comitê Orientador para Implantação de Sistemas de Logística Reversa – Grupo Técnico de Assessoramento (GTA)

Objetivos gerais: discutir e apresentar proposições relacionadas com metas quantitativas, diretrizes e estratégias por área de atuação estabelecido no artigo 15 da Lei nº 12.305/2010.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).

Beneficiários: setores da cadeia produtiva e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

- (i) Participação em 2 Grupos de Trabalho Temáticos (GTT's): GTT Embalagens e GTT Eletroeletrônicos;
- (ii) assessoramento do representante do Ministério da Fazenda no Grupo Técnico de Assessoramento (GTA).
- (iii) participação no Grupo Técnico Temático Financiamento e Desoneração Tributária;

Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

Objetivos gerais: apoiar ações para fomentar a formalização dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação de ações voltadas à população de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; e definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações integradas a serem executadas nas municipalidades;

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).

Beneficiários: catadores e sociedade brasileira

Política de Mobilização Nacional – Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB

Objetivo geral: Dar cumprimento ao disposto na Lei 11.631/2007 e Decreto nº 7.294/2010, no âmbito da Mobilização Nacional, esta entendida como o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira;

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).

Beneficiários: Sociedade Brasileira.

Resultados alcançados:

- (i) Participações de reuniões a respeito da realização de eventos e seminários de capacitação, com coordenação do Ministério da Defesa.

Comissão Mista da Indústria de Defesa – CMID

Objetivo geral: assessorar o Ministro de Estado de Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa, nos termos do Decreto nº 7.970/2013.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).

Beneficiários: indústria nacional de defesa e sociedade.

Resultados alcançados:

- (i) Classificação de bens, serviços, obras ou informações como Produto de Defesa (PRODE) e como Produto Estratégico de Defesa (PED), para fins de obtenção do incentivo tributário estabelecido por meio do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa, disposto na Lei 12.598/2012;
- (ii) Credenciamento de Empresa de Defesa como Empresa Estratégica de Defesa, para fins do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa, disposto na Lei 12.598/2012.

Assessorar os representantes do Ministério da Fazenda em Conselhos e Comitês

Objetivo geral: elaborar parecer ou nota técnica sobre assuntos afetos à Coordenação que estejam em discussão nos conselhos e comitês que tenham representações do Ministério da Fazenda.

Objetivos específicos: apreciar as matérias em questão, com vistas a subsidiar a participação do representante do Ministério da Fazenda nas reuniões do colegiado de que participe, buscando preservar os objetivos e as diretrizes estabelecidas para os respectivos segmentos de mercado.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar (COGSP)

Beneficiários: representantes do Ministério da Fazenda nos conselhos e comitês, colegiado dos respectivos órgãos (CMN, CNSP e CNPC), setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e fechada.

Resultados alcançados: conforme Anexo I – G deste Relatório, que traz o detalhamento dos principais produtos da COGSP.

Subcomitê de Assessoramento Técnico do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente

Objetivo geral: O Programa Nacional de Trabalho Decente foi criado a partir da Agenda Nacional de Trabalho Decente com o objetivo de estabelecer, além das prioridades, os resultados esperados e as estratégias, metas, prazos, produtos e indicadores de avaliação. Esse Programa é incluído no PPA (Plano Plurianual), monitorado e periodicamente avaliado, consultando as organizações de empregadores e de trabalhadores.

Objetivos específicos: As prioridades estabelecidas foram:

- a) Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades de tratamento;
- b) Erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial suas piores formas; e
- c) Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Sociais (COGPS).

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE

Objetivo geral: A CONATRAE se constitui em um espaço integrado por representantes do governo, de trabalhadores, de empregadores e da sociedade. Sua missão é a de coordenar a implementação das ações previstas no Plano Nacional, acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e avaliar a proposição de estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo no país, entre outras atribuições.

Objetivos específicos:

- a) acompanhar o cumprimento das ações constantes do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, propondo as adaptações que se fizerem necessárias;
- b) acompanhar a tramitação de projetos de lei relacionados com o combate e erradicação do trabalho escravo no Congresso Nacional, bem como propor atos normativos que se fizerem necessários à implementação do Plano de que trata o inciso I;
- c) acompanhar e avaliar os projetos de cooperação técnica firmados entre o Governo brasileiro e os organismos internacionais;
- d) propor a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas relacionadas à erradicação do trabalho escravo; e
- e) elaborar e aprovar seu regimento interno.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Sociais (COGPS).

Resultados: 4 reuniões

Conselho Deliberativo de Qualificação Profissional

Objetivo geral: Regulamentação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Sociais (COGPS).

Resultados: 3 reuniões

FORMULAÇÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA

1. ESTUDOS PARA SUBSIDIAR A FORMULAÇÃO DE POLÍTICA

Elaboração de relatório mensal dos resultados do setor agropecuário, congregando informações divulgadas pela CONAB, IBGE, MAPA, ANFAVEA, CEPEA e dos índices de preços IPCA e IPCA-15, com enfoque na atividade agropecuária

Objetivo geral: análise dos diversos indicadores agropecuários.

Objetivos específicos: subsidiar a tomada de decisão na formulação de políticas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA).

Beneficiários: produtores rurais, suas cooperativas e agroindústrias .

Resultados alcançados: formulação da política mais adequada.

Análise de medidas de estímulo à mitigação do endividamento rural

Objetivo geral: elaboração de propostas de medidas de estímulo à liquidação ou regularização de operações de crédito rural.

Objetivos específicos: identificar, analisar e propor medidas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas (COGCR).

Beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas.

Resultados alcançados: regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural.

Análise da experiência internacional em tributação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e das possibilidades de sua adoção no Brasil

Objetivo geral: subsidiar a análise sobre a tributação de emissões de GEE e sobre a conveniência e viabilidade de sua adoção no Brasil.

Objetivos específicos: consolidar a produção acadêmica recente e a experiência de países na adoção de tributos sobre a emissão de GEE e analisar, do ponto de vista jurídico, as possibilidades para sua adoção no Brasil. Com isso, buscou-se construir elementos para ampliar o leque de instrumentos econômicos de mitigação das emissões de GEE que tenham maior custo-efetividade e menor impacto fiscal, tendo em vista possíveis compromissos internacionais para o período pós-2020 e sua incorporação à Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC).

Beneficiários: SPE e órgãos do Governo Federal.

Resultados alcançados: foram concluídos três relatórios: (1) Revisão da literatura econômica em torno da adoção de tributo como instrumento de precificação de emissões; (2) Experiências internacionais com tributos sobre emissões; e (3) Identificação de possibilidades e elaboração de opções de um mecanismo de tributação do carbono. Os relatórios foram elaborados pelo consórcio Climate Focus/Ludovino Lopes Advogados/WayCarbon, sob a supervisão, revisão e validação final pela equipe da COMAC.

Modelagem de Impactos Econômicos da Precificação de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Objetivo geral: desenvolver expertise em análise econômica de instrumentos econômicos para políticas ambientais, visando maior custo-efetividade em relação aos tradicionais políticas de comando-e-controle e de subvenções.

Objetivos específicos: avaliar os impactos macroeconômicos e setoriais decorrentes da adoção de um instrumento de precificação de emissões de GEE (imposto de carbono e mercado de permissões) sobre a economia brasileira, tendo em vista possíveis compromissos internacionais para o período pós-2020 e sua incorporação à Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC)

Beneficiários: SPE, outros órgãos do MF e Governo Federal.

Resultados alcançados: (1) relatório intitulado “Avaliação macroeconômica de instrumentos baseados em preço para implementar uma meta nacional voluntária de redução de emissões no Brasil, elaborado pelo consórcio WayCarbon/Cedeplar/South Pole, sob a supervisão, revisão e validação final pela equipe da COMAC; (2) modelo de equilíbrio geral computável BeGreen (desenvolvido pelo Cedeplar/UFMG) entregue à SPE, com treinamento de equipe para sua utilização na simulação de novos cenários.

Projeto “Política Fiscal Verde no Brasil” Fase 2 - Modelagem de CIDE Combustíveis-Carbono

Objetivo geral: apoiar o aprimoramento da política fiscal no Brasil, por meio da eliminação de subsídios para atividades potencialmente poluidoras e da criação de incentivos para atividades econômicas sustentáveis.

Objetivos específicos: adaptar modelo econométrico (E3 Brazil) para avaliar impactos macroeconômicos da tributação de emissões de carbono por meio da CIDE-Combustíveis, em conjunto com a Assessoria da SPE e COGPP/SPE.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC).

Beneficiários: SPE, outros órgãos do MF e Governo Federal.

Resultados alcançados: modelo E3 Brazil adaptado (por *Cambridge Econometrics*), concluindo a produção de resultados (Cambridge Econometrics).

Estudo sobre Mercado de Cotas de Reserva Ambiental - CRA

Objetivo geral: avaliar a viabilidade e volume do mercado de CRA, título representativo de áreas de vegetação nativa instituído pela Lei 12.651/2012 (Novo Código Florestal), tendo por objetivo reduzir o custo de cumprimento da obrigação de manutenção de reserva legal.

Objetivos específicos: fornecer subsídios e parâmetros para a regulamentação e operacionalização da CRA nos níveis federal e estadual.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC).

Beneficiários: Governo Federal (MF, MMA, MAPA, MDA), Governos Estaduais e produtores rurais.

Resultados alcançados: estudo (elaborado por pesquisadores da UFMG) concluído, com levantamento de custos de transação e simulação de seis diferentes cenários regulatórios (com volumes de mercado variando entre R\$3 e R\$20 bilhões); estudo apresentado e divulgado para parceiros do Governo Federal e outras instituições.

Projeto “Perspectivas para Adoção de Instrumentos Econômicos no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima”

Objetivo geral: apoiar o desenvolvimento de instrumentos de precificação de carbono no país, por meio da disseminação de conhecimentos sobre mercados de carbono e temas associados.

Objetivos específicos: sistematizar informações e realizar atividades de capacitação sobre inventários corporativos de emissões de GEE; incentivos à redução de emissões baseados em sistemas de monitoramento, relato e verificação de emissões; sistemas de comércio de emissões; e utilização de indicadores de intensidade de emissões.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC).

Beneficiários: equipes do MF, Governo Federal, Governos Estaduais e organizações do setor privado e da sociedade civil.

Resultados alcançados: em 2014, foram realizados um treinamento e quatro oficinas e foi concluído o primeiro relatório técnico.

Estudos macroeconômicos diversos

Objetivo geral: apresentar estudos e conclusões sobre questões relativas a fenômenos específicos do quadro macroeconômico para seu melhor conhecimento.

Objetivos específicos: avaliar a exequibilidade das políticas econômicas assim como os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas ou apresentar explicações para diversos fenômenos econômicos baseando-se na teoria econômica ou em técnicas econométricas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Secretário da SPE/MF, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas.

Resultados alcançados: atividade realizada por meio de estudos:

- a) desenvolvimento de modelo simples que explica o câmbio em função da taxa de juros de *Treasuries* e prêmios de risco, dentre outras variáveis financeiras;
- b) estudo de avaliação de probabilidade de recessão por meio da aplicação de três modelos de datação de períodos recessivos a séries econômicas brasileiras;
- c) avaliação de choque macroeconômico da Argentina, especificamente da redução das importações brasileira pela Argentina;
- d) avaliação de estudo de vulnerabilidade econômica de países emergentes feita pelo *Board of Governors of the FED*;
- e) avaliação de choques monetários, especificamente de diferentes aumentos da Selic no PIB, IPCA e desemprego;
- f) avaliação do estudo do efeito de fatores externos sobre o crescimento de economias emergentes divulgado pelo Fundo Monetário Internacional no *World Economic Outlook* de abril de 2014.

Assessorar a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC/SPE/MF) com cenários macroeconômicos

Objetivo geral: assessorar a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC), da Secretaria Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente na avaliação de modelos econômicos.

Objetivos específicos: subsidiar a COMAC de argumentação favorável aos objetivos brasileiros e do Ministério da Fazenda para serem utilizados durante as reuniões do Comitê Técnico Consultivo (CTC) do Projeto de Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil. Trata-se de um projeto financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: COMAC/SPE/MF

Resultados alcançados: **atividade executada** por meio do estudo de relatórios e auxílio na elaboração de textos para resposta às questões levantadas pelo CTC ao Ministério da Fazenda.

Assessorar a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN/MF) com cenários e textos macroeconômicos

Objetivo geral: assessorar a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) em temas macroeconômicos de forma a subsidiar os argumentos utilizados nos debates que ocorrem nos diversos fóruns internacionais.

Objetivos específicos: subsidiar a SAIN de argumentação favorável aos objetivos brasileiros para serem utilizados em diversos fóruns internacionais de discussão e de decisão, entre eles, o *Mutual Assessment Process* (MAP) e o *Growth Strategy Template*, ambos do G-20.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: SAIN/MF

Resultados alcançados: **atividade executada** com estudos que permitiram

- a) construção de cenários para o MAP;
- b) participação da confecção de textos que subsidiaram os Comunicados do MAP;
- c) construção de cenários para o *Growth Strategy Template*;
- d) participação da confecção de textos que subsidiaram os documentos do *Growth Strategy Template*.

Análise do impacto econômico-fiscal de políticas tributárias, postuladas em proposições legislativas, conforme demandas da Assessoria Parlamentar, do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva/MF.

Objetivo geral: Elaborar análise econômico-fiscal de proposições de políticas tributárias

Objetivos específicos: (i) Analisar a adequação de proposições de políticas tributárias às diretrizes da política fiscal e à orientação estratégica da política econômica; (ii) analisar os impactos econômicos das proposições normativas; (iii) examinar a observância das diretrizes consubstanciadas na Lei de Responsabilidade Fiscal; (iv) apresentar contribuições que possam contribuir para o aperfeiçoamentos das proposições e para aumentar a efetividade das políticas tributárias delineadas.

Subunidade responsável: Assessoria.

Beneficiários: Assessoria Parlamentar/MF; Secretaria Executiva/MF; Gabinete do Ministro/MF; Congresso Nacional; e a sociedade em geral.

Resultados alcançados: Elaboração de pareceres com análise econômico-fiscal das diretrizes de políticas tributárias.

Participação na elaboração do documento “Reformas Microeconômicas 2011-2014” produzido pela SPE

Objetivo geral: a publicação teve como objetivo fazer um mapeamento dos principais aperfeiçoamentos estruturais ocorridos na economia brasileira nos últimos 4 anos por meio das reformas microeconômicas, que tiveram como objetivo principal propiciar condições favoráveis ao aumento da eficiência econômica;
Objetivo específico: detalhar as principais medidas microeconômicas realizadas focadas na simplificação de processos e procedimentos, no investimento de longo prazo e na inclusão econômica, financeira e social;
Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).
Beneficiários: governo, sociedade e setor produtivo.
Resultados alcançados: Detalhamento das principais medidas microeconômicas realizadas nos últimos 4 anos, conforme Anexo I – f.

Elaboração de Estudos Diversos

Objetivo geral: Acompanhar e analisar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e contribuir para a formulação de diretrizes voltadas à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social.
Objetivos específicos: Elaborar estudos com vistas à formulação de políticas sociais voltadas para o fortalecimento da rede de proteção social e do mercado de consumo doméstico, capazes de dar sustentação ao novo ciclo de crescimento.
Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Sociais (COGPS).
Beneficiários: Secretaria de Política Econômica.
Resultados alcançados: Conforme Anexo I – H, que contém os principais produtos da COGPS.

Elaboração de estudos para subsidiar a formulação de diretrizes de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Elaborar estudos técnicos para fundamentar as diretrizes de Políticas públicas
Objetivos específicos: (i) realizar análise minuciosa da literatura especializada no (s) tema(s) propostos; (ii) Quando aplicável, examinar as lições da experiência internacional; (iii) dimensionar o impacto fiscal da(s) medida(s) proposta(s); (iii) identificar os aspectos técnicos pertinentes às diferentes alternativas de prescrição de políticas públicas.
Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Públicas (COGPP).
Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário da SPE e a sociedade em geral.
Resultados alcançados: Elaboração de estudo técnico e/ou nota técnica sobre temas correlatos à Agenda estratégica de governo.

Participação no projeto Simplifying Tax System no Brasil

Objetivo geral: participar de estudo sobre tributação indireta, regras fiscais e processo orçamentário, em parceria com a Embaixada do Reino Unido e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).
Objetivos específicos: compartilhar experiências com as instituições fiscais do Reino Unido e receber estudos conduzidos pelos especialistas dos temas.
Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT), Coordenação-Geral de Políticas Públicas (COGPP) e Assessoria.
Beneficiários: Ministério da Fazenda.
Resultados alcançados: elaborados estudos pelos especialistas e realizadas visitas técnicas a instituições do Reino Unido (vide Anexo I – c, com os principais produtos da COGPFT)

Desenvolvimento de instrumentos técnicos para pautar a implementação da Política Fiscal Verde no Brasil - Projeto SPE/MF e Embaixada do Reino Unido.

Objetivo Geral: Propiciar subsídios técnicos aos formuladores de política fiscal e tributária do Brasil para pautar a avaliação do impacto de diferentes alternativas de política fiscal, associadas à redução das emissões de gases de efeito estufa, criação de empregos e fomento ao crescimento econômico sustentável.
Objetivos específicos: (i) Participação na elaboração dos projetos executivos, no período estabelecido – segunda etapa do projeto; (ii) Cooperação técnica com a Embaixada nos trabalhos de seleção da entidade

executora do projeto; (iii) acompanhamento das atividades de execução do projeto; (iv) análise técnica dos relatórios apresentados pela entidade executora do projeto; (v) participação nas discussões técnicas com a Embaixada para definição de aperfeiçoamentos necessários ao projeto.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Públicas (COGPP).

Beneficiários: Ministério da Fazenda e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

(i) Análise técnica dos trabalhos que compõem o modelo econométrico desenvolvido pela Cambridge Econometrics para subsidiar as diretrizes de política fiscal verde, (ii) Participação, em conjunto com a Assessoria Técnica do Gabinete e a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC), da organização de Workshops técnicos sobre o assunto; (iii) Elaboração de nota técnica, em conjunto com a Assessoria Técnica do Gabinete e a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC), com avaliação pormenorizada do acordo de cooperação da SPE com a Embaixada do Reino Unido pertinentes ao projeto Política Fiscal Verde.

2. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE POLÍTICA

Análise de propostas encaminhadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) dos Preços Mínimos dos produtos constantes da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e elaboração de votos com as proposta para o Ministro submeter à aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN)

Objetivo geral: propor os Preços Mínimos dos produtos constantes da pauta da PGPM.

Objetivos específicos: manutenção ou alteração dos Preços Mínimos.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA).

Beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas.

Resultados alcançados: aprovação dos Preços Mínimos pelo CMN.

Elaboração de minuta de portaria interministerial, em conjunto com os ministérios setoriais envolvidos, estabelecendo os limites, as condições, os critérios e a forma do pagamento de subvenção a ser concedido, por meio de instrumentos de comercialização, aos produtores rurais e/ou suas cooperativas referentes aos produtos constantes da pauta da PGPM

Objetivo geral: elaboração de minuta de portaria interministerial para o pagamento da subvenção.

Objetivos específicos: estabelecimento dos limites, das condições, dos critérios e da forma de pagamento da subvenção.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA).

Beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas.

Resultados alcançados: publicação da portaria interministerial.

Política de Crédito Rural

Objetivo geral: aprimorar a política de crédito rural.

Objetivos específicos: reformular e melhorar as informações referentes ao crédito rural, com vistas a corrigir eventuais distorções sem perder de vista a inclusão social e eficácia dos gastos públicos.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas (COGCR).

Beneficiários: produtores rurais suas cooperativas ou associações.

Resultados alcançados: eficiência na aplicação do recursos públicos e simplificações operacionais.

Minuta de decreto de regulamentação da Cota de Reserva Ambiental - CRA

Objetivo geral: viabilizar opção de menor custo-efetividade para a regularização ambiental das propriedades rurais, gerando compensação financeira pela manutenção de florestas nativas.

Objetivos específicos: oferecer subsídios à regulamentação, pelo Governo Federal, da CRA, instituída pela Lei 12.651/2012.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC).

Beneficiários: Governo Federal (MF, MMA, MAPA, MDA), Governos Estaduais e produtores rurais.

Resultados alcançados: elaboração de minuta de decreto, em conjunto com a COGSF/SPE e mediante consulta ao MMA, Ibama, ICMBio, órgãos ambientais estaduais e setor privado.

Recomendações para estruturação de um sistema nacional de informações sobre emissões de GEE no nível de agente econômico

Objetivo geral: estruturar sistemas de informação que permitam a formulação e gestão de políticas de mitigação de emissões de GEE.

Objetivos específicos: harmonizar e integrar as iniciativas estaduais de coleta de dados já existentes e em estruturação, de forma a melhorar a qualidade dos dados e reduzir o custo de prestação de informação pelas empresas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC).

Beneficiários: Governo Federal, governos estaduais e setor privado.

Resultados alcançados: coordenação de grupo de trabalho (com 5 ministérios, 14 governos estaduais e instituições especializadas) e produção de recomendações para a estruturação de um Sistema Integrado de Informações sobre emissões de gases de efeito estufa no nível de agentes econômicos, contemplando a necessidade de integração com os sistemas estaduais.

Desenvolvimento do Mercado de Títulos Privados (desenvolvimento e alongamento do Mercado de Renda Fixa)

Objetivo geral: adoção de medidas de incentivo ao alongamento de prazo na captação de recursos no mercado de títulos privados como meio de financiamento de investimentos de médio e longo prazo, como alternativa às linhas de crédito do BNDES.

Objetivos específicos: as medidas visam primordialmente a redução dos custos de emissão de títulos privados, a simplificação de procedimentos e o aumento da liquidez no mercado secundário, sendo dada atenção especial ao setor de infraestrutura devido aos grandes desafios que o Brasil enfrentará nessa área nos próximos anos.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros (COGSF).

Beneficiários: mercado de capitais brasileiro, investidores de longo prazo no setor produtivo e em infraestrutura.

Resultados alcançados: Vide Anexo I – D, com o detalhamento dos principais produtos da COGSF.

Medidas associadas ao mercado de crédito e de incentivo à concorrência bancária.

Objetivo geral: ampliar o acesso e reduzir o custo do crédito.

Objetivos específicos: i) estimular a expansão do crédito privado, por meio da criação de ambiente propício para redução do spread bancário e pelo incentivo à concorrência bancária; ii) tornar juridicamente mais seguras e menos incertas as transações econômicas e o retorno de investimentos.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros (COGSF).

Beneficiários: trabalhadores do setor formal, empresas, tomadores de crédito em geral e instituições financeiras.

Resultados alcançados: Vide Anexo I – d, com o detalhamento dos principais produtos da COGSF.

Acompanhamento de demandas de setores específicos

Objetivo geral: assessorar o Secretário de Política Econômica em reuniões com setores específicos;

Objetivo específico: fornecer informações setoriais que possam subsidiar as decisões superiores;

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).

Beneficiários: Governo, sociedade e setor produtivo;

Resultados alcançados:

- (i) Discussão das medidas de aprimoramento do Inovar-Auto (Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014 e Decreto nº 8.294, de 12 de agosto de 2014);
- (ii) Participação nas reuniões dos setores químicos, automotivo, tecnologia da informação, bebidas, automotivo, alumínio, têxtil, máquinas e equipamentos, celulose e madeira, dentre outros;
- (iii) Participação nas discussões de aprimoramento do Marco Legal da Inovação (PL nº 2.177/2011).

Elaboração de pareceres, notas técnicas e Estudos

Objetivo geral: atender às solicitações de apreciação das proposições submetidas à Coordenação.

Objetivos específicos: avaliar a viabilidade das proposições apresentadas, inclusive em relação à legislação e normativos vigentes, bem como os possíveis impactos econômicos para o setor de seguros, resseguros,

capitalização e previdência complementar aberta e fechada objeto das propostas em questão.
Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar (COGSP).
Beneficiários: Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda, autor da proposta, empresas do setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e fechada.
Resultados alcançados: conforme o Anexo I – g deste Relatório, que traz o detalhamento dos principais produtos da COGSP.

Formular proposta de políticas e medidas para os setores acompanhados

Objetivo geral: preservar a segurança das operações e estimular o desenvolvimento do setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e fechada.

Objetivos específicos: corrigir eventuais distorções detectadas, resguardar os direitos dos participantes, proporcionar segurança às operações e fomentar o desenvolvimento dos setores acompanhados em sintonia com o estágio de evolução do País e com as melhores práticas utilizadas em outros mercados.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar (COGSP).

Beneficiários: colegiados do CMN, CNSP e CNPC, clientes, participantes e empresas do setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e fechada.

Resultados alcançados: conforme o Anexo I – g deste Relatório, que traz o detalhamento dos principais produtos da COGSP.

Acompanhar e avaliar a repercussão das medidas de políticas públicas

Objetivo geral: verificar o efeito alcançado com as medidas adotadas.

Objetivos específicos: corrigir eventuais desvios em relação às medidas adotadas, de forma a preservar a segurança, solidez e o desenvolvimento do setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e fechada.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar (COGSP).

Beneficiários: Secretário de Política Econômica, Ministro da Fazenda, colegiados do CMN, CNSP e CNPC, clientes, participantes e empresas do setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e fechada.

Resultados alcançados: conforme o Anexo I – g deste Relatório, que traz o detalhamento dos principais produtos da COGSP.

Medidas de incentivo ao crescimento inclusivo e sustentável

Objetivo geral: formulação de diretrizes voltadas à erradicação da extrema pobreza, melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Sociais (COGPS).

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica, diretamente, e órgãos estatais e agentes privados nacionais, indiretamente.

Resultados alcançados: Conforme Anexo I – H, que traz os principais produtos da COGPS.

Monitoramento da desoneração da folha de pagamentos

Objetivo Geral: Acompanhar a implementação da desoneração da folha de pagamentos, considerando os seus impactos esperados sobre variáveis econômicas relevantes: emprego, formalização, exportações, importações e PIB.

Objetivos específicos: (i) Sistematizar e analisar as demandas setoriais (ii) Acompanhar a evolução de indicadores econômicos dos setores contemplados com a desoneração da folha.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Públicas (COGPP).

Resultados alcançados: Acompanhamento e análise, em conjunto com a Assessoria Técnica do Gabinete, dos demandas setoriais e demais diretrizes pertinentes à desoneração da folha.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA

1. ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA

Grade de parâmetros

Objetivo geral: elaborar relatório avaliativo do desempenho das previsões da grade de parâmetros.

Objetivos específicos: aprimorar a qualidade dos modelos de previsão de parâmetros macroeconômicos desenvolvidos pela SPE, considerando um ou mais indicadores de resultado que avaliem o desempenho de suas projeções, com vistas a aumentar o poder preditivo e a diminuir o tempo de resposta nos ajustes das projeções.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).

Beneficiários: Secretário da SPE/MF, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e auditorias da CGU e do TCU.

Resultados alcançados: processo criado para atingir o objetivo específico a partir da Nota Técnica detalhada no Anexo I – b, com o detalhamento dos produtos da COGME.

Desoneração Tributária da Folha de Pagamentos

Objetivo geral: implementar diretrizes de políticas tributárias que contribuam para ampliar a competitividade da produção nacional, fomentar o processo de formalização laboral e estimular o crescimento econômico.

Objetivos específicos: (i) assegurar a convergência da política de desoneração tributária da folha às diretrizes da política fiscal; (ii) sistematizar e analisar as demandas setoriais (iii) acompanhar os impactos da política de desoneração da folha sobre a estrutura de financiamento da previdência social; (iv) participar da análise técnica de trabalhos voltados à avaliação da política de desoneração da folha, com o intuito de dimensionar efeitos de curto e médio, e longo prazos sobre o nível de atividade setorial; (v) elaborar proposta de normativo para a implementação da proposição.

Subunidade responsável: Assessoria.

Beneficiários: setores produtivos e a sociedade em geral.

Resultados alcançados: elaboração de apresentação, notas técnicas, simulações e participação no Grupo de Apoio Técnico (GAT).

Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Compras Públicas

Objetivo geral: implantar, coordenar e acompanhar a Política Nacional de Compras Públicas que institui: (i) aplicação de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais; (ii) medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou de acesso a condições vantajosas de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável.

Objetivo específico: articular as medidas institucionais necessárias à implementação de ações que tenham por objetivo fomentar o ritmo de crescimento da economia nacional mediante a concessão de incentivos para aumentar a produção e competitividade da indústria nacional e atrair novas plantas industriais.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS).

Beneficiários: Governo, sociedade e setor produtivo, com o aumento da arrecadação tributária, emprego, renda e produção nacional.

Resultados alcançados:

- (i) Coordenação da Comissão Interministerial de Compras Públicas, instituída pelo Decreto nº 7.546/2011;
- (ii) Coordenação e elaboração dos Decretos abaixo relacionados para concessão de margem de preferência para os seguintes segmentos da indústria nacional:
 - Computadores – Decreto nº 8.184 de 17/01/2014;
 - Aeronaves – Decreto nº 8.185 de 17/01/2014;
 - Software – Decreto nº 8.186 de 17/01/2014;
 - Equipamentos de automação – Decreto nº 8.194 de 12/02/2014;
 - Brinquedos – Decreto nº 8.223 de 03/04/2014.
 - Máquinas e equipamentos – Decreto nº 8.224 de 03/04/2014;
 - Medicamentos – Decreto nº 8.225 de 03/04/2014;
- (iii) Secretariar as reuniões da Comissão Interministerial de Compras Públicas (CI-CP) com registro em ata – Portaria MF nº 463, de 21/9/2011;
- (iv) Coordenação e acompanhamento do Grupo de Apoio Técnico da Comissão Interministerial de Compras Públicas GAT/CI-CP – Portaria SPE/MF nº 28, de 10/8/2011.

Monitoramento Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento do Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos

Objetivo geral: I. promover a articulação entre os órgãos e entidades envolvidos na implementação das suas ações programáticas; II. elaborar os Planos de Ação dos Direitos Humanos; III. estabelecer indicadores para o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos de Ação dos Direitos Humanos; IV. acompanhar a implementação das ações e recomendações; e V. elaborar e aprovar seu regimento interno.

Objetivo específico: identificação e monitoramento das ações ligadas ao Ministério da Fazenda.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Sociais (COGPS).

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e Secretaria de Direitos Humanos diretamente, e órgãos estatais e agentes privados nacionais, indiretamente.

Resultados alcançados: Observatório dos Direitos Humanos

2. ANÁLISE DE RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DE POLÍTICA

Análise e acompanhamento dos recursos da safra

Objetivo geral: acompanhar a aplicação de recursos disponibilizados para cada ano safra.

Objetivos específicos: verificar a execução dos programas agropecuários e a demanda de recursos em cada ano safra.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas (COGCR).

Beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas.

Resultados alcançados: maximizar a utilização dos recursos disponibilizados.

Cálculo de benefícios creditícios e financeiros da União.

Objetivo geral: elaboração do demonstrativo e avaliação de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e para o Relatório sobre as Contas do Governo da República.

Objetivos específicos: elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros com valores realizados referentes aos exercícios de 2013 e 2014. A SPE/STN também calculou as estimativas dos benefícios para os anos de 2014 e 2015. Além disso, calculou-se o efeito das referidas estimativas diante da variação de um ponto percentual no custo de oportunidade do Tesouro Nacional.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Secretaria do Orçamento Federal (SOF) e Tribunal de Contas da União (TCU), e público em geral.

Resultados alcançados: demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União com os valores realizados e estimados. Plano avaliativo de programas subsidiados a ser desenvolvido no exercício seguinte - PROEX. Avaliação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (Programa Crescer). Nota Técnica nº 10.058, de 31 de dezembro de 2014 e Ofício nº 10.073, de 30 de outubro de 2014, detalhados no Anexo I – c.

Avaliação dos impactos econômicos da desoneração tributária da folha de pagamentos

Objetivo Geral: implementar diretrizes de políticas tributária que contribuam para ampliar a competitividade da produção nacional, fomentar o processo de formalização laboral e estimular o crescimento econômico.

Objetivos específicos: (i) assegurar a convergência da política de desoneração tributária da folha às diretrizes que pautaram a diretriz de política tributária; (ii) analisar os impactos orçamentário-financeiros da política de desoneração da folha; (v) participar da análise técnica de trabalhos voltados à avaliação da política de desoneração da folha, com o intuito de dimensionar efeitos de curto e médio-longo prazos sobre variáveis econômicas relevantes: emprego, formalização, exportações, importações e PIB.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Públicas (COGPP).

Beneficiários: setores produtivos e a sociedade em geral

Resultados alcançados: Acompanhamento e análise, em conjunto com a Assessoria Técnica do Gabinete, dos trabalhos de avaliação da desoneração da folha de pagamento, para subsidiar o posicionamento da SPE sobre a matéria bem como os trabalhos da Comissão Tripartite de Acompanhamento e Avaliação da Desoneração da Folha de Pagamentos – CTDF, instituída pelo Decreto nº 7.711, de 3 de abril de 2011.

Desenvolvimento de Metodologias de avaliação dos gastos públicos

Metodologia para a Avaliação do Impacto Distributivo de Alterações na Tributação Indireta

Objetivo Geral: fornecer aos formuladores de políticas públicas subsídios técnicos para a fundamentar estimativas do impacto distributivo de mudanças nos tributos indiretos.

Objetivos específicos: (i) aprendizagem na utilização de software de formatação de dados a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), por categorias de despesa e receita. (iii) Definição da alíquota nominal legal dos principais tributos indiretos (IPI, ICMS, PIS/COFINS e ISS) para as diferentes categorias de produtos e serviços componentes da despesa das unidades de consumo (um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, coincidente com o conceito "família" na maior parte das situações). (iii) Cálculo da porcentagem da renda despendida com tributos, por centis de renda. (iv) Cálculo de indicadores distributivos e tributários (índices de Gini, Concentração, Kakwani, Reynolds-Smolensky). (v) Elaboração de exemplo de aplicação dos microdados: desoneração da cesta básica.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Públicas (COGPP).

Beneficiários: Ministério da Fazenda e a sociedade em geral.

Resultados alcançados: (i) verificou-se que a tributação indireta no Brasil é regressiva e concentradora de renda; (ii) observou-se que o impacto distributivo decorrente da desoneração da cesta básica foi positivo, mas ainda incapaz de reverter o efeito concentrador e regressivo da tributação sobre o consumo no Brasil. (iii) provisão de instrumento analítico para balizar estimativas ex-ante do impacto distributivo de mudanças nos tributos indiretos.

Avaliação de Impacto Econômico do Reintegra

Objetivo Geral: realizar avaliações-piloto de benefícios concedidos pela Administração Pública Federal. O benefício da nota em questão é o "Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra"

Objetivos específicos: (i) compreensão e descrição do programa; (ii) contextualização das exportações brasileiras no período de análise do programa; (iii) busca de subsídios para a escolha dos parâmetros do modelo a ser utilizado na análise, mediante análise de trabalhos elaborados por outros autores que realizaram estudos semelhantes; (iv) definição do modelo e das variáveis utilizadas. (v) obtenção dos resultados e realização de testes.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Públicas (COGPP).

Beneficiários: Ministério da Fazenda e a sociedade em geral.

Resultados alcançados: (i) auxílio na disseminação da prática de avaliação de impacto no Ministério da Fazenda. (ii) resultados preliminares avaliados. O modelo ainda está em fase de ajustes, por isso resultados definitivos do(s) impacto(s) econômico(s) do Reintegra ainda não foram obtidos.

Metodologias de acompanhamento e avaliação dos gastos indiretos de natureza tributária - Projeto componente do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMINF)

Objetivo Geral: definir um portfólio de metodologias de avaliação dos gastos tributários.

Objetivos específicos: (i) realizar levantamento bibliográfico sobre metodologias aplicáveis aos gastos tributário da União; (ii) sistematizar as metodologias segundo critérios de aplicação; (iii) propor instrumentos para fundamentar a política de avaliação dos gastos tributários no âmbito do Ministério da Fazenda, mediante manualização metodológica aplicável aos projetos piloto; (iv) executar piloto de avaliação de políticas econômicas, com, no mínimo, avaliação de três políticas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Políticas Públicas (COGPP).

Beneficiários: Ministério da Fazenda e a sociedade em geral.

Resultados alcançados: (i) elaboração de Plano de Gerenciamento do Projeto, com principais diretrizes, escopo e cronograma com etapas e atividades a serem desenvolvidas, (ii) levantamento bibliográfico da literatura especializada no tema; (iii) esboço da metodologia aplicável as diversas modalidades de gasto.

SUORTE À GESTÃO DAS POLÍTICAS

1. GERIR FONTES DE INFORMAÇÃO

Desenvolvimento de um sistema de coleta de dados e consulta de informações; estruturação

e consolidação de um banco de dados

Objetivo geral: disseminação de informações fiscais de conjuntura, no âmbito do Ministério da Fazenda, possibilidade de manipulação de dados para criação de consultas com base nas informações coletadas do Governo Federal.

Objetivos específicos: desenvolvimento de um sistema para coleta de informações, confecção de documentos e consultas estruturais, com base nos dados publicados pelo Governo Federal. Criação, estruturação e consolidação de um Banco de Dados MySQL para armazenamento das informações coletadas.

Subunidade responsável: Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).

Beneficiários: Assessoria Especial do Ministro da Fazenda, Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: ganhos de produtividade na institucionalização das informações e análises de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda. Disponibilização das informações captadas pelo novo sistema, para utilizações futuras em outros trabalhos para os quais sejam necessárias. Mais informações no Anexo I – c.

1. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

1.1. Estrutura de Governança

A SPE integra o Modelo de Governança instituído pelo Ministério da Fazenda em 2011 no âmbito do seu Programa de Modernização Integrada (PMIMF). Por meio da Portaria MF nº 369, de 28 de julho de 2011, foi criado o Comitê Estratégico de Gestão (CEG), composto pelo dirigentes máximos das unidades que participam do programa (no caso da SPE, o Secretário de Política Econômica). O CEG funciona por meio de reuniões ordinárias periódicas e eventuais reuniões extraordinárias. Entre as suas competências, destacamos aprovar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do PMIMF, definir a estratégia do Ministério e estabelecer políticas visando à eficácia das ações implementadas, zelando para que os níveis de maturidade de gestão das áreas integrantes do MF sejam adequados ao cumprimento da sua função institucional e da estratégia ministerial.

Com o CEG, outros Comitês surgiram, como o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC, a Comissão Técnica de Gestão de Pessoas (CTGP) e a Rede de Inovação da Gestão, criados pela Resolução nº 1/CEG, além de o Comitê de Gestão Integrada de Riscos Corporativos – CGIRC, cuja criação foi aprovada pela Resolução nº 5/CEG. Esses órgãos colegiados dos quais a SPE também é membro estruturam a Governança nas demais frentes do PMIMF: TI, Pessoas, Projetos e Processos e Riscos, respectivamente. Vale ressaltar que essas Comissões não são remuneradas.

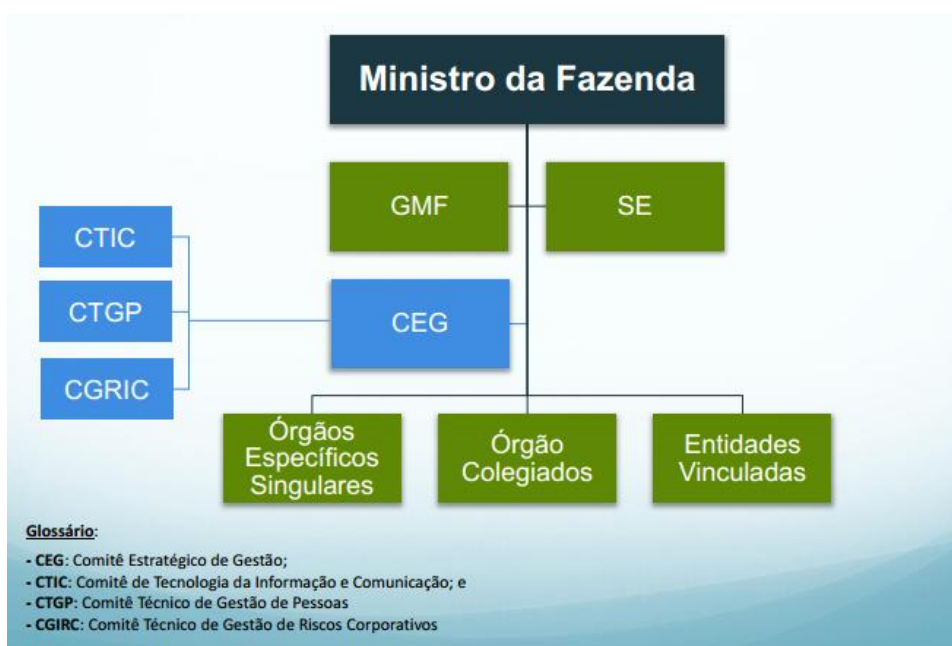


Figura 1 - Organograma da Estrutura de Governança do MF

Fonte: pmimf.fazenda/

Ainda, foi instituído no MF, no exercício de 2014, o Modelo de Gestão Integrada com Foco em Resultados, conforme figura na próxima página.

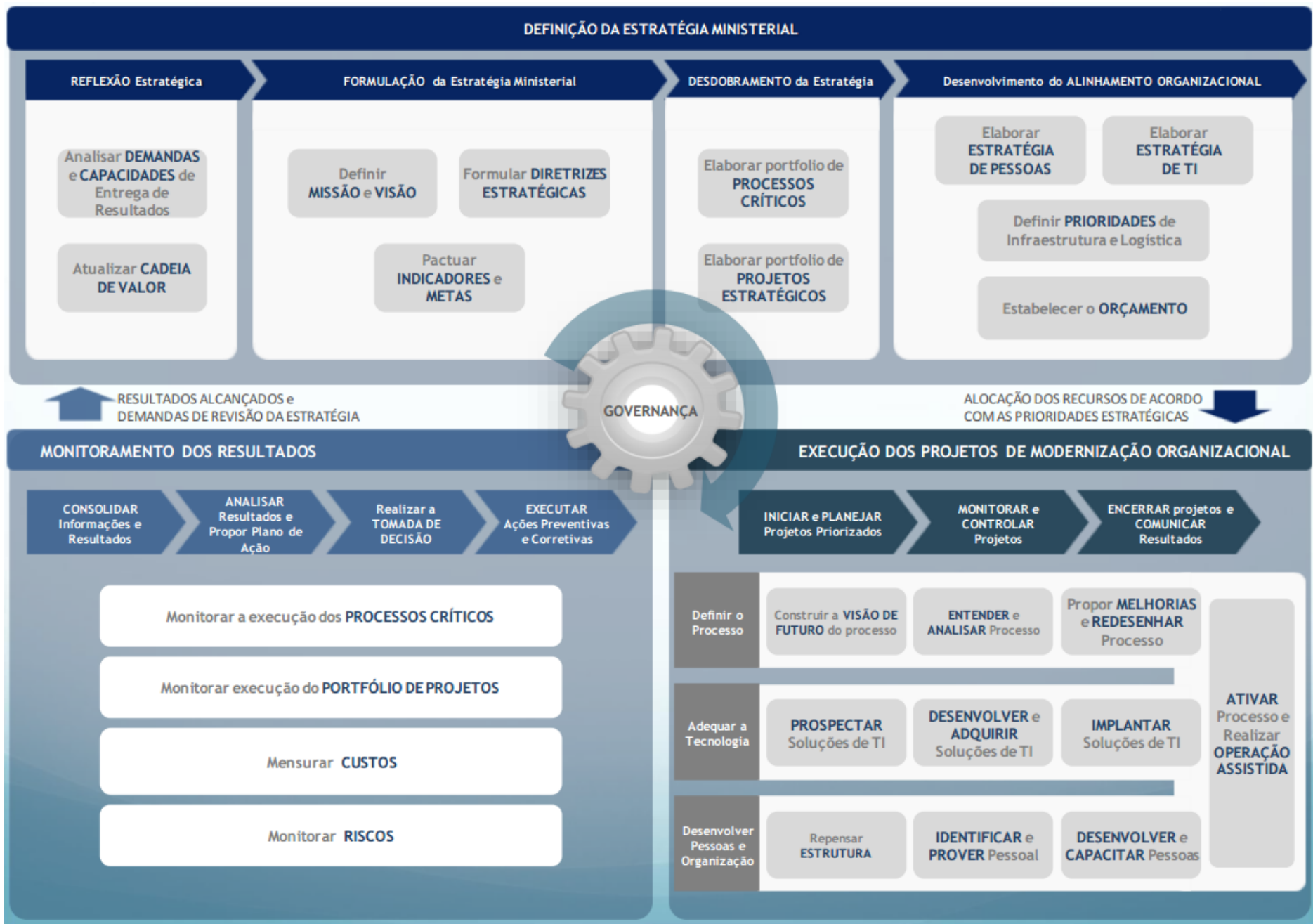


Figura 2 - Modelo de Gestão Integrada com Foco em Resultados do Ministério da Fazenda

A SPE não possui uma estrutura orgânica de Controle Interno. Para suprir tal ausência, conta com o apoio e assessoramento da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda, cujas atribuições estão contidas no Decreto no 3.591, de 6 de setembro 2000, especificamente nos incisos II, V e VI do Art. 13, que está incumbida de: 1) orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas; 2) acompanhar a implementação, pelos órgãos e pelas unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União; e 3) coletar informações dos órgãos da jurisdição, para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão.

1.2. Sistema de Correição

A SPE não apresenta uma corregedoria própria, estando submetida à Corregedoria-Geral do Ministério da Fazenda, criada pelo Decreto nº 8.029, em 20 de junho de 2013, que integra o Sistema de Correição do Poder Executivo e está subordinada ao Gabinete do Ministro.

Não houve ocorrências, no exercício de 2014, de denúncias ou representações contra irregularidades no âmbito da Secretaria, nem eventos capazes de impactar o desempenho da UJ e que pudessem ser objeto de apuração.

1.3. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	x				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		x			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			

16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

1. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Secretaria de Política Econômica é um Órgão singular do Ministério da Fazenda que possui características de assessoria ao Ministro, não prestando, pois, atendimento ordinário ao cidadão.

As formas de relacionamento da SPE com a sociedade são as seguintes:

- Acompanhamento de projetos de legislação ou regulamentação, emitindo pareceres técnicos;
- Representação do MF em diversos fóruns e comitês técnicos relacionados com as políticas econômicas, sociais e setoriais;
- Recepção e análise de propostas de políticas setoriais;
- Recepção e análise de pleitos e demandas de formulação de políticas;
- Gestão do relacionamento com investidores.

As demandas dos cidadãos são recebidas por meio do Protocolo, da Ouvidoria, SIC e e-mail, no caso de agendamento de reuniões.

1.1. Canais de acesso do cidadão

Alguns canais de acesso ao cidadão estão reunidos no link “fale conosco” na página eletrônica da SPE, no endereço abaixo:

https://www1.fazenda.gov.br/spe/novo_site/home/fale_conosco.html.

Nessa página, é possível:

- Obter endereço para correspondências;
- Obter telefones de contato;
- Agendar reuniões; e
- Registrar demandas na Ouvidoria.

Segue uma breve descrição com alguns dados dos principais canais de acesso do cidadão à SPE:

Ouvidoria

Canal para realizar denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitação de informações, entre outros. Disponível no e-mail ouvidoria.df.spe@fazenda.gov.br, assim como no Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (SisOuvidor), cuja gestão compete à Ouvidoria Geral do MF.

Seguem alguns dados estatísticos da Ouvidoria da SPE.

Sistema Ouvidor - Informações Consolidadas - Rel. 007

Mês/Ano: Janeiro/2015

SPE - Ouvidoria da Secretaria de Política Econômica													
Quantitativo de Mensagens - Canais de Acesso													
CANAL	Mês / Ano *												
	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14	Jan/15
Auto-Antendimento - Internet	8	0	1	0	0	0	3	1	1	0	0	0	0
Carta-Resposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Carta/Fax	2	1	0	1	2	2	2	0	1	2	1	0	3
E-mail	5	3	2	1	1	1	2	1	8	2	1	2	3

Pessoalmente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço "0800"	2	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Telefone	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	17	4	3	2	4	4	7	2	10	4	2	2	6
* Últimos 13 meses.													

Relatório emitido às 17:52 do dia 03/03/2015 por Gian Lucca Matias

Sistema Ouvidor - Informações Consolidadas - Rel. 006

Mês/Ano: Janeiro/2015

SPE - Ouvidoria da Secretaria de Política Econômica													
Quantitativo de Mensagens - Status de Manifestação													
	Mês / Ano *												
	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14	Jan/15
Cadastrada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concluída	16	4	3	2	4	4	7	2	10	4	1	2	6
Em Tratamento	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Excluída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	17	4	3	2	4	4	7	2	10	4	2	2	6
* Últimos 13 meses.													

Relatório emitido às 17:51 do dia 03/03/2015 por Gian Lucca Matias

Sistema Ouvidor - Informações Consolidadas - Rel. 005

Mês/Ano: Janeiro/2015

SPE - Ouvidoria da Secretaria de Política Econômica													
Quantitativo de Mensagens - Tipo de Manifestação													
	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14	Jan/15
Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Elogio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informação/Solicitação	6	1	0	0	1	2	4	0	8	2	2	1	2
Reclamação	2	0	0	2	2	0	0	0	1	0	0	0	1
Sem Classificação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sugestão	9	3	3	0	1	2	3	2	1	2	0	1	3
Total	17	4	3	2	4	4	7	2	10	4	2	2	6
* Últimos 13 meses.													

Relatório emitido às 17:49 do dia 03/03/2015 por Gian Lucca Matias

SIC

O serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é um canal criado para atender e orientar o público quanto ao acesso às informações que não estão disponíveis no sítio da SPE. O SIC possui um link na página da Secretaria e está disponível no seguinte endereço: <http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/sic.htm>.

Caso o cidadão não tenha acesso à internet, os pedidos de informação podem ser encaminhados para o Protocolo SIC: SAS Quadra 6, Bloco O – Edifício Órgãos Centrais. Cep: 70070-917. Brasília – DF.

No exercício de 2014, foram recebidos 30 pleitos e expedidas 32 respostas (há situações em que um pleito recebe mais de uma resposta).

Reuniões

São agendadas por meio do correio eletrônico indicado na página da Secretaria.

A SPE não contém registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de reuniões agendadas em 2014.

Protocolo de documentos

Disponível na Sede do Ministério da Fazenda, 3º andar, para recebimento de correspondências.

1.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A SPE passou, no exercício de 2014, a integrar a Carta de Serviços do Ministério da Fazenda, disponível no endereço <https://www1.fazenda.gov.br/carta/> e que redireciona o cidadão para um canal de comunicação com a Secretaria, estabelecendo um prazo para o atendimento. Trata-se a 2ª edição da Carta de Serviços do MF, publicada em 3 de novembro de 2014 pela Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda.

1.3. Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

A SPE não dispõe de mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços, considerando que os dados gerenciais e estatísticos da Ouvidoria não constituem tal mecanismo.

1.4. Acesso às informações da Secretaria

As principais publicações da SPE estão disponíveis na página eletrônica da Secretaria, no endereço: https://www1.fazenda.gov.br/spe/novo_site/home/index.html. Destaca-se a publicação de indicadores econômicos na página principal e a divulgação de informativos na opção “informativos” no menu principal.

Os relatórios de gestão estão disponíveis na opção “serviços” do menu principal ou no endereço https://www1.fazenda.gov.br/spe/novo_site/home/rel_gestao.html. Nessa página também constam, classificados por ano e junto aos relatórios de gestão, os relatórios e certificados de auditoria.

1.5. Avaliação do desempenho da Secretaria

Está em estudo na SPE a inclusão de pesquisa de satisfação com relação à qualidade da informação prestada pelo Órgão.

1.6. Medidas relativas à acessibilidade

O site da SPE ainda não está adequado aos padrões da Identidade Digital do Governo (IDG). A gestão dos demais canais de comunicação, como o SisOuvidor e a Carta de Serviços do MF, compete a outras unidades da estrutura desse Ministério.

A gestão predial, por sua vez, foge da competência da SPE, sendo as medidas de acessibilidade de responsabilidade de outras unidades do Ministério da Fazenda.

1. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Não se aplicam à SPE, devido à sua natureza, as informações solicitadas no tópico de custos de produtos e serviços.

1.1. Planejamento estratégico

O processo de planejamento estratégico da Secretaria de Política Econômica (SPE) não é propriamente estruturado, sendo definido pelo Secretário e Secretários-Adjuntos e complementado, em grande parte, por ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF), do qual a SPE faz parte.

O PMIMF é coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF), e consiste em um conjunto de ações estruturadas ano a ano com vistas à construção de soluções coletivas de desafios gerenciais comuns a diversos órgãos da estrutura do MF, à modernização da gestão e à busca por maior eficiência e eficácia das ações do Ministério no exercício de suas funções.

Nesse sentido, desde 2011 (quando o Programa foi criado), o planejamento estratégico do Ministério da Fazenda tem sido construído de maneira coletiva pelos servidores representantes de cada órgão participante do PMIMF e conduzido pela Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva (SGE/SE/MF), com apoio técnico e metodológico da Fundação Getúlio Vargas e da empresa de consultoria Elo Group. A SPE insere-se, portanto, no plano estratégico do Ministério.

No exercício de 2014, foi realizado o 3º ciclo de planejamento estratégico do PMIMF, que resultou em novas diretrizes e propostas de Projetos Estratégicos Corporativos (PECs).

Além disso, a SPE executou no exercício de 2014 os projetos criados em ciclos anteriores (conforme tabela abaixo) e participou do projeto 201304, construído na frente de Gestão de Pessoas do PMIMF e liderado pela Escola de Administração Fazendária - ESAF/MF, através do qual realizou o mapeamento das competências de seus servidores, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), que utiliza metodologia própria reconhecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Tabela 1 - Projetos Estratégicos Corporativos executados pela SPE em 2014

Projetos liderados e executados pela SPE em 2014		
PEC	Assunto	Situação
PEC201232	Novo Emprego no Brasil.: diagnóstico e instrumentalização da avaliação do mercado de trabalho brasileiro.	Concluído em 2014
PEC201233	Uniformização e aprimoramento das metodologias de cálculo da carga tributária.	Concluído em 2014
PEC201234	Elaboração de estudo sobre os impactos da Reforma Tributária no Federalismo Fiscal.	Em andamento
PEC201235	Formulação de medidas para reduzir a participação dos instrumentos financeiros remunerados por taxas de um dia na economia.	Concluído em 2014
PEC201237	Elaboração de diagnóstico das cadeias produtivas do arroz, milho, trigo e soja e de estudo prospectivo dos instrumentos de política agrícola.	Concluído em 2014
PEC201302	Estruturação de uma lógica meritocrática no MF, no âmbito dos subsistemas de RH.	Em andamento

Vale ressaltar que outras ações foram desenvolvidas no âmbito do PMIMF em 2014 com a participação da SPE, como a criação de Comitê de Riscos, a construção e implantação do Modelo de Gestão Integrada com Foco em Resultados do Ministério da Fazenda e a aprovação de uma proposta de indicadores de estratégia e de impacto e conjuntura do MF, entre outras.

Adicionalmente, a SPE deu início, no referido exercício, à prática de realização de reuniões periódicas internas com seus secretários-adjuntos e coordenadores-gerais com o objetivo de debater pontos críticos relacionados à gestão, dentre os quais destaca-se o planejamento estratégico. Deu-se início, assim, à busca do amadurecimento do processo de planejamento próprio da SPE, e já foram colhidos alguns resultados, como:

- Aprimoramento da Cadeia de Valor da SPE e identificação dos clientes e resultados entregues por cada Coordenação-Geral em cada processo (informações apresentadas no tópico 1.4 deste Relatório, que trata de Macroprocessos finalísticos); e
- Diagnóstico da situação da gestão da Secretaria.

1.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Neste tópico, não serão apresentadas, por não se aplicarem à SPE, as seguintes informações:

- Programa Temático: O Programa Temático 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional é de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional/MF.
- Ações/Subtítulos – OFSS: A Ação 20Z6 - Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais, também é de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, e a SPE é responsável pelo Plano Orçamentário nº 001 – Formulação de Coordenação de Políticas Econômicas.
- Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS; e
- Ações – Orçamento de investimento – OI.

1.2.1 Objetivo

Quadro 1 - Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.					
Código	0887	Órgão	Ministério da Fazenda			
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional			Código	2039	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
01	Nota Emitida	UN	200	200	200	100%

1.2.1.1. Análise Situacional

No Objetivo 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União. A SPE é responsável por 02 (duas) metas:

1. Implementar diretrizes de política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade (Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria de Política Econômica – SPE); e
2. Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de

políticas públicas (Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria de Política Econômica – SPE).

A SPE é responsável por 4 (quatro) Iniciativas:

- Iniciativa 03ML - Análise e elaboração de instrumentos econômicos associados às políticas de meio ambiente e mudanças climáticas
- Iniciativa 03MT - Coordenação de ações de política econômica com outros órgãos públicos e demais agentes.
- Iniciativa 03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas
- Iniciativa 03NG - Realização de estudos, análises e acompanhamento de indicadores conjunturais e estudos do impacto econômico das políticas públicas com vistas à proposição de alocação das despesas governamentais em programas que promovam o desenvolvimento econômico com inclusão social.

1.2.1.1 Ações – OFSS

Quadro 2 - Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2026		Tipo: Nacional			
Título	Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais					
Iniciativas	<p>Iniciativa 03ML - Análise e elaboração de instrumentos econômicos associados às políticas de meio ambiente e mudanças climáticas</p> <p>Iniciativa 03MT - Coordenação de ações de política econômica com outros órgãos públicos e demais agentes;</p> <p>Iniciativa 03N6 – Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas;</p> <p>Iniciativa 03NG - Realização de estudos, análises e acompanhamento de indicadores conjunturais e estudos do impacto econômico das políticas públicas com vistas à proposição de alocação das despesas governamentais em programas que promovam o desenvolvimento econômico com inclusão social.</p>					
Objetivo	Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União. Código: 0887					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039 Tipo: Nacional					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda -					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.951.386	2.951.386	2.191.894	1.470.079	1.464.839	41.840	292.991
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
292.994	218.080	38.630	Nota Emitida		UN	200

1.3. Informações sobre indicadores de desempenho operacional

A SPE não conta com indicadores de desempenho estruturados. No exercício de 2014, foi realizado um esforço no âmbito do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF), coordenado pela Secretaria Executiva desse Ministério, para a elaboração de indicadores institucionais. A SPE participou da etapa de elaboração de propostas de indicadores, que foram apresentadas ao Comitê Estratégico de Gestão (CEG) do Ministério em novembro de 2014.

Gestão de Fundos do contexto de atuação da Unidade

Não se aplica à SPE.

1. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Não serão apresentadas nesse tópico as seguintes informações, por não se aplicarem à SPE:

- Despesas com ações de publicidade e propaganda;
- Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- Transferência de recursos; e
- Renúncia sob a Gestão da SPE.

1.1. Programação e execução das despesas

1.1.1 Programação das despesas

Quadro 1 - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Ministério da Fazenda		Código UO: 25101		UGO: 170250	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL				2.451.386,00	
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)					
Dotação final 2013(B)					
Variação (A/B-1)*100					
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		500.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)					
Dotação final 2013(B)					
Variação (A/B-1)*100					

1.1.1.1. Análise crítica

O recurso vinculado ao Programa 2039 “Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional” (constituído pela Ação: 20Z6 – Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais) foi de R\$ 2.951.386 (dois milhões e novecentos e cinquenta e um mil e trezentos e oitenta e seis reais), na fonte de recurso Tesouro – 0100, conforme consta na Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014.

Após a edição dos regulamentos que tratam da programação orçamentária e financeira e estabelecem o detalhamento e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2014, o valor dos limites para movimentação, empenho e pagamento, relativos aos grupos de despesas “3 – Outras Despesas Correntes” e “4 – Investimentos”, foi reduzido ao valor total de R\$ 2.351.386 (dois milhões e trezentos e cinquenta e um mil e trezentos e oitenta e seis

reais), conforme determina o Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, informando a redistribuição dos valores autorizados para movimentação e empenho e para pagamento a serem utilizados no exercício de 2014.

1.1.2 Movimentação de créditos interna e externa

Quadro 2 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	170013	170250	04123203920Z60001			288.959,79
	170013	170531	04123203920Z60001			1.818,255,71
	170013	170006	04123203920Z60001			80.000,00
	170013	170132	04123203920Z60001			4.678,50
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	170013	170250	04123203920Z60001	1.200,00		
	170013	170531	04123203920Z60001	220.394,60		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

1.1.3 Realização da despesa

Não serão apresentadas as seguintes informações neste tópico por não se aplicarem à SPE:

- Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação; e
- Despesas totais por grupos e elementos de despesa – Créditos de Movimentação.

1.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 3 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Ministério da Fazenda	Código UO: 25101		UGO: 170250	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	709.979	710.355	709.979	710.355
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	709.979	710.355	709.979	710.355
e) Concurso				
f) Consulta				

Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	1.581.063	1.161.141	1.043.376	995.382	530.601	165.758	1.043.376	953.817
2º elemento de despesa	234.351	176.078	234.351	176.078	20.627	2.207	234.351	176.078
3º elemento de despesa	88.072	60.463	67.444	60.463	10.787		67.444	60.463
Demais elementos do grupo	84.178	141.586	63.114	139.379			63.114	139.104
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa	169.036	131.511	9.236	6.485	159.800	125.026	3.996	6.485
2º elemento de despesa	52.559	1.893	52.559	1.893			52.559	1.893
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

1.1.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários – Valores executados diretamente pela SPE

Quadro 6 - Despesas executadas diretamente pela UJ - Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Ministério da Fazenda				Código UO: 25101		UGO: 170250		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	234.351	176.078	234.351	176.078	-	-	234.351	176.078
2º elemento de despesa	42.814	53.600	42.814	53.600	-	-	42.814	53.600
3º elemento de despesa	7.357	1.994	7.357	1.994	-	-	7.357	1.994
Demais elementos do grupo	3.238	2.215	3.238	2.215	-	-	3.238	2.215
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa	1.200	6.485	1.200	6.485	-	-	1.200	6.485
2º elemento de despesa								

3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

1.1.3.5 Análise crítica da realização da despesa

O orçamento desta Secretaria de Política Econômica - SPE aprovado na LOA para 2014 foi de R\$ 2.951.386,00 (dois milhões e novecentos e cinquenta e um mil e trezentos e oitenta e seis reais). Entretanto, com o contingenciamento determinado no Decreto de Programação Financeira, a SPE recebeu autorização para executar o montante de R\$ 2.351.386 (dois milhões e trezentos e cinquenta e um mil e trezentos e oitenta e seis reais). O corte mencionado representou uma redução de 20% do orçamento autorizado pelo Congresso Nacional.

Esta SPE priorizou os serviços relevantes a custos economicamente viáveis, especialmente no que tange às despesas com deslocamento a serviço de servidores, diárias nacionais e internacionais. As despesas executadas na fonte 0100, por esta UG 170250, em 2014, foram de R\$ 288.959,79 (duzentos e oitenta e oito mil e novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos).

A SPE descentralizou recursos orçamentário/financeiros nos valores de R\$ 1.818.255,71 (um milhão oitocentos e dezoito mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos) – 170531-SAMF/DF, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) – 170006-COGEP/MF, e, R\$ 4.678,50 (quatro mil seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) – 170132-ESAF/SP, para a execução de ações de competência daqueles órgãos, porém, em benefício do plano de trabalho anual da SPE.

A meta financeira foi atingida conforme o programado, ou seja, do limite de R\$ 2.351.386 (dois milhões e trezentos e cinquenta e um mil e trezentos e oitenta e seis reais) foi executado R\$ 2.191.894 (dois milhões e cento e noventa e um mil e oitocentos e noventa e quatro reais) representando 93% do orçamento previsto para esta SPE.

1.2. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 7 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	292.994	218.080	38.630	36.282
2012				
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	41.840	41.840		
2012				

...				
-----	--	--	--	--

Análise Crítica

A inscrição e a execução dos valores em Restos a Pagar Processados e Não Processados do exercício de 2013 ficaram a cargo da Unidade Gestora 170531 – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF/DF, tendo em vista que os recursos foram descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise.

1.3. Suprimento de Fundos

Esta Unidade Jurisdicionada não efetuou gastos por meio do cartão corporativo do governo federal, tampouco utilizou a modalidade “conta tipo B” de suprimento de fundos. A SPE encaminhou em 09/04/2008, Ofício nº 078/SPE/MF ao Sr. Gerente da Agência Governo solicitando o cancelamento do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal e destruição do mesmo.

1. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

A SPE não é competente para contratar mão de obra de apoio e de estagiários do Ministério da Fazenda, motivo pelo qual não irá prestar informações a respeito da contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância, nem da locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão e contratação de estagiários.

1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Neste tópico, não serão apresentadas, por não se aplicarem à SPE, as informações relativas a custos de pessoal, irregularidades na área de pessoal e indicadores gerenciais sobre recursos humanos, inclusive no que tange à qualificação e capacitação da força de trabalho. A respeito das competências, destaca-se que a SPE iniciou o processo de mapeamento de competências no exercício de 2014, conforme detalhado no tópico 4.1 - Planejamento Estratégico. Tal ação irá subsidiar a elaboração de futuros planos de capacitação da Secretaria, cuja gestão compete à SPOA/MF.

Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da SPE

Quadro 1 - Força de Trabalho da UJ

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	102	15	14
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	49	09	06
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	25	03	04
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	06	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	22	03	04
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	09	01	03
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	111	16	17

Quadro 2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	15	80
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	15	27
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	25
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	06
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	22
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	19	82

Quadro 3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	41	41	12	11
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	41	41	08	06
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	04	04	02	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	04	04	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	14	14	-	01
1.2.4. Sem Vínculo	07	07	01	02
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	10	09	01	02
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	51	50	13	12

Análise Crítica

A Secretaria de Política Econômica não conta com quadro próprio de pessoal, sendo seu corpo funcional formado por servidores integrantes de diversas carreiras da Administração Pública Federal. Tal cenário apresenta um conjunto de fatores positivos e alguns aspectos negativos. A diversidade de carreiras na SPE proporciona uma constante renovação de ideias e reflexão, fator que amplia a qualidade dos debates, com impactos diretos sobre os produtos gerados pela Secretaria.

No entanto, a diversidade de carreiras na organização traz algumas consequências negativas para organização, a saber: inexistência de uma cultura organizacional mais consolidada; diversidade de legislações de pessoal para serem acompanhadas e atendidas; elevada rotatividade de pessoal, em função das regras de movimentação e distribuição desses diversos colaboradores da Administração Pública Federal, bem como perda considerável dos conhecimentos organizacionais, que por vezes são levados pelos servidores que deixam o órgão.

Riscos identificados na gestão de pessoas

As competências da SPE e, em especial, o assessoramento ao Ministro de Estado da Fazenda na formulação, proposição, acompanhamento e coordenação da política econômica demandam um quadro de servidores com um nível técnico muito especializado. No entanto, pelo fato de não contar com carreira própria, a SPE depende exclusivamente de servidores de carreira da Secretaria do Tesouro Nacional (Analistas de Finanças e Controle), de funcionários requisitados do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Eletronorte, dentre outros, e de empregados terceirizados. Os Assistentes Técnico-Administrativos em exercício na SPE são, em sua maioria, de nível médio e não se adéquam plenamente ao perfil das atividades finalísticas da Secretaria. Não há regras institucionalmente definidas e estáveis no âmbito do Ministério da Fazenda que garantam à SPE a cessão de recursos humanos necessários a sua continuidade.

Solucionar a carência de pessoal qualificado torna-se mais premente na área de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, pois a área não conta com quadro próprio de servidores e o perfil especializado é bastante demandado pelos órgãos de origem dos servidores, que dificilmente disponibilizam para outras Secretarias os técnicos de nível superior na área. As demandas numerosas e frequentes necessitam ser atendidas tempestivamente, o que inviabiliza a utilização dos serviços de estrutura centralizada do Ministério da Fazenda. O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, do qual a SPE é cliente, limita-se à parte de infraestrutura e suporte técnico dos sistemas por ele fornecidos.

Além disso, a estrutura da SPE definida no Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, com redação dada pelo Decreto nº 8.029, de 20 de junho de 2013, prevê apenas uma Coordenação de Gestão Administrativa, atualmente incumbida de diferentes funções como planejamento, gestão,

orçamento e finanças, gestão de pessoas, logística, documentação, contratos e informática. Nesse sentido, não há previsão na estrutura do Ministério da Fazenda de uma Coordenação de Tecnologia da Informação, o que destoa de outras Secretarias do Ministério da Fazenda.

A solução em curso apresenta vários riscos administrativos, tais como o precário atendimento das necessidades da SPE, a perda de memória institucional e a ausência de alternativa em caso de não cessão ou retorno de servidores cedidos bem como de não renovação do contrato de serviços terceirizados.

Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

Não se aplica à SPE.

Gestão da Tecnologia da Informação

Não se aplica à SPE.

Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

Não se aplica à SPE.

1. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Neste tópico, não serão apresentadas as seguintes informações, por não se aplicarem à SPE:

- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI), por tratarem-se de informações sigilosas;
- Medidas adotadas em caso de dano ao erário, visto que não houve ocorrências; e
- Alimentação SIASG SICONV.

1.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 1 - Deliberação do TCU atendida no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	015.409/2003-9	1.718/2005	9.1 e 9.3.2		Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda/ Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					
<p>O Acórdão nº 1.718/2005 do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu item 9.1, determina que esta Secretaria de Política Econômica (SPE) calcule os valores efetivamente renunciados por meio dos benefícios financeiros e creditícios e encaminhe ao TCU, até o final do mês de março do ano subsequente, o Demonstrativo anual para compor o Relatório sobre as Contas do Governo da República.</p> <p>Em seu item 9.3.2, o referido Acórdão determina que esta Secretaria elabore metodologia de avaliação quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos programas ou projetos que utilizam recursos renunciados em decorrência de benefícios financeiros e creditícios, haja vista o disposto nos artigos 84, inciso XXIV, 74, incisos I e II, e 165, § 6º, da Constituição Federal.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal					13597
Síntese da providência adotada:					
<p>O cálculo do demonstrativo segue metodologia descrita na Portaria/MF nº 379, de 13 de novembro de 2006. A fim de aprimorar as taxas de juros utilizadas no cálculo do custo de oportunidade do Tesouro Nacional, a métrica de cálculo dos fundos e programas e a inclusão de outros programas no demonstrativo apresentado, a referida portaria foi revisada.</p> <p>O demonstrativo elaborado anualmente pela SPE é composto por uma lista de 42 Programas e Fundos que oferecem diferentes benefícios para os setores agropecuário, produtivo e social. Após o fechamento dos balancetes patrimoniais dos Fundos e Programas, a SPE consolidou as informações financeiras para elaborar o Demonstrativo de benefícios financeiros e creditícios.</p> <p>Esta Secretaria realizou avaliação sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, o CRESCER.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>- Por meio do Ofício nº 10.025/SPE-MF, de 04 de abril de 2014, e Nota Técnica nº 10.015/SPE-MF, de 04 de abril de 2014, a SPE encaminhou ao TCU o Demonstrativo dos Valores Efetivamente Renunciados por meio dos Benefícios Financeiros e Creditícios em relação ao exercício de 2013.</p> <p>- Ademais, por meio do Ofício nº 10.079/SPE-MF, de 31 de dezembro de 2014, com a Nota Técnica nº 10.058/SPE-MF de 31 de dezembro de 2014, foi apresentada a avaliação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, o CRESCER. O programa tem o objetivo de estimular o empreendedorismo no País, dar oportunidade a</p>					

novos negócios e atender às necessidades financeiras de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte. Os resultados encontrados permitem concluir que o Programa Crescer tem obtido êxito nos seus objetivos, promovendo a massificação do crédito à população comumente marginalizada neste mercado e gerando melhoria econômica para os mais pobres.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

- A regionalização das informações ainda é uma dificuldade não totalmente superada. A forma de regionalização dos valores calculados seguiu, quando possível, o critério de localização do beneficiário final, conforme definido pela Portaria/MF nº 57. Na impossibilidade ou inviabilidade de aplicação desse critério, especificou-se uma *proxy* ou critério indireto para a distribuição regional dos benefícios apurados.

- A ausência de informações completas disponíveis em uma base consolidada de dados sobre os créditos concedidos foi o principal entrave a uma melhor avaliação da subvenção econômica aos empreendedores de pequeno porte. Foi necessário buscar dados de diferentes fontes, que não estão consolidados e possuem prazos que consideramos grandes para acesso às informações. Ressalta-se que a dificuldade de obtenção de dados tem sido recorrente nas demais avaliações da eficiência, eficácia e efetividade dos benefícios financeiros e creditícios concedidos através dos mais variados Fundos e Programas.

- Destaca-se também a dificuldade, dada às peculiaridades dos Fundos e Programas, de se estabelecer uma metodologia única de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade da concessão de benefícios financeiros e creditícios para os mesmos.

Quadro 2 - Deliberação do TCU atendida no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	010.107/2007-8	1.690/2007	9.4	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					
9.4. Determinar à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda que encaminhe relatório anual, em meio eletrônico ou magnético, com recorte específico do Programa de Aceleração do Crescimento, até o dia 30 de março de cada ano, do qual constem:					
9.4.1. os valores dos subsídios creditícios e financeiros implícitos e explícitos ao orçamento, segundo critérios orçamentários e distributivos;					
9.4.2. avaliação do impacto, na economia, dos resultados dos projetos/empreendimentos e programas subsidiados, com a respectiva metodologia de cálculo utilizada.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal					13597
Síntese da providência adotada:					
Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 10.021/SPE-MF, de 31 de março de 2014, a Nota Técnica nº 10.011/SPE-MF e a Nota Técnica nº 10.012/SPE-MF, ambas de 31 de março de 2014 com, respectivamente: a avaliação dos impactos, na economia, dos projetos/empreendimentos do PAC que contaram com subsídios creditícios e financeiros implícitos; e o cálculo estimado destes subsídios.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Nota Técnica nº 10.011 enviada mostra que a Metodologia de Cálculo usada pela SPE para estimar o valor dos subsídios concedidos, no âmbito do PAC, considera o valor do financiamento como ativo do setor público, cujo retorno é dado pela diferença entre a taxa de juros do empréstimo e o custo de oportunidade estipulado para o recurso. Os valores das operações de crédito contratados, em 2013, chegaram a R\$ 19,3 bilhões. Já os desembolsados, no mesmo período, atingiram R\$ 22,9 bilhões.					
Do ponto de vista da destinação dos recursos, destacou-se o eixo de infraestrutura em logística com 40,2% com relação aos valores contratados, enquanto que nos valores desembolsados sobressaiu-se o eixo de infraestrutura em energia, com 60,6% do total de recursos. Os subsídios creditícios foram estimados, a valores de dezembro de 2013,					

em: R\$ 2,62 bilhões a partir dos valores desembolsados e R\$ 2,16 bilhões tomando por base os valores contratados.

A Nota Técnica nº 10.012 enviada mostra que, ao longo dos últimos anos o PAC foi sendo ampliado e ajustado, se tornando uma importante ferramenta para a economia brasileira enfrentar a crise financeira mundial entre 2008 e 2009, voltando a ser usado no sentido de dirimir os efeitos das dificuldades do mercado externo entre 2011 e 2013. Além disso, o próprio escopo do Programa foi ampliado incluindo, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida.

A contribuição do PAC para a economia brasileira é evidente. Se o crescimento econômico não foi mais robusto nestes três últimos anos, diante da magnitude do pacote de iniciativas impetradas pelo PAC, fortemente focadas em investimentos de infraestrutura, é inegável que sem o programa o cenário internacional pouco favorável teria tido efeitos ainda mais danosos sobre o desempenho econômico do país.

Por outro lado, em termos de evolução das condições socioeconômicas, os ganhos pós-PAC são inegáveis. A melhoria do mercado de trabalho, não só em termos da redução do desemprego, mas em termos de aprimoramento das relações trabalhistas, e a redução das desigualdades sociais e regionais são inquestionáveis.

O PAC é um componente central das mudanças internas e de inserção internacional da economia brasileira, gerando resiliência, fomentando a aceleração do crescimento econômico e, principalmente, melhorando as condições de vida da população brasileira.

Nos últimos três anos o PAC 2 concluiu empreendimentos no valor de R\$ 773,4 bilhões, o que corresponde a 76,1% do valor das ações previstas para o período 2011-2014. Desse total, R\$ 301,0 bilhões foram realizados em 2013. Esse resultado é 12,4% superior ao mesmo período de 2012, quando o volume de empreendimentos concluídos era de R\$ 268 bilhões.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos que facilitaram a execução do trabalho em 2014:

- memória institucional adequada às exigências metodológicas do trabalho;
- reuniões técnicas periódicas realizadas com a equipe do TCU, não apenas durante a execução dos trabalhos, mas antes e depois da apresentação dos resultados.
- formatação adequada no envio das informações das instituições financeiras à SPE;

Dificuldades relacionadas ao atendimento às demandas do TCU:

- complexidade da tarefa por vezes dificulta a compreensão do real significado do cálculo dos subsídios. Saliente-se, a este respeito: tratar-se de estimativa ancorada em hipóteses acerca do comportamento de variáveis macroeconômicas no futuro e dos próprios fluxos dos empréstimos; e que a estimativa diz respeito ao custo implícito dos financiamentos para o Governo Federal diluído ao longo de todo o período de vigência dos empréstimos;
- como tornar mais precisa a avaliação dos milhares de projetos do PAC executados por Governos, empresas privadas e empresas estatais?

Quadro 3 - Deliberação do TCU atendida no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica (SPE)					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	034.303/2011-1	3.249/2012	9.2	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					

9.2. determinar à Semag, com base no art. 157, caput, do Regimento Interno do TCU, que, em 2013, acompanhe o desenrolar das renúncias de receitas tributárias, financeiras e creditícias oferecidas pela União relacionadas à Copa do Mundo de 2014, em especial no que se refere ao seguinte:

9.2.3. expectativa total de subsídios creditícios concedidos aos projetos da Copa 2014, a valor presente, bem como os valores até então desembolsados, por ano, decorrentes das operações de financiamento firmadas com os bancos públicos federais;

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal	13597
Síntese da providência adotada:	
Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 10.020/SPE-MF, de 31 de março de 2014, a Nota Técnica nº 10.010/SPE-MF de 31 de março de 2014 com o cálculo estimado destes subsídios e a Metodologia de Cálculo.	
Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 10.027/SPE-MF, de 14 de abril de 2014, a Nota Técnica nº 10.018/SPE-MF de 10 de abril de 2014 com a revisão do cálculo estimado destes subsídios e a Metodologia de Cálculo. O Ofício nº 0164/2014-TCU/SEMAG, de 7/4/2014, comunicou a reclassificação dos projetos das Arenas Pernambuco e Fonte Nova financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no âmbito das informações prestadas para o cálculo dos subsídios nas operações de crédito realizadas pelas no âmbito do evento COPA 2014. Em função dessa reclassificação, pelo referido Ofício, foram encaminhados os novos valores dos subsídios.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Nota Técnica enviada mostra que a Metodologia de Cálculo usada pela SPE para estimar o valor dos subsídios concedidos, no âmbito da COPA, considera o valor do financiamento como ativo do setor público, cujo retorno é dado pela diferença entre a taxa de juros do empréstimo e o custo de oportunidade estipulado para o recurso. Procopa Arenas – destinado à reforma e construção de estádios - com 65,7% dos valores contratados e 68,8% dos valores desembolsados no ano de 2013.	
Os subsídios creditícios foram estimados, a valores de dezembro de 2013, em: R\$ 265,3 milhões a partir dos valores desembolsados; e R\$ 124,4 milhões tomando por base os valores contratados.	
Os valores das operações de crédito contratados, em 2013, chegaram a R\$ 1,0 bilhão. Já os desembolsados, no mesmo período, atingiram R\$ 2,4 bilhões.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fatores positivos que facilitaram a execução do trabalho em 2014:	
- aplicação da mesma metodologia utilizada para o cálculo dos benefícios financeiros e creditícios no Acórdão 1690/2007 às operações associadas à Copa do Mundo FIFA 2014;	
Dificuldades relacionadas ao atendimento às demandas do TCU:	
- complexidade da tarefa por vezes dificulta a compreensão do real significado do cálculo dos subsídios. Saliente-se, a este respeito: tratar-se de <u>estimativa</u> ancorada em hipóteses acerca do comportamento de variáveis macroeconômicas no futuro e dos próprios fluxos dos empréstimos; e que a estimativa diz respeito ao custo implícito dos financiamentos para o Governo Federal diluído ao longo de todo o período de vigência dos empréstimos.	

Quadro 4 - Deliberação do TCU atendida no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria de Política Econômica (SPE)	1987

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	022.684/2010-7	3.071/2012	9.1.8		Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda/ Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					
O Acórdão nº 3.071/2012 do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu item 9.1.8:					
9.1.8. informe, até 31 de outubro de cada ano, o programa em que incidem benefícios financeiros ou creditícios a ser avaliado no ano subsequente, anexando um plano avaliativo que contemple, no mínimo, a situação-problema, os produtos gerados e os resultados alcançados, os recursos aplicados, as questões a serem respondidas por meio da avaliação, e a data prevista para sua conclusão, em consonância com o disposto no Acórdão 1.718/2005-TCU-Plenário, e nos arts. 84, inciso XXIV, 74, incisos I e II, e 165, § 6º, da Constituição Federal;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal					13597
Síntese da providência adotada:					
Esta Secretaria enviou, por meio do Ofício nº 10.073, de 30 de outubro de 2014, o Plano Avaliativo do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, a ser avaliado no ano de 2015.					
Síntese dos resultados obtidos					
- No Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios, calculado por esta SPE, relativo ao ano de 2013, o valor da despesa com subsídio a esse programa, considerando todas as suas modalidades, foi estimado em R\$ 652 milhões. Para 2014, de acordo com as projeções efetuadas para compor as Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, a previsão de despesas com o PROEX é de R\$ 1.126 milhões. Dos quarenta fundos e programas calculados, o PROEX representou o décimo maior valor anual de subsídio – tanto para 2013, como para 2014.					
- Neste sentido, considerando a materialidade dos recursos aplicados no programa e a importância das exportações para o desenvolvimento econômico, bem como os instrumentos de apoio ao comércio exterior e o papel do governo por meio de políticas de crédito à exportação, a SPE propôs fazer a avaliação de aspectos ligados à eficiência, eficácia e efetividade do subsídio concedido no âmbito do PROEX.					
- O projeto contém a situação-problema, os produtos gerados e os resultados alcançados, os recursos aplicados, as questões a serem respondidas por meio da avaliação, e a data prevista para sua conclusão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
- Destaca-se também a dificuldade, dada às peculiaridades dos Fundos e Programas, de se estabelecer uma metodologia única de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade da concessão de benefícios financeiros e creditícios.					

Quadro 5 - Deliberação do TCU atendida no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica (SPE)					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	022.684/2010-7	3.071/2012	9.3.5 e 9.3.6		Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda/ Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					

9.3.5. conjuntamente com a SPE, apure e encaminhe anualmente à CGU, para fins de integrar a Prestação de Contas do Presidente da República, o montante total dos subsídios financeiros e créditos incorridos no exercício anterior, decorrentes das operações de crédito da União ao BNDES realizadas a partir de 2008, assim como o montante das despesas financeiras da União relativas às referidas operações, acompanhado da metodologia de cálculo utilizada, para fins de análise das Contas do Governo da República, conforme o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992;

9.3.6. conjuntamente com a SPE, apure e encaminhe anualmente à CGU, para fins de integrar a Prestação de Contas do Presidente da República, o montante total dos subsídios financeiros e créditos incorridos no exercício anterior, decorrentes das subvenções concedidas pela União por meio do BNDES, assim como o montante das despesas financeiras da União relativas às referidas operações, acompanhado da metodologia de cálculo utilizada, para fins de análise das Contas do Governo da República, conforme o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992;

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal	13597
Síntese da providência adotada:	
A Secretaria do Tesouro Nacional enviou, por meio do Ofício nº 71, de 7 de abril de 2014, os dados solicitados conjuntamente à SPE e à STN.	
Síntese dos resultados obtidos	
- De acordo com a metodologia utilizada pela SPE, para as operações de crédito da União com o BNDES com subsídio implícito, o subsídio relativo ao exercício de 2013 equivale ao próprio impacto na DLSP, ou seja, R\$10.629 milhões, enquanto a despesa financeira, equivalente ao impacto na DBGG, alcançou o montante de R\$47.494 milhões no mesmo período.	
- Com respeito às operações de crédito da União com o BNDES que acarretem subvenção ou subsídio explícito, conforme consta do DBFC de 2013, o subsídio atingiu o montante de R\$121,8 milhões.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
- Não há pontos a destacar.	

Deliberações do TCU pendentes de atendimento no exercício

Quadro 6 - Deliberação do TCU não atendida no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica (SPE)					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	022.684/2010-7	3.071/2012	9.1.5 e 9.1.6		Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda/ Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação					
9.1.5. elabore anualmente, em conjunto com a STN, com relação às operações de crédito realizadas entre a União e o BNDES a partir de 2008, projeções que permitam conhecer o montante total de benefícios financeiros e créditos concedidos pela União, contemplando os subsídios previstos para todo o período de duração dos empréstimos e apresentando recorte específico para os quatro anos seguintes, informando os resultados e a metodologia ao TCU até 31 de março de cada exercício, com fundamento no art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992;					
9.1.6. elabore a cada exercício a partir de 2012, em conjunto com a STN, com relação às operações de crédito da União					

ao BNDES efetivadas a partir de 2008, projeções que permitam conhecer o montante total das despesas financeiras, relativas aos juros e demais encargos decorrentes da captação de recursos pelo Tesouro Nacional, contemplando todo o período de duração dos empréstimos e apresentando recorte específico para os quatro anos seguintes, informando os resultados e a metodologia ao TCU até 31 de março de cada exercício, com fulcro no que dispõe o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992;

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal	13597
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Conforme o Ofício nº 10.001, de 09 de janeiro de 2015, o Ministério da Fazenda entende, após os eventos descritos no Ofício nº 8/2014/GABIN/SPE/MF-DF, que a discussão da metodologia de projeção dos resultados dos subsídios e despesas financeiras está suficientemente aprofundada e madura para a divulgação nas Contas do Governo da República do exercício de 2014. Neste sentido, SPE e STN atenderão ambos os subitens no prazo indicado pelo Tribunal, ou seja, 31 de março de 2015. As secretarias se dispõem ainda a se reunir com os técnicos do Tribunal de Contas da União a fim de efetuar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre a metodologia a ser utilizada, caso seja interesse da instituição.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Dificuldade em consolidar um entendimento sobre a metodologia de avaliação adequada para a projeção dos benefícios financeiros e creditícios.	

1.2. Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro 7 - Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	03	08	0
	Entregaram a DBR	03	08	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0


Situação do cumprimento das obrigações

Todos os servidores entregaram a DBR.

A Divisão de Pessoal é o setor responsável para gerenciar o recebimento das Declarações e, que as mesmas são entregue em papel (físico) e, ainda, que as Declarações são enviadas à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda, para guarda e preservação do sigilo fiscal das informações.

1. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

1.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

	<p>Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil Coordenação de Análise Contábil</p>
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	
<p>a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10</p> <p>a.1) As unidades jurisdicionadas a esta setorial contábil atendem, em sua maior parte, as NBC T acima indicadas. Os procedimentos de adoção da NBCT 16.10 estão descritos no item “f” (a metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido). No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação, no entanto as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável) estão com implantação em andamento.</p> <p>Justificativa em caso de resposta negativa à alínea “a” acima</p> <p>b.1) Reconhecimento e mensuração do intangível: projeto em fase de levantamento dos itens que o compõem, principalmente os sistemas corporativos do Ministério, e de negociação com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial para aplicação ao caso.</p> <p>Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo</p> <p>Ativo Imobilizado – Bens Imóveis</p> <p>c.1) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; c.2) Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais.</p> <p>Ativo Imobilizado – Bens Móveis</p> <p>c.3) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; c.4) Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 142120200-Aeronaves e 142122000-Embarcações, não previstos na norma da anterior.</p> <p>Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão</p> <p>Ativo Imobilizado – Bens Imóveis</p> <p>d.1) O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:</p>	

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

- Para fins da depreciação, a vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis.

- Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- O valor residual será estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Ativo Imobilizado – Bens Móveis

d.2) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – Método das Cotas Constantes.

As taxas utilizadas para os cálculos

e.1) Depreciação

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (10%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de medição e orientação	15	10
142120600	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, equip. e utens. med., Odont., laborat. e hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversões	10	10
142121200	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e materiais bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de manobra e patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
142122600	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
142122800	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	20	10
142123000	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
142123200	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
142123400	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10
142123500	Equipamentos de processamento de dados	5	10
142123600	Máquinas, instal. e utens. de escritório	10	10
142123800	Máquinas, ferram. e utens. de oficina	10	10
142123900	Equipamentos hidrául. E elétricos	10	10
142124000	Máquinas, equipam. e utensílios. agric./agrop. e rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em geral	10	10
142124600	Semoventes e equipamentos de montaria	10	10
142124800	Veículos diversos	15	10
142125100	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10
142125200	Veículos de tração mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para automóveis	5	10
142125800	Equip. de mergulho e salvamento	15	10
142126000	Equip., peças e acessórios marítimos	15	10

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Abaixo são descritas as principais metodologias adotadas no âmbito do Ministério da Fazenda para avaliação e mensuração das contas descritas neste item.

f.1) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial ou a qualquer tempo.

A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

f.2) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. Destaca-se que a dívida pública federal é atualizada até o dia 31.12.2014, pelos índices oficiais do IGP-DI, divulgado pela FGV, e do IPCA, divulgado pelo IBGE. Em razão do fechamento do SIAFI ocorrer em data anterior a esta, os valores registrados neste sistema não contemplam as variações destes índices, sendo atualizados no mês subsequente.

A contabilização dos tributos federais administrados pela RFB foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Visa atender, especificamente, aos princípios da competência e da oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, além da Lei nº 4.320/1964, artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem.

Os créditos de dívida ativa também são reconhecidos no SIAFI em atendimento às normas supracitadas, todos no realizável a longo prazo, tendo os seus registros atualizados no sistema mensalmente, tal como ocorre com os créditos administrados pela RFB.

Considerando a recomendação do TCU (Acórdão 1274/2011), referente à conciliação e quantificação dos valores do estoque da dívida ativa da união, foi constituído um Grupo de Trabalho formado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), por meio da Portaria GM/MF nº 310 de 04/04/2014. Como resultado do Grupo de Trabalho, a Seccional Contábil da PGFN efetuou os registros de ajustes nos créditos.

Além disso, destacam-se os haveres financeiros juntos a Estados e Municípios e os créditos de fundos e operações fiscais, além de outros créditos como os por cessão de pessoal e diversos responsáveis, os quais são atualizados até a data do balanço.

As provisões (ajustes) para perdas são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f.3) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o preço médio ponderado. O Ministério da Fazenda realiza o controle dos seus estoques por intermédio do SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

Além dos materiais de consumo, também são registrados e controlados os Selos de Controle utilizados pela Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 46 da Lei 4.502/64 e do art. 284 do Regulamento do IPI, cujo controle é realizado por meio do Sistema de Administração de Selos de Controle – SELECON.

f.4) Investimentos

Os investimentos são avaliados, em sua maioria, pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos que não sejam de coligadas ou controladas, ou aqueles investimentos em coligadas, porém não considerados relevantes, bem como as participações em organismos internacionais, são avaliados pelo método de custo.

f.5) Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNET. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido.

Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f.6) Intangível

O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de custo. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido.

Ressalta-se que alguns itens não estão reconhecidos contabilmente, principalmente os sistemas corporativos do Ministério, estando em fase de levantamento por parte dos órgãos. Ainda não está em prática o registro da amortização do intangível e redução ao valor incorporável.

f.7) Diferido

O ativo diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. Este Ministério não dispõe de registros contábeis neste item.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício

O primeiro impacto corresponde à apresentação do Demonstrativo das Variações Patrimoniais, grupo de contas do Resultado Extra Orçamentário, onde é possível identificar uma variação líquida positiva (constituição menos as reversões) de R\$ 255.889.854.906,36, considerando apenas os saldos vinculados aos ajustes para perdas nos itens do ativo, reconhecimento dos créditos tributários, reconhecimento de passivos sem dotação orçamentária e registro das provisões da folha de salários conforme quadro abaixo. Ressalta-se que ocorreram impactos também em elementos patrimoniais sem contrapartida no resultado do período, mas como ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido.

O segundo impacto diz respeito à aproximação entre as informações dispostas nas demonstrações contábeis geradas no setor público e as do setor privado, contribuindo, inclusive, com a implantação do sistema de custos previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

	DVP	Impactos NBCT	DVP sem os Impactos
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(300.854.778.139,83)	-	(300.854.778.139,83)
Variações ativas	5.067.969.958.273,86		5.067.969.958.273,86
Variações passivas	5.368.824.736.413,69		5.368.824.736.413,69
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	340.565.539.194,53	255.889.854.906,36	84.675.684.288,17
Variações ativas	6.247.450.271.651,84	529.843.125.482,40	5.717.607.146.169,44
<i>Incorporação de direitos</i>		383.321.014.012,21	
<i>Ajustes de créditos</i>		143.101.112.168,92	
<i>Desincorporação de passivos</i>		3.420.999.301,27	
Variações passivas	5.906.884.732.457,31	273.953.270.576,04	5.632.931.461.881,27
<i>Baixa de direitos</i>		253.926.775.041,49	
<i>Ajustes de créditos</i>		17.999.602.680,99	
<i>Depreciação</i>		100.694.084,72	
<i>Incorporação de passivos</i>		1.926.198.768,84	
RESULTADO PATRIMONIAL	39.710.761.054,70		(216.179.093.851,66)
Data	Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2015.		
Assinatura	<hr/> Heriberto Henrique Vilela do Nascimento		

1.2. Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas



Ministério da Fazenda
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil
Coordenação de Análise Contábil

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), na condição de órgão setorial do Sistema de Contabilidade Federal, é responsável pelo projeto “Frente de Custos do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF)”, programa criado em 2011 e coordenado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica, da Secretaria Executiva do MF (SGE/SE/MF).

O projeto foi abordado na Portaria GMF nº 324, de 24/07/2014, a qual estabelece que o Comitê Estratégico de Gestão (CEG), órgão colegiado do MF, tem por competência e finalidade estabelecer políticas relacionadas à gestão de custos, dentre outros, podendo solicitar aos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MF quaisquer informações necessárias para a realização dos seus trabalhos (art. 2º).

Nesse sentido, o projeto conta com a participação de representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), além da Secretaria Executiva, por meio da composição de dois grupos, constituídos em 28/05/2014: o grupo de interface e o grupo técnico de mensuração.

A primeira etapa de execução do projeto foi concluída em 25/06/2014, quando o grupo técnico identificou, preliminarmente, os objetos de custo do Ministério, segregados por ator.

Validados os objetos de custo, a etapa seguinte consistiu na alocação dos custos de pessoal por unidade organizacional aos objetos identificados, conforme planilhas desenvolvidas no grupo técnico de mensuração. Tal etapa teve como prazo a data de 27/08/2014.

A partir de 1º de outubro, passou-se à próxima etapa, que consistiu na execução de um piloto por parte das UG's executoras da SPOA, as quais apropriam a maior parte dos custos para todo o MF. Com isso, o projeto foi validado para implantação em todo o Ministério a partir de 1º de janeiro de 2015.

Dessa maneira, foi disponibilizado o Manual de Mensuração dos Custos, de adoção obrigatória por parte das Unidades do Ministério, além de apresentação em PowerPoint e planilhas auxiliares, no seguinte endereço eletrônico da internet:

<http://www.pmimf.fazenda.gov.br/frentes-de-atuacao-do-pmimf/custos/arquivos-para-download>.

Com a implantação do projeto, os resultados esperados consistem na geração de informações sobre os custos das políticas públicas e dos programas executados pelo Ministério, permitindo fornecer subsídios para a tomada de decisões que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público e para avaliação dos resultados.

Identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados

As subunidades administrativas que terão os seus custos apurados correspondem aos órgãos que

participam do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda – PMIMF, ou seja, toda a administração direta do Ministério, descritos a seguir:

- Gabinete do Ministro da Fazenda;
- Secretaria Executiva;
- Escola de Administração Fazendária;
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- Receita Federal do Brasil;
- Secretaria de Assuntos Internacionais;
- Secretaria de Assuntos Econômicos;
- Secretaria de Política Econômica;
- Secretaria do Tesouro Nacional;
- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras;
- Conselho Nacional de Política Fazendária;
- Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional;
- Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização.

Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos

O sistema utilizado no Ministério é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC.

Conforme definição da Secretaria do Tesouro Nacional, o SIC é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan (SIOP), para a geração de informações.

A informação de custo surge a partir de ajustes efetuados na informação inicial obtida do SIAFI. O estágio da despesa orçamentária que mais se aproxima da informação de custo é o da liquidação, sendo, portanto a despesa liquidada o ponto de partida da informação que deve alimentar o sistema de custos.

Os ajustes contábeis são efetuados em duas etapas. Na primeira, o ajuste inicial consiste na identificação e carregamento de informações baseadas em contas contábeis que trazem a informação orçamentária e não orçamentária, ajustando-se por acréscimo ou exclusão dos valores, conforme conceitos de contabilidade de custos. A segunda etapa do ajuste consiste na exclusão de informações que estejam nas contas acima, mas que não compõem a informação de custo.

Sua existência atende ao art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que obriga a Administração Pública a manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. E, conforme a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, compete à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tratar de assuntos relacionados à área de custos na Administração Pública Federal.

Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

Para fins de definição dos objetos para alocação dos custos incorridos e apurados no SIAFI, foi utilizada a Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Fazenda, que corresponde ao conjunto de todos os macroprocessos corporativos (finalísticos e de estratégia, gestão e suporte), executados de forma inter-relacionada pelos órgãos responsáveis pela entrega de valor para a sociedade. A

utilização da Cadeia de Valor se justifica, portanto, pelo fato dela representar da melhor forma a descrição dos serviços resultantes da atuação do Ministério, especialmente decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos. Adicionalmente, o SIC produz de forma automática informações de custos baseados nas classificações programática, institucional, por unidade gestora responsável e por natureza, dentre outras.

Para os objetos de custo, foi desenvolvida uma codificação de associação de números relacionados à Cadeia de Valor, da seguinte forma.

1º) O primeiro dígito identifica o tipo de cadeia, que pode ser finalística (número 1) ou de estratégia, gestão e suporte (número 2).

2º) O segundo dígito identifica o título da cadeia, relacionado ao valor que é entregue à sociedade. Foram identificados 9 títulos para a cadeia finalística e 8 para a cadeia de estratégia, gestão e suporte.

3º) O terceiro e o quarto dígitos identificam os objetos de custos, que são relacionados aos macroprocessos. Foram identificados 29 macroprocessos da cadeia finalística. Além disso, foram estabelecidos 8 macroprocessos da cadeia de estratégia, gestão e suporte como objetos de custo.

4º) O quinto e o sexto dígitos identificam o órgão beneficiado pelos custos incorridos. São os mesmos atores elencados no PMIMF, ou seja, quinze órgãos da administração direta do Ministério da Fazenda.

Tendo em vista a representatividade dos custos do Ministério, foram estabelecidas sistemáticas diferenciadas no tratamento dos valores apurados, observando os seguintes grupos:

1) Pessoal, encargos e custeio na folha de pagamento (pessoal ativo, contribuições previdenciárias, assistência médica, auxílio alimentação, auxílio transporte) – leva-se em conta o nível de departamentalização e verifica-se a participação do custo de cada unidade organizacional ou, se necessário, nos objetos de custo do órgão;

2) Sistemas informatizados – a apropriação é realizada através da participação dos custos com sistemas informatizados em cada objeto de custo finalístico ou de estratégia, gestão e suporte; e,

3) Demais custos (diárias, passagens, serviços, consumo de material etc) – esses custos serão alocados conforme o benefício que a despesa gera em relação ao objeto de custo (macroprocesso). Observa-se que se forem relativos a despesas administrativas (ex. telefone, água, energia elétrica, vigilância etc) não serão alocados nos objetos finalísticos, mas nos objetos de estratégia, gestão e suporte.

O método de custeio predominante é o direto, com adoção de rateio para alguns custos indiretos.

Impactos na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos

Conforme o cronograma de implantação do projeto “Modelo de Mensuração dos Custos do MF”, a partir de 1º de outubro de 2014 iniciou-se o período de implantação do projeto-piloto, com término para 31 de dezembro de 2014. Nesse período, as UGs executoras da SPOA e respectivas Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados alocaram os custos aos seus objetos correspondentes via Siafi Web. A partir de 1º de janeiro de 2015 o projeto foi implantado em todo o Ministério, sendo que a validação do Modelo de Mensuração dos Custos pelos dirigentes desse órgão ocorrerá em 16 de abril de 2015.

Isso posto, vale dizer que, após a validação dos dirigentes, as unidades poderão utilizar as informações. Isso ocorrerá por meio da realização de reuniões periódicas de monitoramento da Cadeia de Valor, em nível estratégico, e da disponibilização de relatórios de custos aos gestores em todos os níveis.

Relatórios para análise de custos e tomada de decisão

Durante o período de implantação do projeto-piloto foi desenvolvido um modelo de relatório utilizando dados dos objetos de custo por Macroprocessos Finalísticos e de Estratégia, Gestão e Suporte, com detalhamento em gastos de folha de pagamento, sistemas informatizados e demais custos, por órgão. Além disso, serão disponibilizados relatório de custos de Programa e Ação conjugados por Unidade Orçamentária e Grupo de Natureza de Despesa, além de relatórios de custo de pessoal por unidade organizacional e relatórios de custeio por unidade gestora, executora e responsável, todos demonstrando a alocação dos custos aos seus objetos.

Data	Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2015.
Assinatura	<hr/> <p style="text-align: center;">Heriberto Henrique Vilela do Nascimento</p>

1.3. Conformidade Contábil



Ministério da Fazenda
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil
Coordenação de Análise Contábil

12.3 Conformidade Contábil

h) Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade.

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências nas transações >CONCONTIR e >CONINCONS relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

A seguir é apresentada a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas.

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Unidades Setorial e Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UG (função: executora)	Unidades Gestoras Executoras
170003- Setorial do MF	SE	30	170006; 170013; 170025; 170032; 170045; 170050; 170064; 170069; 170075; 170100; 170106; 170131; 170166; 170190; 170195; 170207; 170214; 170309; 170344; 170345; 170346; 170347; 170498; 170527; 170531; 170537; 170538; 170554; 170555; 170567
	STN	36	170007; 170403; 170453; 170500; 170502; 170504; 170505; 170506; 170508; 170510; 170512; 170526; 170528; 170579; 170600; 170700; 170701; 170702; 170703; 170705; 170706; 170707; 170708; 170709; 170711; 170712; 170713; 170719; 170720; 170721; 170723; 170724; 170726; 170727; 170804; 170999;
	SEAE	01	170004
	SAIN	01	170191
	SPE	01	170250
	CARF	01	170479
	ESAF	12	170009; 170017; 170039; 170057; 170077; 170087; 170115; 170132; 170155; 170176; 170216; 170402
CEF/Dep.Jud. e Extrajudiciais	01	179104	
170368 – Seccional da SAMF PR	SAMF / PR	01	170153
170371 – Seccional da SAMF MG	SAMF / MG	01	170085
170372 – Seccional da SAMF RJ	SAMF / RJ	01	170114
170373 – Seccional da SAMF RS	SAMF / RS	01	170175
170376 – Seccional da SAMF PE	SAMF / PE	01	170055
170378 – Seccional da SAMF CE	SAMF / CE	01	170038
170379- Seccional RFB	Unid.Centrais RFB	19	170010; 170279; 170289; 170290; 170291; 170293; 170294; 170295; 170296; 170297;

			170298; 170299; 170301; 170302; 170304; 170305; 170307; 170339; 170568
170540- Seccional RFB 10ª RF	10ª RF	15	170177; 170178; 170179; 170180; 170181; 170182; 170183; 170184; 170185; 170186; 170187; 170240; 170263; 170269; 170270
170541- Seccional RFB 1ª RF	1ª RF	12	170018; 170019; 170020; 170109; 170110; 170111; 170192; 170198; 170247; 170271; 170388; 170516
170542- Seccional RFB 2ª RF	2ª RF	14	170022; 170024; 170201; 170205; 170209; 170210; 170213; 170217; 170218; 170219; 170332, 170333, 170334; 170520
170543- Seccional RFB 3ª RF	3ª RF	12	170028; 170030; 170035; 170040; 170041; 170042; 170108; 170225; 170330; 170337; 170387; 170532
170544- Seccional RFB 4ª RF	4ª RF	11	170047; 170052; 170058; 170059; 170060; 170061; 170066; 170335; 170338; 170340; 170341;
170545- Seccional RFB 5ª RF	5ª RF	09	170072; 170078; 170079; 170080; 170081; 170226; 170326; 170327; 170382
170546- Seccional RFB 6ª RF	6ª RF	15	170088; 170089; 170091; 170092; 170093; 170094; 170095; 170096; 170097; 170227; 170248; 170324; 170325; 170328; 170494
170547- Seccional RFB 7ª RF	7ª RF	15	170102; 170103; 170116; 170118; 170119; 170120; 170121; 170122; 170125; 170257; 170258; 170316; 170317; 170383; 170386
170548- Seccional RFB 8ª RF	8ª RF	32	170133; 170134; 170135; 170136; 170137; 170138; 170139; 170141; 170142; 170143; 170144; 170145; 170146; 170147; 170148; 170150; 170168; 170259; 170261; 170262; 170287; 170312; 170313; 170318; 170320; 170321; 170322; 170323; 170385; 170533; 170535; 170551
170549- Seccional RFB 9ª RF	9ª RF	17	170156; 170157; 170158; 170159; 170160; 170161; 170162; 170163; 170169; 170170; 170171; 170172; 170314; 170315; 170342; 170343; 170389
170517 – Seccional PGFN	PGFN	126	170008; 170026; 170033; 170056; 170073; 170076; 170086; 170101; 170107; 170154; 170167; 170196; 170204; 170215; 170228; 170229; 170230; 170231; 170232; 170233; 170234; 170235; 170236; 170237; 170238; 170239; 170252; 170253; 170265; 170266; 170267; 170268; 170272; 170285; 170286; 170308; 170310; 170331; 170349; 170350; 170351; 170352; 170353; 170354; 170355; 170357; 170358; 170404; 170405; 170406; 170407; 170408; 170409; 170410; 170411; 170412; 170413; 170414; 170415; 170416; 170417; 170418; 170419; 170420; 170421; 170422; 170423; 170424; 170425; 170426; 170427; 170428; 170429; 170430; 170431; 170432; 170433; 170434; 170435; 170436; 170437; 170438; 170439; 170440; 170441; 170442; 170443; 170444; 170445; 170446; 170447; 170448; 170449; 170450; 170451; 170452; 170456; 170460; 170461; 170462; 170463; 170464; 170465; 170466; 170467; 170468; 170469; 170470; 170471; 170472; 170473; 170480; 170481; 170482; 170483; 170486; 170487; 170488; 170489; 170490; 170491; 170492; 170493; 170523; 170524; 170525
170999 – CCONT/SUCON/STN	STN Dif.Cambial	01	179999
170501 – COFIN/Sist.Pagto.Brasil.	STN/SPB	01	170501
	Total	388	

a.2) Conformidade Contábil de Órgão:

Setorial Contábil	Estrutura Administrativa do órgão	Quantidade de UG (função: executora)
170003- Setorial de Contabilidade do MF	SE - Secretaria Executiva	36
	STN – Secretaria do Tesouro Nacional	38
	SEAE – Secretaria de Assuntos Econômicos	01
	SAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais	01
	SPE – Secretaria de Política Econômica	01
	CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	01
	ESAF – Escola de Administração Fazendária	12
	CEF/Depósitos Jud. e Extrajudiciais	01
	RFB – Receita Federal do Brasil	171
	PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	126
	Subtotal	388
170003- Setorial de Contabilidade do MF	Reserva de Contingência	01
	Subtotal	01
	Total	389

a.3) Conformidade Contábil de órgão superior

Setorial Contábil	Órgãos Vinculados
170003- Setorial de Contabilidade do MF	25000 - Ministério da Fazenda
	25201 - Banco Central do Brasil (OGU)
	25280 - Banco Central do Brasil (Autoridade Monetária)
	25203 - Comissão de Valores Mobiliários
	25207 - Serviço Federal de Processamento de Dados
	25208 - Superintendência de Seguros Privados
	25211 - Casa da Moeda do Brasil
	25901 - Fundo de Compensação e Variações Salariais
	25904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural
	25905 - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
	25914 - Fundo de Garantia a Exportação
	25915 - Fundo Constitucional do Distrito Federal
	25916 - Fundo Contingente da Extinta RFFSA
	71902 - Fundo Soberano do Brasil
	90000 - Reserva de Contingência

No que tange à segregação de função no processo de registro da conformidade, o processo ocorre em observância às seguintes normas.

Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011

Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Fazenda.

Art. 5º À Secretaria-Executiva compete:

(...)

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, Nacional de Arquivos - SINAR, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira do Governo Federal, de Organização e Inovação Institucional e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Portaria GM/MF nº 81, de 27 de março de 2012

Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda.

Art. 24. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

(...)

Art. 31. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil compete:

(...)

Art. 40. À Coordenação de Análise Contábil compete:

(...)

IV - proceder à conformidade contábil dos registros dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras da administração direta do Ministério da Fazenda;

[Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009](#)

Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

Art. 9º As competências de órgão setorial de contabilidade, previstas no art. 8º, poderão ser delegadas a órgão ou unidade que comprove ter condições de assumir as obrigações pertinentes, de acordo com normas emitidas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

b) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

170250-SPE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

c) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

Não houve ocorrências não sanadas até o final de exercício de referência do relatório de gestão.

Data	Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2015.
Assinatura	<hr/> Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

1.4. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Declaração plena

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil Coordenação de Análise Contábil		
12.4 DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Secretaria de Política Econômica		170250	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	03 de fevereiro de 2015
Contador Responsável	 Heriberto Henrique Vilela do Nascimento	CRC nº	019.051/O - 3 DF

Figura 1 - Declaração do Contador Afirmitiva da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

1. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Gestão de Patrimônio e Logística

Em relação à gestão de patrimônio e logística, a SPE conta com uma Divisão (DIMAP) responsável pela rotina de administração e controle de material e patrimônio, de forma a proceder à conferência periódica dos mesmos e, ainda, com a logística concernente a serviços de telefonia, de reprografia, de recepção, de copeiragem, de limpeza e de transporte oficial a serviço.

A DIMAP no ano de 2014 contou com dois servidores do quadro permanente e um terceirizado para fazer frente a todas as tarefas da área de logística da SPE.

Em dezembro de 2014, foi realizado o Inventário Anual dos Bens Móveis, extraído do Balancete Contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o Relatório de Bens Móveis – RMB no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, que evidenciaram a conformidade contábil.

Importante destacar a variação patrimonial da SPE nos três últimos anos, conforme os quadros abaixo, em que fica evidenciado o aumento de 17,73% no valor total dos bens e também de 16,62% na quantidade desde o ano de 2012.

Valor Patrimonial da SPE

Relatório de Bens 2012

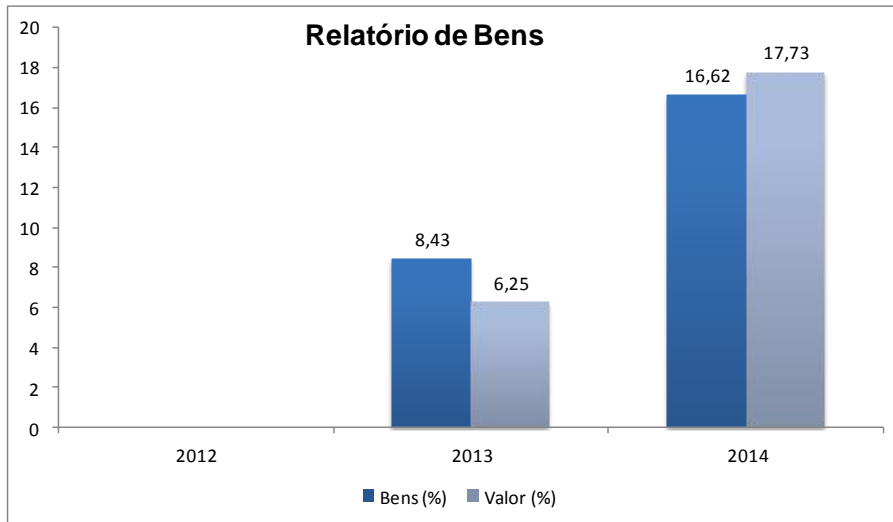
Conta	Bens	Descrição da Conta	Valor
5206	26	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	R\$ 14.775,80
5212	46	Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$ 19.868,69
5218	4	Coleções e Materiais Bibliográficos	R\$ 789,45
5232	13	Máquinas e Equipamentos Gráficos	R\$ 12.474,00
5233	19	Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	R\$ 36.631,69
5234	48	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	R\$ 133.591,58
5235	175	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 268.015,00
5242	475	Mobiliário em Geral	R\$ 542.795,68
5244	2	Obras de Arte e Peças para Museu	R\$ 0,03
5248	2	Veículos Diversos	R\$ 787,51
5251	8	Peças não Incorporáveis a Imóveis	R\$ 220.341,19
Total:	818		R\$ 1.250.070,62

Relatório de Bens 2013

Conta	Bens	Descrição da Conta	Valor
5206	24	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	R\$ 13.465,80
5212	49	Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$ 17.112,52
5218	4	Coleções e Materiais Bibliográficos	R\$ 789,45
5232	13	Máquinas e Equipamentos Gráficos	R\$ 12.205,20
5233	29	Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	R\$ 41.189,29
5234	49	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	R\$ 134.467,78
5235	205	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 341.020,98
5242	502	Mobiliário em Geral	R\$ 546.832,76
5244	2	Obras de Arte e Peças para Museu	R\$ 0,03
5248	2	Veículos Diversos	R\$ 787,51
5251	8	Peças não Incorporáveis a Imóveis	R\$ 220.341,19
Total:	887		R\$ 1.328.212,51

Relatório de Bens 2014

Conta	Bens	Descrição da Conta	Valor
5206	1	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	R\$ 775,00
5212	41	Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$ 23.058,78
5218	4	Coleções e Materiais Bibliográficos	R\$ 789,45
5232	11	Máquinas e Equipamentos Gráficos	R\$ 11.339,19
5233	18	Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	R\$ 38.866,45
5234	49	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	R\$ 131.579,68
5235	209	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 351.745,36
5242	609	Mobiliário em Geral	R\$ 692.462,07
5244	2	Obras de Arte e Peças para Museu	R\$ 0,03
5248	2	Veículos Diversos	R\$ 787,51
5251	8	Peças não Incorporáveis a Imóveis	R\$ 220.341,19
Total:	954		R\$ 1.471.744,71



Considerações Finais

O Governo Federal empreende esforços para a estabilização dos mercados e a consolidação das políticas adotadas no País. Em especial, destacam-se o importante empenho no controle da inflação e a busca pelo crescimento econômico sustentado e de longo prazo. A estratégia é garantir mais emprego, mais renda e mais produção ao país, promovendo a justiça social à população.

Nesse contexto, a Secretaria de Política Econômica é responsável pela formulação de propostas sustentáveis de política econômica, visando à distribuição de renda, à inclusão social e ao crescimento econômico do País.

Em 2014, a SPE desenvolveu pesquisas diagnósticas e de intervenções essenciais na economia nacional, por meio do levantamento e da análise do problema questionado, além de identificar e examinar alternativas de política a serem adotadas.

Inúmeros programas do Governo Federal foram gestados e elaborados diretamente pelos técnicos da Secretaria de forma individualizada ou em parceria com outros órgãos ou ministérios, assim como com equipes internas do Ministério da Fazenda. As políticas foram minuciosamente analisadas e os impactos considerados, em conformidade com a visão estratégica do Governo e com a legislação vigente no País.

Como pôde ser visto ao longo do Relatório de Gestão 2014, o papel da SPE insere-se nas diferentes etapas do processo decisório do Ministério da Fazenda: a) elaboração e preparação da decisão política; b) desenho de programa/política a ser adotado; c) formulação das ações governamentais; d) implementação das ações governamentais; e) monitoramento das políticas adotadas; e f) avaliação das políticas adotadas.

Tendo em vista a produção das cadeias de valores dos órgãos do Ministério da Fazenda, incluindo a SPE, e a realização de ciclos de planejamento estratégico integrado nos anos anteriores, a perspectiva é de amadurecimento da Gestão da Secretaria por meio de possíveis ações a serem empreendidas no processo de amadurecimento contínuo.

ANEXO I

Traz os principais produtos por área da Secretaria, divididos por temas (informativos; documentos expedidos; participação em eventos...), em complemento às informações apresentadas no tópico de “Macroprocessos Finalísticos” do primeiro capítulo deste Relatório (“Identificação e atributos da SPE”).

As informações serão apresentadas na seguinte estrutura:

- Anexo I – A: Resultados COAPA, COMAC e COGCR
- Anexo I – B: Resultados COGME
- Anexo I – C: Resultados COGPFT
- Anexo I – D: Resultados COGSF
- Anexo I – E: Resultados COGAM
- Anexo I – F: Resultados COGAS
- Anexo I – G: Resultados COGSP
- Anexo I – H: Resultados COGPS
- Anexo I – I: Resultados COGPP

Anexo I – A: Resultados COAPA, COMAC e COGCR

Tabela 1 - Resultados COAPA, COMAC e COGCR - Participação em eventos

Data	Local	Evento		Participante
16 a 25.01.14	Chapecó-SC	Participação no Rally da Safra -2014	Permitiu uma avaliação consistente das lavouras e das realidades regionais	Helena Rosa
24 e 25.02.14	Curitiba - PR	Participação no Encontro dos CEASAS.	Permitiu enfatizar a relevância de se ter informações fidedignas e atuais dos preços de hortifrutí. Os dados serão úteis para que a SPE possa elaborar estudos e tendências.	Vitor Bumbieris
22.02 a 05.03.14	México	Participação no III Intercâmbio sobre Governança Fundiária na Cidade do México.	Permitiu conhecer diversos aspectos políticos, econômicos, sociais e fundiários relativos à atividades rural no México.	Francisco Erismá
01 a 10.03.14	México/Bogotá	Participar do Workshop de Intercâmbio Sul-Sul: “Desenvolvendo Esquemas Domésticos de Offset”.	Promover a capacitação e o intercâmbio de boas práticas de MRV a partir de casos concretos em andamento na região; explorar similaridades e diferenças entre MRV no nível de instalação e de políticas/programas de mitigação NAMAs nos relatos nacionais.	Aloisio Melo
23 a 25.03.14	São Paulo	Participação no Fórum Global Agribusiness – 2014 – Tema: Agricultura Globalizada e Sustentável, Desafio do Crescimento.	Conhecer as principais técnicas utilizadas em diversos países para que seus produtos agropecuários sejam mais valorizados e com isso, a renda dos produtos seja aumentada; Como se antecipar às mudanças climáticas de modo a manter os níveis de produção e comércio de produtos agropecuários	Francisco Erismá
23 a 25.03.14	São Paulo	Participação no Fórum Global Agribusiness – 2014 – Tema: Agricultura Globalizada e Sustentável, Desafio do Crescimento.	Conhecer as principais técnicas utilizadas em diversos países para que seus produtos agropecuários sejam mais valorizados e com isso, a renda dos produtos seja aumentada; Como se antecipar às mudanças climáticas de modo a manter os níveis de produção e comércio de produtos agropecuários.	Othon Pedreira

22 a 30.03.14	Canadá	Projeto SESCOOP Nacional de Prospecção de boas Práticas e aprendizado experimental em cooperativismo de crédito.	Conhecer o modelo da experiência do cooperativismo de crédito canadense, de modo a ampliar o conhecimento da equipe técnica (servidores públicos do Banco Central, Ministério da Fazenda e representantes de cooperativas) sobre o ambiente cooperativo de crédito canadense, sobretudo o Sistema Desjardins, e estabelecer proposta de aplicação ao cooperativismo de boas práticas e experiências exitosas encontradas no Canadá.	Lucas Matias
02.04.20 14	Rio de Janeiro	Participar da reunião do Comitê de Elaboração de Cenários - CEC1 IES-Brasil	Ter conhecimento dos trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do Comitê de Elaboração de Cenários - CEC	Ana Cristina Secchi
09 e 10.04.20 14	Brasília	Treinamento sobre Inventários Corporativos realizado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EAESP/FGV)	Apresentar o estado da arte na elaboração de inventários corporativos de emissões de GEE e iniciativas brasileiras reguladas para representantes dos governos estaduais e federal que participam dos grupos de trabalho no âmbito do Núcleo de Articulação Federativa para o Clima (NAFC). O treinamento refere-se à Etapa 2 do Projeto Perspectivas para Adoção de Instrumentos Econômicos no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima, conduzido pelo GVCes com apoio do MF	Beatriz Soares
23.04.20 14	Brasília	Participar do Curso de Contas Nacionais aplicado às Contas Econômicas Ambientais	Conhecer a metodologia desenvolvida pelo IGBE para tratar das contas econômicas ambientais, no âmbito das Contas Nacionais.	Ana Cristina Secchi
28 e 29.05.14	São Paulo	Participação no Seminário “Perspectivas para o Agribusiness em 2014 e 2015”.	Conhecer a Perspectiva para o Agribusiness em 2014 e 2015.	Monica Antunes
28 e 29.05.14	São Paulo	Participação no Seminário “Perspectivas para o Agribusiness em 2014 e 2015”.	Conhecer a Perspectiva para o Agribusiness em 2014 e 2015.	Andréia Carvalho
23 e 31.05.14	São Paulo	Participar da 9ª Assembleia da Parceria de Preparação de Mercados (PMR).	Permitiu a avaliação das opções de política de precificação de carbono para o Brasil e promover a disseminação desse conceito; o perfil das emissões de gases de efeito estufa do país; a Política Nacional sobre Mudança do Clima; as análises preliminares sobre opções de precificação de carbono no Brasil e seus impactos econômicos; a proposta, baseada em um componente analítico (mapeamento de políticas setoriais, identificação de potenciais políticas e modelagem econômica dessas políticas).	Aloisio Melo
11 a 14.08.20 14	Brasília	Participar do Workshop sobre o Projeto MF/Embaixada Britânica , juntamente com Cambridge Econometrics	Conhecer o modelo E3Brazil que está sendo desenvolvido por Cambridge Econometrics, no âmbito do Projeto MF/Embaixada Britânica e apresentar os dados oficiais disponíveis no Brasil para serem utilizados no modelo.	Ana Cristina Secchi

12 a 18.07.14	Lima/Peru	Participação no Workshop “ A integração da Adaptação às Mudanças Climáticas ao Investimento Público: o caso Peru.”	Promoveu a troca de experiência sobre a gestão de risco e a avaliação dos projetos de investimentos públicos; capacitação para análise de custo-benefício de medidas de redução de risco; realização de seminários para divulgação das experiências; compilação de estudos realizados nos países da América Latina.	Ana Cristina Secchi
21.08.20 14	Rio de Janeiro	Participar da reunião do CEC3 IES-Brasil .	Contribuir para a construção dos cenários de base a serem utilizados no modelo de precificação de carbono, em desenvolvimento pela equipe técnica do Comitê de Elaboração de Cenários.	Ana Cristina Secchi
26.08.14	Brasília	Oficina GVCes para apresentação do Relatório sobre Mensuração, Relato e Verificação (MRV) de emissões de GEE no nível de agente econômico com foco na adoção de incentivos positivos	Apresentar os resultados do trabalho realizado na Etapa 3 do Projeto Perspectivas para Adoção de Instrumentos Econômicos no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que trata de estudo sobre opções de estruturação de incentivos positivos (creditícios e/ou tributários) atrelados a resultados comprovados por meio de um Sistema de MRV.	Aloisio Melo, Ana Cristina Secchi e Beatriz Soares
26 a 01.08.14	Oaxaca/México	Participar Workshop “Próxima geração de líderes de Agências Florestais - Temas Globais na Governança de Recursos Naturais”.	Ter conhecimento das iniciativas nacionais para aumentar produção e produtividade (lançamento de índice de competitividade florestal em todos os estados; 3º inventários florestal nacional e inventários em 16 estados; redução dos requisitos para plantios florestais); Compartilhar estratégias para grandes desafios globais e temas relevantes; Destacar as três grandes mudanças recentes afetando o setor florestal; Apresentar resultados de estudo sobre a situação atual e oportunidade nas reformas dos sistemas de propriedade de áreas florestais mundo a fora.	Aloisio Melo
31.08.14 a 02.09.14	Bogotá	Participar do Workshop Regional para América Latina e Caribe sobre Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	Discutir a possível relação entre estruturas e metodologias adotadas para aprovação de atividades de projeto de MDL e aquelas necessárias ao desenvolvimento e reconhecimento de Ações de Mitigação Nacionalmente Adequadas (NAMAs), visando levantar questionamentos e possíveis idéias sobre a viabilidade de aproveitamento de instituições e métodos utilizados no âmbito do MDL para a aplicação na adoção e reconhecimento de NAMA's.	Beatriz Soares
03 a 05.09.14	Bogotá	Participar do 8º Fórum Latinoamericano para América Latina e Caribe sobre Mercados de Carbono	Participar do Forum visando atualização sobre iniciativas atuais de precificação de carbono e participar das discussões sobre possíveis futuros caminhos	Beatriz Soares
04 e 05.09.14	São Paulo	Participar da reunião da FEBRABAN para apresentação da proposta de alteração das normas do PROAGRO.	Conhecer a proposta de alteração das normas do PROAGRO para facilitar a contratação dessa modalidade de seguro por instituições financeiras privadas - em foco (i) a padronização dos processos e procedimentos de enquadramento, cobertura e indenização do seguro agrícola PROAGRO; (ii) determinar a exigência de levantamento das coordenadas	Othon Pedreira

			geodésicas; e (iii) permitir fiscalizações e vitorias de comprovação de perdas com uso da ferramenta do monitoramento remoto de imagens de satélite.	
04 e 05.09.14	São Paulo	Participar da reunião da FEBRABAN para apresentação da proposta de alteração das normas do PROAGRO.	Conhecer a proposta de alteração das normas do PROAGRO para facilitar a contratação dessa modalidade de seguro por instituições financeiras privadas - em foco (i) a padronização dos processos e procedimentos de enquadramento, cobertura e indenização do seguro agrícola PROAGRO; (ii) determinar a exigência de levantamento das coordenadas geodésicas; e (iii) permitir fiscalizações e vitorias de comprovação de perdas com uso da ferramenta do monitoramento remoto de imagens de satélite.	Francisco Erismá
18.09.14	Ipameri	Reunião sobre apresentação do sistema de produção denominado Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF).	Conhecer sobre a experiência da Fazenda Santa Brígida de implantação de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.	Aloisio Melo
18.09.14	Ipameri	Reunião sobre apresentação do sistema de produção denominado Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF).	Conhecer sobre a experiência da Fazenda Santa Brígida de implantação de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.	Francisco Erismá
23 a 27.09.14	Washington	Encontro Técnico: Abordagens e Ferramentas para a definição de Cenários de Mitigação, organizado pelo Banco Mundial como parte da iniciativa PMR – Partnership for Market Readiness.	Conhecer como os países definiram os cenários de referência para as políticas de mitigação da mudança do clima, assim como as alternativas consideradas por cada um.	Ana Luiza Champloni
25 e 26.09.2014	Brasília	Participar do Workshop sobre o Projeto do Banco Mundial - Estudo sobre mapeamento de valores de proteção da floresta amazônica	Conhecer o andamento do Estudo sobre mapeamento de valores de proteção da floresta amazônica e contribuir para a construção do plano de trabalho do referido Estudo.	Ana Cristina Secchi
31.10.2014	Brasília	Oficina GVCes sobre o papel de instrumentos de precificação de emissões em políticas de mitigação	Participar da Oficina <u>com representantes do governo federal e de governos estaduais</u> para cumprimento da Etapa 7 do projeto contratado com o GVCes. A oficina teve por objetivo promover um debate qualificado e uma primeira troca de impressões com representantes de governo sobre o papel de instrumentos de precificação de emissões na PNMC, partindo inicialmente de um olhar	Beatriz Soares

			focado no entendimento de conceitos da economia da mudança do clima.	
04.11.14	São Paulo	Oficina GVCes sobre o papel de instrumentos de precificação de emissões em políticas de mitigação	Participar da Oficina <u>com representantes do setor privado</u> para cumprimento da Etapa 7 do projeto contratado com o GVCes. A oficina teve por objetivo promover um debate qualificado e uma primeira troca de impressões com tais representantes sobre o papel de instrumentos de precificação de emissões na PNMC, partindo inicialmente de um olhar focado no entendimento de conceitos da economia da mudança do clima.	Beatriz Soares
11 a 13.11.14	São Paulo	Visita técnica algumas áreas de produção de café.	Verificar a situação dos cafezais atingidos de opção de café.	
17, 18 e 19.11.14	Florianópolis	Participar do Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira em Florianópolis	Apresentar as inovações em termos de garantir para contratados de crédito; discutir o papel das centrais de informações na expansão sustentável do crédito a micro e pequena empresas.	Lucas Matias
17, 18 e 19.11.14	Florianópolis	Participar do Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira em Florianópolis	Apresentar as inovações em termos de garantir para contratados de crédito; discutir o papel das centrais de informações na expansão sustentável do crédito a micro e pequena empresas.	Andréia Carvalho

Tabela 2 - Resultados COAPA, COMAC e COGCR - pareceres, Notas, Ofícios

Tipo do Documento	Número do Documento	Assunto	Data	Responsável
Nota	2	Alteração da Portaria Interministerial n° 601 , de 29 de junho de 2012, a qual define critérios e condições para a concessão de subvenção econômica para milho em grão, na forma de venda direta denominada Programa de “Venda Balcão” (Processo 21000.005473/2012-15)	22.01.14	Monica Antunes
Nota	4	EMI n° 00013/2013 MAPA MF - Proposta de alteração do Decreto n° 3.855, de 03 de julho de 2001.	07.03	Joel Rocha
Nota	5	Resolução do Conselho Interministerial de Estoques de Alimentos – CIEP.	14.03	João Rabelo
Nota	6	Altera a Portaria Interministerial n° 601, de 29 de junho de 2012, a qual define critérios e condições para concessão de subvenção econômica para milho e grão, na forma de venda direta denominada Programa de “Venda Balcão” (Processo 21000.005473/2012-15).	17.03	Joel Rocha
Nota	7	Resolução do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos- CIEP.	20.03	João Rabelo
Nota	10014	Subsídios para o 5º Relatório Nacional para a Conservação sobre Diversidade Biológica e aprovação das Metas de Biodiversidade 2011-2020.	02.04	Ana Cristina Correia

Nota	10017	Minuta de Portaria Interministerial que estabelece os parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio de Escoamento de Produto – PEP e do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO, para a uva <i>in natura</i> da safra 2013/2014 - Processo nº 21000.010458/2013-70.	08.04	Joel Rocha
Nota	10019	Resolução do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos- CIEP.	11.04	João Rabelo
Nota	10022	Minuta de Decreto, proposta pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que regulamenta o PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, de que trata o capítulo XVI da Lei nº 8.171/1991 – Lei da Política Agrícola.	16.04	Othon Pedreira
Nota	10023	Proposta de Parceria com o Banco Mundial para Preparação de Instrumentos de Mercado (<i>Partnership for Market Readiness - PMR</i>)	25.04	Beatriz Soares
Nota	10024	Proposta da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para um novo formato do instrumento de subvenção econômica Prêmio para Escoamento de Produto (PEP), para os produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Processo nº 21200.001782-2013-41	19.05	Joel Rocha
Nota	10031	Resolução do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos - CIEP.	16.06	Joel Rocha
Nota	10032	Projeto de Cooperação Técnica “Strengthening Climate Change Budget Planning and Fiscal Management in Brazil” - Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Ministério da Fazenda – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.	17.06	Ana Cristina Correia
Nota	10033	Consulta sobre conversão de dívida do Governo Brasileiro com o Governo dos Estados Unidos da América.	17.04	Ana Cristina Correia
Nota	10034	Portaria Interministerial que define os critérios e condições para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, para os produtores de laranja, para a safra 2014/2015.	18.06	Joel Rocha
Nota	10035	Portaria Interministerial (PI) que define as condições e limites para as operações de subvenção aplicáveis aos produtos extrativos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)- Processo 02000.001605/2011-12.	22.05	Joel Rocha
Nota	10036	Minuta de Portaria Interministerial a qual define critérios e condições para a concessão de subvenção econômica para o milho em grãos, na forma de venda direta denominada Programa de “Venda Balcão” (Processo 21000.005473/2012-15).	03.07	Joel Rocha
Nota	10037	Estudo sobre viabilidade do mercado de Cotas de Reserva Ambiental.	10.07	Ana Luiza Champloni
Nota	10038	Minuta de Decreto - Estratégia Nacional de REDD+	16.07	Aloisio Melo
Nota	10039	Minuta de Portaria Interministerial que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por intermédio do instrumento de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO, para milho em grãos, das safras 2013/2014 e 2014 – Processo nº 21000.004648/2014-39.	22.07	Joel Rocha
Nota	10040	Resolução do Conselho Interministerial de Estoques	22.07	Joel Rocha

		Públicos de Alimentos- CIEP.		
Nota	10042	Minuta de decreto presidencial para regulamentação da Cota de Reserva Ambiental , instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	30.07	Ana Luiza Champloni
Nota	10044	Minuta de Portaria Interministerial que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por intermédio do instrumento de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO , para a cultura do algodão , safras 2013/2014 e 2014 - Processo nº 21000.005313/2014-38.	09.09	vitor Bumbieris
Nota	10045	Resolução do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos- CIEP.	19.05	Joel Rocha
Nota	10046	Minuta de Portaria Interministerial que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por intermédio do instrumento de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO , para a borracha natural , safra 2013/2014 - Processo nº 21000.005212/2014-67	11.09	Joel Rocha
Nota	10047	Minuta de Portaria Interministerial que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por intermédio do instrumento de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO , para a cultura do trigo , safra 2014/2015 - Processo nº 21000.006025/2014-09.	15.09	Joel Rocha
Nota	10049	Solicitação de informações e dados acerca de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)	19.09	Ana Cristina Correia
Nota	10051	Resolução do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP).	02.10	Joel Rocha
Nota	10056	Minuta de Portaria Interministerial que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica , na forma de equalização de preços, por intermédio do instrumento de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO , para a borracha natural , safra 2013/2014 - Processos nºs 21000.008603/2014-33 e 21000.005212/2014-67.	22.12	Joel Rocha
Ofício	2	Histórico sobre proposta de Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para avaliação de matérias estranhas inevitáveis (macroscópicas e microscópicas).	03.01	
Ofício	8	Informações do anuário estatístico do crédito rural.	03.02	João Rabelo
Ofício	9	Ofício nº 950/2014- PRUDF: DIAAU/albf, de 30 de janeiro de 2014 – Solicitação de Documento - Procedimento Ordinário nº 0029215-14.2000.4.01.3400 – Autores: Espolio de Caetano Mori e Outros.	05.02	João Rabelo
Ofício	10	Solicitação de informações sobre operações renegociadas no âmbito das Resoluções nºs 4.161, de 12 de dezembro de 2012, e 4.289, de 22 de novembro de 2013.	06.02	João Rabelo
Ofício	13	Medidas de Apoio aos produtos da sociobiodiversidade.	14.03	João Rabelo
Ofício	14	Solicitação de informações sobre as operações de crédito fundiário, em especial as renegociadas e individualizadas no âmbito da Resolução (CMN) nº 4.178, de 7 de janeiro de 2013.	14.03	João Rabelo
Ofício	15	Solicitação de informações sobre as operações de crédito fundiário, em especial as renegociadas e individualizadas no âmbito da Resolução (CMN) nº 4.178, de 7 de janeiro de 2013.	14.03	João Rabelo
Ofício	10024	Elaboração de Programa para aumento da produtividade da avicultura nacional.	03.04	João Rabelo

Ofício	10026	Aviso nº 93/GM-MAPA , de 26 de março de 2014, que apresenta proposta de direcionamento dos recursos consignados ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) no exercício de 2014, para financiamento à cafeicultura.	11.04	João Rabelo
Ofício	10028	Encaminha carta da Associação Brasileira da Indústria do Arroz (ABIARROZ) , que trata da definição do Preço de Liberação de Estoques Públicos (PLE) para o arroz irrigado da safra 2013/14.	06.05	João Rabelo
Ofício	10029	Encaminha ofício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados , acerca de AGF para o feijão.	13.05	João Rabelo
Ofício	10030	Solução para os problemas dos produtores de feijão do Brasil.	13.05	João Rabelo
Ofício	10031	Ofício nº 01/2014, Antônio Almeida – PI , de 20 de março de 2014 - Inclusão de municípios no contexto da Lei nº 12.844/2013.	19.05	João Rabelo
Ofício	10032	Encaminha ofício da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná , que trata de AGF para o feijão.	26.05	João Rabelo
Ofício	10033	Encaminha ofício da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná , que trata de AGF para o feijão.	26.05	João Rabelo
Ofício	10035	Retificação de informação constante no <i>site</i> do Cadastro Ambiental Rural	12.06	João Rabelo
Ofício	10036	Ofício nº 277/2014, de 17 de abril de 2014 do Deputado Federal Alceu Moreira – Solicitando atenção especial à situação ocorrida com o vereador e produtor rural Sr. Vitor Roque Cavazini no município de Ronda Alta-RS.	13.06	João Rabelo
Ofício	10040	Encaminha ofício da Federação da Agricultura do Estado do Paraná , que trata de AGF para o feijão.	10.07	João Rabelo
Ofício	10041	Encaminha ofício da Federação da Agricultura do Estado do Paraná , que trata de Aquisição do Governo Federal (AGF) para o feijão.	10.07	João Rabelo
Ofício	10042	Consultoria para analisar a viabilidade econômica do potencial mercado de Cotas de Reserva Ambiental (CRA) no Brasil	10.07	João Rabelo
Ofício	10043	Encaminha ofício da União Nordestina dos Produtores de Cana- UNIDA.	11.07	João Rabelo
Ofício	10044	Encaminha ofício da União Nordestina dos Produtores de Cana- UNIDA.	11.07	João Rabelo
Ofício	10049	Solicitação de informações sobre municípios com decretação de estado de calamidade pública ou situação de emergência na área de atuação da Sudene.	14.07	João Rabelo
Ofício	10053	Procedimento Administrativo nº 1.180.000.002028/2013-14/ Política Agrícola Prêmio de Escoamento do Produtos-PEP.	22.07	João Rabelo
Ofício	10054	Programa de Estágio Técnico-Científico.	29.07	João Rabelo
Ofício	10060	Programa Venda em Balcão de milho em grãos no Estado do Espírito Santo.	28.08	João Rabelo
Ofício	10061	Venda em Balcão de milho em grãos no Estado do Espírito Santo	28.08	João Rabelo
Ofício	10062	Encaminha cópias dos ofícios da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas-FETAC Alagoas e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Alagoas- STIAAL.	28.08	João Rabelo
Ofício	10063	Encaminha cópia do Ofício da Prefeitura Municipal de Catiguá , sobre a heveicultura brasileira.	28.08	João Rabelo
Ofício	1 (COMAC)	Outros Assuntos referentes à documentação e Informações – Solicitação de dados referentes à estrutura fundiária brasileira.	21.08	João Rabelo

Parecer	8	Projeto de Lei nº 462/2013 , do Senado Federal, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol combustível e dá outras providências.	03.02	Joel Rocha
Parecer	10	Proposta de Criação de Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.	13.02	Beatriz Soares
Parecer	11	Projeto de Lei nº 6811/2013 – Institui a Política Nacional para Manejo Sustentável e Plantio do Pequi e dá outras providências.	13.02	Monica Antunes
Parecer	26	Projeto de Lei nº 2.693-C de 2011 – Altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização, e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor.	06.03	Joel Rocha
Parecer	27	Projeto de Lei (PL) nº 6.947/2013 – Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Palma Forrageira-FUNPALMA.	07.03	Joel Rocha
Parecer	28	Projeto de Lei nº 6.734, de 2013 , que cria o Programa de Incentivo nos Municípios-Sede das Usinas Hidrelétricas e Alagados, a fim de promover o desenvolvimento na agricultura, piscicultura e preservação ambiental, e dá outras providências.	13.03	Ana Luiza Champloni
Parecer	29	Ofício OFGSVR nº 202/2013 , com proposta de criação do Nacional de Desenvolvimento Sustentável – Bolsa Verde.	14.03	Ana Luiza Champloni
Parecer	30	Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária e a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária.	18.03	Lucas Matias
Parecer	10047	EMI nº 00013/2013 MAPA MF - Proposta de alteração do Decreto nº 3.855, de 03 de julho de 2001.	11.04	Joel Rocha
Parecer	10049	Exposição de Motivos Interministerial nº 001/2014 MMA, MCTI e MDIC , que apresenta Projeto de Lei para tratar do acesso ao patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios.	17.04	Ana Cristina Correia
Parecer	10051	Projeto de Lei nº 2907/2011 , confere ao município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Semente de Soja.	28.04	Monica Antunes
Parecer	10052	Projeto de Lei Complementar nº 362/2006 , que altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras da Reforma Agrária – Banco da Terra e dá outras providências.	30.04	Lucas Matias
Parecer	10053	Projeto de Lei do Senado Federal nº 77/2014 , que especifica os atributos da cachaça, estabelece regras para uso das indicações geográficas para o produto, tipifica a cachaça artesanal produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural e dá outras providências.	08.05	Joel Rocha
Parecer	10054	Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2014 (MP nº 627, de 2013) , que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior; e	08.05	Francisco Erimá

		dá outras providências.		
Parecer	10061	Atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima)	16.05	Ana Luiza Champloni
Parecer	10069	Minuta de Decreto que regulamenta o art. 10 da Medida Provisória nº 636 , de 26 de dezembro de 2013, que alterou o art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, referente à concessão de crédito de instalação aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA.	22.05	Lucas Matias
Parecer	10072	EMI nº 00028/2014, de 21 de maio de 2014 – proposta de alteração do Decreto nº 8.178 , de 27 de dezembro de 2013, que autoriza a concessão de rebate em operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar - Proger Rural Familiar.	30.05	Lucas Matias
Parecer	10073	EMI nº 00027/2014, de 19 de maio de 2014, sobre alteração do Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	30.05	Lucas Matias
Parecer	10079	Projeto de Lei de Conversão nº 11/2014 da Medida Provisória nº 636/2013, de 26 de dezembro de 2013 , que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências.	16.06	Lucas Matias
Parecer	10080	Medida Provisória nº 633-A de 2013 , do Congresso Nacional, que autoriza a União a conceder subvenção econômica à unidades produtoras de etanol na região Nordeste, da safra 2012/2013, e dá outras providências.	16.06	Monica Antunes
Parecer	10081	Projeto de Lei de Conversão - Medida Provisória nº 641 de 2014 , do Congresso Nacional, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2012/2013 de cana-de-açúcar da região Nordeste, e dá outras providências.	16.06	Monica Antunes
Parecer	10082	Projeto de Lei de Conversão nº 7 do Congresso Nacional – Medida Provisória nº 635-A de 2013 , que autoriza renegociação de dívidas de Citricultores, e dá outras providências.	16.06	João Rabelo
Parecer	10092	Proposta de alteração do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 , que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que dispõem sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.	01.07	Joel Rocha
Parecer	10093	Encaminha 1ª versão do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS).	02.07	Ana Cristina Correia
Parecer	10111	Verificação e validação das ações propostas no Plano de Ações para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PP Cerrado.	01.08	Ana Luiza Champloni
Parecer	10117	Encaminha 1ª versão do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS).	14.08	Ana Cristina Correia

Parecer	10121	Projeto de Lei nº 2013/06459 , do Congresso Nacional, que dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.	22.08	Joel Rocha
Parecer	10122	Proposta de Emenda à Constituição nº 338, de 2013 , que altera os artigos 23, 24 e 187, e acrescenta o artigo 187-A à Constituição Federal.	27.08	Joel Rocha
Parecer	10130	Projeto de Lei 2404/2011 , que prevê medidas de proteção ambiental no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.	19.09	Ana Cristina Correia
Parecer	10137	Decreto que regulamenta as Leis nºs 12.999 e 13.000 , ambas de 18 de junho de 2014, que autorizam o pagamento de subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar da região Nordeste ou no estado do Rio de Janeiro e às unidades industriais produtoras de etanol que desenvolvam suas atividades na região Nordeste, referente à produção da safra 2012/2013, e concede novo prazo para entrega da documentação referente ao pagamento da subvenção de que trata o Decreto nº 8.079/2013.	15.10	Monica Antunes
Parecer	1 (COCRN)	Alteração da Portaria Interministerial nº 10/2012 , de 10 de janeiro de 2012, que instituiu Grupo de trabalho responsável pela Gestão do Programa Microempreendedor Individual (MEI).	17.10	Francisco Erismá
Parecer	2 (COAPA)	Projeto de Lei nº 7965/2014 que modifica a redação dos artigos 3º e 10 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para incluir como objetivo específico do crédito rural a produção de produtos agropecuários destinados à alimentação humana.	20.10	Joel Rocha
Parecer	1 (COMAC)	EM 21/2014 MAPA , que apresenta projeto de lei para tratar de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para fins de agricultura e alimentação.	22.10	Ana Cristina Correia
Parecer	3 (COMAC)	Projeto de Lei 6969/2013 que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.	22.10	Ana Cristina Correia

Tabela 3 - Resultados COAPA, COMAC e COGCR - Votos

Tipo do Documento	Número do Documento	Assunto	Data	Responsável	Resolução
Voto	1	Altera a Resolução nº 4.289 , de 22 de novembro de 2013, que autoriza a renegociação de parcelas de financiamentos rurais vinculadas a lavouras de café arábica .	09.01	Equipe COGCR	4.301
Voto	3	Altera a Resolução nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012 , que estabelece as condições para a concessão de financiamentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO).	20.01	Equipe COGCR	4.303
Voto	4	Altera a Resolução nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012 , que estabelece as condições para a concessão de financiamentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO).	20.01	Equipe COGCR	4.304

Voto	6	Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).	29.01	Equipe COGCR	4.306
Voto	7	Ajusta as normas do Programa de Incentivo à Inovação tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), amparado por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	29.01	Equipe COGCR	4.307
Voto	12	Altera os preços mínimos para o algodão da safra 2013/2014.	07.02	Equipe COGCR	Portaria MAPA N° 241, de 21.03.14
Voto	13	Altera os prazos de contratação da composição de dívidas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata a Resolução n° 4.028, de 18 de novembro de 2011, e revoga o art. 9° dessa Resolução.	07.02	Equipe COGCR	4.309
Voto	18	Altera as disposições referentes aos beneficiários do crédito rural, de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR 1-4).	26.03	Equipe COGCR	4.313
Voto	19	Autoriza a renegociação de operações de crédito contratadas ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO).	26.03	Equipe COGCR	4.314
Voto	20	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural contratadas ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO).	26.03	Equipe COGCR	4.315
Voto	21	Institui linha de financiamento para estocagem de etanol combustível.	26.03	Equipe COGCR	4.316
Voto	22	Institui, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (ProRenova-Rural) destinado aos produtores rurais de cana-de-açúcar.	26.03	Equipe COGCR	4.317
Voto	23	Institui, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (ProRenova-Industrial) destinado aos produtores de açúcar e etanol.	26.03	Equipe COGCR	4.318
Voto	24	Ajusta as Normas para os financiamentos ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ).	26.03	Equipe COGCR	
Voto	25	Define o preço mínimo para a laranja in natura , safra 2014/2015.	26.03	Equipe COGCR	Portaria MAPA n° 1, de 02.07.14
Voto	26	Define os preços mínimos para as culturas regionais da safra 2014/2015.	26.03	Equipe COGCR	Portaria MAPA n° 520, de 20.05.14
Voto	27	Define os preços mínimos para as culturas de inverno da safra 2014/2015.	26.03	Equipe COGCR	Portaria MAPA n° 758, de 29.07.14

Voto	35	Fixa os preços mínimos para os produtos extrativos da safra 2014/2015.	23.04	Equipe COGCR	Portaria MAPA nº 747, de 25.07.14
Voto	36	Fixa os preços mínimos para os cafés arábica e conilon colhidos em 2014.	23.04	Equipe COGCR	Portaria MAPA nº 478, de 20.05.14
Voto	37	Altera as normas para renegociação das operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária , inclusive as operações do Programa Cédula da Terra contratadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4.147- BR, de que trata o MCR 18-8.	23.04	Equipe COGCR	4.323
Voto	38	Altera a Resolução nº 4.297 , de 30 de dezembro de 2013, que define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.	23.04	Equipe COGCR	4.324
Voto	39	Ajusta as normas para financiamentos ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).	23.04	Equipe COGCR	4.325
Voto	52	Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento de custeio , de investimento e de comercialização com recursos do crédito rural, a partir de 1º de julho de 2014.	20.06	Equipe COGCR	4.342
Voto	53	Ajusta as normas dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de 1º de julho de 2014.	20.06	Equipe COGCR	4.338
Voto	54	Dispõe sobre ajustes nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir do ano agrícola 2014/2015.	20.06	Equipe COGCR	4.339
Voto	55	Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) a partir da Safra 2014/2015.	20.06	Equipe COGCR	4.340
Voto	56	Ajusta preços mínimos fixados para o trigo em grãos da safra 2014/2015.	20.06	Equipe COGCR	Portaria MAPA nº 942, de 19.09.14
Voto	62	Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento de custeio, de investimento e de comercialização com recursos do crédito rural, a partir de 1º de julho de 2014.	24.06	Equipe COGCR	4.343
Voto	63	Dispõe sobre as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da Safra 2014/2015.	24.06	Equipe COGCR	4.344
Voto	64	Altera as disposições do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura familiar (PGPAF).	24.06	Equipe COGCR	4.350
Voto	68	Altera a Resolução nº 4.298 , de 30 de dezembro de 2013, que autoriza a concessão de rebate para liquidação e a renegociação das operações contratadas ao amparo das linhas de crédito para os Grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de	30.06	Equipe COGCR	4.347

		Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).			
Voto	70	Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento de custeio e investimento aplicáveis a operações contratadas na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).	30.07	Equipe COGCR	4.351
Voto	71	Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamentos rurais no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	30.07	Equipe COGCR	4.352
Voto	72	Concede novo prazo para formalização da renegociação de parcelas de financiamentos rurais vinculados a lavouras de café arábica , prevista na Resolução nº 4.289 de 22 de novembro de 2013.	30.07	Equipe COGCR	4.353
Voto	73	Altera a Resolução nº 4.299 , de 30 de dezembro de 2013, que autoriza a concessão de rebate para liquidação das operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar (Proger Rural Familiar).	30.07	Equipe COGCR	4.354
Voto	74	Define limites adicionais de financiamento de custeio e investimento rural para a pecuária e ajusta normas para operações de crédito rural de custeio e investimento.	30.07	Equipe COGCR	4.355
Voto	81	Altera as disposições do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).	12.08	Equipe COGCR	4.359
Voto	82	Propõe preços mínimos para as culturas de verão das safras 2014/2015 e de produtos das regiões Norte e Nordeste da safra 2015.		Equipe COGCR	Portaria MAPA nº 854, de 20.08.14
Voto	83	Altera as Resoluções ns. 4.250 e 4.251 , ambas de 16 de julho de 2013, que autorizam a renegociação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas, entre 2007 e 2011 , por agricultores familiares e produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).	27.08	Equipe COGCR	4.360
Voto	84	Altera as Resoluções ns. 4.211 e 4.212 , ambas de 18 de abril de 2013, que autorizam a renegociação das parcelas com vencimento em 2012, 2013 e 2014, de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por agricultores familiares e produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).	27.08	Equipe COGCR	4.361
Voto	85	Altera a Resolução nº 4.260 , de 22 de agosto de 2013, que instituiu linha de crédito rural, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), para liquidação de operações de crédito rural de custeio e de investimento.	27.08	Equipe COGCR	4.362
Voto	86	Dispõe sobre ajustes nas normas de custeio no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	27.08	Equipe COGCR	4.363

Voto	87	Ajusta o disposto na Seção 17 (Créditos para os Beneficiários do PNCF e do PNRA), e suas remissões correlatas, do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR).	27.08	Equipe COGCR	4.364
Voto	88	Dispõe sobre a remissão e a liquidação de dívidas decorrentes das operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).	27.08	Equipe COGCR	4.635
Voto	95	Altera as normas do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).	24.09	Equipe COGCR	4.371
Voto	96	Define os encargos financeiros de inadimplimento aplicáveis às operações de crédito contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).	29.09	Equipe COGCR	4.372
Voto	100	Altera o Manual de Crédito Rural (MCR) com a finalidade de estabelecer, a partir de 1º de janeiro de 2015, novas condições para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais).	29.09	Equipe COGCR	4.375
Voto	109	Altera as Resoluções ns. 4.317 e 4.318, de 27 de março de 2014, que instituíram, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (ProRenova-Rural e Industrial), destinado aos produtores de cana-de-açúcar.	06.11	Equipe COGCR	4.380
Voto	111	Dispõe sobre ajustes nas normas do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) , do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	26.11	Equipe COGCR	4.383
Voto	112	Fixa o preço mínimo para a uva industrial da Safra 2014/2015.	26.11	Equipe COGCR	
Voto	116	Altera disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) , de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR).	17.12	Equipe COGCR	4.385
Voto	117	Ajusta as normas de financiamento de comercialização e do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro).	17.12	Equipe COGCR	4.386
Voto	118	Altera as Resoluções ns. 4.314 e 4.315, de 27 de março de 2014, que autorizam a renegociação de operações de crédito contratadas ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO).	17.12	Equipe COGCR	4.387
Voto	129	Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.	30.12	Equipe COGCR	4.395

Voto	130	Ajusta normas do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) amparado em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	30.12	Equipe COGCR	4.396
------	-----	--	-------	--------------	-------

Tabela 4 - Resultados - COAPA - Representações

REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, comitês, conselhos e grupos		
Nº. de reuniões	Representações	ASSUNTO/OBJETIVOS
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
1	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
0	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Agricultura Orgânica	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Algodão e Derivados	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Arroz	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
1	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.

3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
1	Câmara Temática da Agricultura Sustentável e Irrigação	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
2	Câmara Temática do Cooperativismo Agropecuário	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades do setor cooperativista agropecuário no país.
4	Câmara Temática de Insumos Agropecuários	Propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
0	Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau	Propor a política agrícola para o setor cacauzeiro; elaborar novo programa para o desenvolvimento do agronegócio do cacau; acompanhar a execução dos programas setoriais; implantar comissões regionais; manter sistemas de análise e informação sobre a conjuntura econômica e social da atividade cacauzeira; e propor ações que visem a adequação da oferta do cacau ao consumo doméstico e à exportação.
1	Câmara Temática de Crédito e Comercialização do Agronegócio	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
2	Grupo Gestor das Ações de Apoio à Comercialização de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas	Indicar produtos prioritários para a realização dos estudos pela Conab; elaborar proposta de inclusão dos produtos oriundos do extrativismo; aprovar Plano Operacional Anual de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas; elaborar limites, condições, critérios e forma de concessão de subvenção econômica de preços aos produtos oriundos do extrativismo amparado pela PGPM.
13	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	Deliberar, propor, apoiar e acompanhar as ações necessárias à operação do Programa ou a ele relacionadas.
3	Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF	Assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo PRONAF por ocasião da amortização ou da liquidação de suas operações de crédito junto aos agentes financeiros
1	Comitê Temático Interinstitucional para a Recuperação do Setor Sucroenergético da Região Nordeste	Propor ações de médio e longo prazos para o soerguimento do Setor Sucroenergético do Nordeste. O Comitê, designado em 21/11/2013, é composto por representantes de vários segmentos ligados à produção da cana-de-açúcar, dentre eles o Governo Federal, bancos de fomento, produtores, usinas e trabalhadores rurais. A reunião inicial ocorreu na sede da SUDENE em Recife/PE em 16/12/2013 e o prazo final para a entrega do relatório com as propostas é

		16/06/2014.
3	Grupo de Trabalho Cadastro dos Beneficiários das Operações da Política de Garantias de Preços Mínimos – PGPM	Elaborar estudo para a implementação do Cadastro Nacional dos beneficiários das operações da PGPM.
10	Câmara Temática do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos - CIEP	Propor ao CIEP os quantitativos dos estoques estratégicos por produto e tipo; recomendar ao CIEP critérios para o cálculo do Preço de Liberação dos estoques públicos, respeitadas as diferenças regionais; e propor ao CIEP as condições gerais para aquisição e liberação dos estoques públicos de alimentos.
4	Comitê Brasileiro para o Ano Internacional da Agricultura Familiar - AIAF	Ampliar a visibilidade da Agricultura Familiar e sua importância econômica, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas.
2	Conselho de Administração da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER	Aprovar o estatuto social de entidade; aprovar a política de atuação institucional; Deliberar sobre planejamento estratégico; Deliberar proposta do orçamento-programa; Deliberar sobre as demonstrações contábeis; Deliberar sobre a proposta de regulamento de licitações e de contratos;
84		

Tabela 5 - Resultados - COMAC - Representações

REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos		
Nº. de reuniões	Representações	ASSUNTO/OBJETIVOS
2	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO .	Elaborar, em até 180 dias, proposta do PLANAPO; Articular os órgãos e entidades do Poder Executivo federal para a implementação da PNAPO e do PLANAPO; Interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do PLANAPO e apresentar relatórios e informações ao CNAPO para o acompanhamento e monitoramento do PLANAPO.
5	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	Foro consultivo na elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e promoção da alimentação saudável e adequada.
1	Comissão Executiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado- PPCerrado	Propor medidas e coordenar ações que visem a redução dos índices de desmatamento nos biomas brasileiros, por meio da elaboração de planos de ação para a prevenção e o controle dos desmatamentos,
1	Comissão Executiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal- PPCDAM	Propor medidas e coordenar ações do Governo Federal para a contenção do desmatamento na Amazônia Legal e a viabilização de alternativas de proteção e uso sustentável da floresta.

5	Comitê Interministerial sobre Mudança Global do Clima- CIMGC	Tem finalidade de articular as ações de governo decorrentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seus instrumentos subsidiários e apreciar pareceres sobre atividades de projetos que resultem em redução de emissões e que sejam considerados elegíveis para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).
2	Câmara Temática do Cooperativismo Agropecuário	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades do setor cooperativista agropecuário no país.
2	Comitê da Conta TFCA	Órgão colegiado de caráter deliberativo, por força da celebração do Acordo TFCA entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo Brasileiro, para a promoção dos objetivos da Lei Norte Americana de Conservação de Florestas Tropicais (U.S. Tropical Forests Conservation Act – TFCA) por meio de redução de dívida em apoio à conservação e manejo sustentável das florestas tropicais, relativamente aos biomas Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. A finalidade do Comitê é dirigir a Conta TFCA, deliberando sobre a utilização dos seus recursos, em conformidade com o Acordo TFCA e com base em estratégia de conservação estabelecida em plano estratégico de longo prazo aprovado pelo Comitê.
9	Comitê Gestor do Programa de Conservação Ambiental- Programa Bolsa Verde	Órgão deliberativo com finalidade de aprovar o planejamento do Programa, definindo o número de famílias a serem beneficiadas e as áreas prioritárias da sua implementação, aprovar critérios e procedimentos para a seleção e a inclusão das famílias a serem beneficiadas pelo Programa; articular o Programa com ações e outros programas governamentais; definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa; definir normas complementares para implementação e gestão do Programa.
0	Comitê Gestor Nacional do Programa Território da Cidadania	Fixar metas e orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Programa.
11	Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - CONSAD	Avaliar as atividades da empresa; fixar políticas de ação; aprovar o plano diretor; aprovar a política pessoal; fixar as políticas de articulação com as entidades de assistência técnica e extensão rural; aprovar a prestação de contas, bem como propor os aumentos do capital social da EMBRAPA; indicar ao Ministro do MAPA para nomeação pela Presidente da República, nomes para os cargos de Diretor-Presidente e de Diretores-Executivos.
6	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável- CONDRAF	Órgão colegiado de proposição de diretrizes para contribuir para a superação da pobreza por meio da geração de emprego e renda; para a redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia; e para a diversificação das atividades econômicas além de propiciar a adoção de instrumentos de participação e controle social nas fases de planejamento e execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.
11	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA	Convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência; propor a CAISAN as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do SISAN, a implementação e a convergência das ações inerentes à Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, DF e Municípios, bem como demais competências descritas no Dec 6.272/2007.
5	Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA	Órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente- SISNAMA,
3	Grupo Executivo sobre Mudança do Clima	Elabora, implementar, monitorar e avaliar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, sob a orientação do CIM, bem como planejar, executar e coordenar o processo de consulta pública, bem como outras atividades definidas por meio do Decreto nº 6.263/2007.
5	Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM	Órgão deliberativo para orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

1	Coordenação Sistêmica do Plano Brasil Maior - PBM	Instância deliberativa que compõe nível de articulação e formulação do Sistema de Gestão do PBM. O PBM se organiza em ações transversais e setoriais. As transversais são voltadas para o aumento da eficiência produtiva da economia como um todo. As ações setoriais, definidas a partir de características, desafios e oportunidades dos principais setores produtivos, estão organizadas em cinco blocos que ordenam a formulação e execução de programas e projetos estabelecidos em agendas setoriais.
	Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrografia (CMCH/MCTI)	Coordenar, acompanhar e contribuir para a avaliação da execução das atividades de meteorologia, climatologia e hidrologia, bem como promover sua articulação com as ações de governo nas áreas espacial, oceanográfica e de meio ambiente;
	Comissão Técnica do Plano Setorial de Redução de Emissões da Indústria - CTPIN	Diminuir a emissão de gases de efeito estufa nos setores de alumínio, cimento, papel e celulose, química, cal, vidro e ferro-gusa (usado na fabricação de aço).
1	Comitê Interministerial sobre Estrutura e Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - SRHU/MMA	Tem por finalidade apoiar a estruturação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da articulação dos órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e das metas previstas na Lei nº 12.305, de 2010, e neste Decreto, com um representante, titular e suplente.
5	Câmara Técnica de Gestão Territorial , Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas do CONAMA	Encarregada de desenvolver, examinar e relatar ao Plenário do CONAMA as matérias da área de atuação: a) gestão territorial; b) Sistema Nacional de Unidades de Conservação; c) corredores ecológicos; d) ordenamento territorial; e) Zoneamento Ecológico-Econômico; f) espaços territoriais especialmente protegidos.
3	Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF	Assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo PRONAF por ocasião da amortização ou da liquidação de suas operações de crédito junto aos agentes financeiros
0	The Economics of Ecosystems and Biodiversity - TEEB	Identificar temas prioritários do escopo do TEEB-Brasil, identificar estudos necessários para a implementação de ações de valoração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos e definir plano de trabalho do TEEB-Brasil.
1	Comitê Consultivo do Projeto Brasil 2040 : cenários e alternativas para adaptação à mudança do clima .	Acompanhar a evolução dos trabalhos do referido Projeto e orientar estrategicamente sua implementação em linha com as diretrizes de governo e com as prioridades das políticas públicas associadas ao desenvolvimento nacional de longo prazo e à mudança do clima.
	Comitê de Elaboração de Cenários CEC – IES Brasil	Gerar diferentes cenários de mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) de médio e longo prazo para o Brasil; elaborar cenários econômicos para o período 2020-2030 e 2030-2050 e; identificar políticas de mitigação que revelem melhores respostas quanto a seus impactos econômicos e sociais.
2	Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	Aprovar o planejamento do Programa, definindo o número de famílias a serem beneficiadas e as áreas prioritárias da sua implementação; aprovar critérios e procedimentos para a seleção e a inclusão das famílias a serem beneficiadas pelo Programa; articular o Programa com ações e outros programas governamentais; aprovar o conteúdo da capacitação das equipes de assistência técnica rural; definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa; definir normas complementares para implementação e gestão do Programa;
1	Comitê Técnico Consultivo do Projeto GEF – Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil.	Ajudar o governo brasileiro a reforçar a sua capacidade técnica de apoiar a implementação de ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa em setores-chave da economia (indústria, energia, transportes, residencial e serviços, LULUCF, gestão de resíduos e outras alternativas intersetoriais).

82		
----	--	--

Tabela 6 - Resultados - COGCR - Representações

REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, comitês, conselhos e grupos		
Nº. de reuniões	Representações	ASSUNTO/OBJETIVOS
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Temática de Crédito e Comercialização do Agronegócio	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
2	Câmara Temática do Cooperativismo Agropecuário	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades do setor cooperativista agropecuário no país.
3	Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
12	Comissão Técnica da Moeda e do Crédito- COMOC	Participação como suplente do representante da SPE, na elaboração e apresentação de Votos do Setor Agropecuário.
0	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira - CPDS	Reunião colegiada que tem como finalidade propor estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar a elaboração e a implementação da Agenda 21 Brasileira, determinando linhas de ação cooperadas ou partilhadas entre a sociedade civil e o setor público.
6	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 1º TJR/DF	Reunião colegiada para o julgamento de processos referentes a recursos interpostos por produtores rurais do PROAGRO.
0	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 4º TJR/RS	Reunião colegiada para o julgamento de processos referentes a recursos interpostos por produtores rurais do PROAGRO.
1	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 5º TJR/PR	Reunião colegiada para o julgamento de processos referentes a recursos interpostos por produtores rurais do PROAGRO.
3	Conselho Deliberativo da Política do Café- CDPC/Café	Aprovar o plano safra para o setor; autorizar a realização de programas e projetos de pesquisa agrônômica, mercadológica e de estimativa de safra do café; aprovar, anualmente, a proposta orçamentária referente aos recursos do FUNCAFÉ; regulamentar ações que visam a manutenção do equilíbrio entre oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno; estabelecer cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, com organismos oficiais ou privados no campo da cafeicultura; aprovar políticas de estocagem e de administração dos armazéns de café; e propor ao CMN o valor de quota de

		contribuição de que trata o decreto-Lei 2.295/86 e a aprovação de agente financeiro para atuar nas operações de financiamento de que trat o dec. 94.874/87.
2	Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio do Café CDPE/Café	Analisar, discutir e aprovar proposta de orçamento e dfinanciamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios, além de programas e projetos estruturantes e estratégicos para o agronegócio café.
0	Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café - CDAI/Café	Analisar, discutir e aprovar e gerir ações, projetos e programas relacionados ao Acordo Internacional do Café e à Organização Internacional do Café- OIC.
3	Comitê Gestor do Fundo Seguro-Safra	Definir critérios e percentuais de valores para participação de agricultores/municípios/estds a concessão de Seguro-Garantia Safra.
10	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural	Apreciar e encaminhar ao Poder Executivo propostas relativas ao percentual sobre o prêmio ou v alor máximo da subvenção econômica; propor limites subvencionáveis; aprovar as condições operacionais específicas, implementar e operacionalizar o benefício previsto na lei; incentivar a criação e implementação de projetos -pilotos pelas sociedades seguradoras, contemplando novas culturas; estabelecer diretrizes, coordenar a elaboração de metodologias e a divulgação de estudos e dados estatísticos que auxiliem o desenvolvimento do seguro rural como instrumento de política agrícola; deliberar sobre as culturas, as regiões a serem amparadas e as condições técnicas a serem cumpridas pelos beneficiários; e proposta de Plano Trienal ou seus ajustes anuais, dispendo sobre as diretrizes e condições para a concessão da subvenção econômica.
4	Comitê Interministerial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO	Subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes do Programa; definir prioridades e condições técnicas e operacionais ; receber, analisar e elaborar proposições a serem submetidas aos Ministérios envolvidos no Programa, ao CODEFAT e ao CMN.
3	Comitê Permanente do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário	Formular e propor políticas públicas de reordenamento agrário; mecanismos complementares de acesso à terra, de crédito fundiário e de regularização fundiária; propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar a implementação dessas políticas.
11	Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - CONSAD	Avaliar as atividades da empres; fixar políticas de ação; aprovar o plano diretor; aprovar a política pessoal; fixar as políticas de articulação com as entidades de assistência técnica e extensão rural; aprovar a prestação de contas, bem como propor os aumentos do capital social da EMBRAPA; indicar ao Ministro do MAPA para nomeação pela Presidente da República, momes para os cargos de Diretor-Presidente e de Deiretores-Executivos.
0	Conselho do Agronegócio- CONSAGRO	Órgão colegiado consultivo, com atribuição de colaborar na identificação das prioridades a serem estabelecidas na formulação da Política Agrícola e no estabelecimento de metas socioeconômicas; subsidiar a formulação dos Planos Anuais de Safra; e assessorar o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na fixação de diretrizes e metas de desempenho do setor nos mercados interno e externo.
12	Conselho Monetário Nacional- CMN	Elaboração e apresentação de Votos relacionados ao setor agropecuário.
2	Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES	De natureza consultiva e propositiva, tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária.
0	Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA	Identificar as prioridades da Política Agrícola.
3	Grupo Temático do Biodiesel do Conselho de Desenvolvimento	Acompanhar e avaliar a implementação do Programa Nacional do Biodiesel, encaminhando ao Plenário do CONDRAF relatórios e propostas para aperfeiçoamento do Plano Nacional do Biodiesel do Governo Federal.

	Rural Sustentável	
0	Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional - CNDR	Sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais; Criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia.
3	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP	Promover o cooperativismo, a capacitação, a formação profissional, a autogestão e desenvolvimento social nas cooperativas.
2	Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	Aprovar o planejamento do Programa, definindo o número de famílias a serem beneficiadas e as áreas prioritárias da sua implementação; aprovar critérios e procedimentos para a seleção e a inclusão das famílias a serem beneficiadas pelo Programa; articular o Programa com ações e outros programas governamentais; aprovar o conteúdo da capacitação das equipes de assistência técnica rural; definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa; definir normas complementares para implementação e gestão do Programa;
3	Grupo de Trabalho Cadastro dos Beneficiários das Operações da Política de Garantias de Preços Mínimos – PGPM	Elaborar estudo para a implementação do Cadastro Nacional dos beneficiários das operações da PGPM.
1	Comitê Gestor Nacional do Programa Territórios da Cidadania	Fixar metas e orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Programa.
4	Comitê Brasileiro para o Ano Internacional da Agricultura Familiar - AIAF	Ampliar a visibilidade da Agricultura Familiar e sua importância econômica, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas.
101		

Anexo I – B: Resultados COGME

Tabela 7 - Resultados - COGME - Informativos

Informativo	Breve Descrição	Periodicidade	Encaminhamento	Posição em Dezembro de 2014
Informativo do PIB	Previsões para o PIB trimestral e seus principais componentes	Mensal	<i>Email</i>	Concluído: um informativo por mês.
Informativo do PIB	Resultados customizados do PIB trimestral e seus principais componentes	Trimestral	<i>Email/Site</i>	Concluído: um informativo por trimestre.
Indicadores do nível de atividade	Tabelas-síntese de Indicadores Coincidentes da Atividade Econômica	Semanal	<i>Email</i>	Concluído: um informativo por semana.
Informativo do IBC-Br	Resultados customizados do IBC-Br	Mensal	<i>Email</i>	Concluído: um informativo por mês.
Informativo do IAE	Resultados do Índice de Atividade Econômica da SPE	Mensal	<i>Email</i>	Concluído: um informativo por mês até julho. Modelo a ser revisto.
Informativo de estimativa da FBCF	Estimativa da Formação Bruta de Capital Fixo	Mensal	<i>Email</i>	Concluído: um informativo por mês.
Informativo de estimativa da PIM	Previsão para o índice de Produção Industrial para a indústria geral	Mensal	<i>Email</i>	Concluído: um informativo por mês.
Mensagem Presidencial	Redação de parte da atividade econômica	Anual	<i>Email</i>	Concluído: uma mensagem em janeiro.
Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”	Auxílio na elaboração de parte da atividade econômica	Anual	<i>Email</i>	Concluído: um informativo por ano.
Grade de parâmetros	Previsões utilizadas na elaboração do Orçamento da União	Bimestral	<i>Email</i>	Concluído: uma grade por bimestre.
Cenários macroeconômicos	Cenários mais prováveis para o crescimento da atividade econômica	Trimestral	<i>Email</i>	Concluído: um informativo por trimestre.

Tabela 8 - Resultados - COGME - pareceres e notas técnicas

Tipo do Documento	Número do Documento	Assunto	Data	Responsável	Cadeia de Valor
Nota	1/2014/COGME	Relatórios - Administração-Geral - Relatórios de Auditoria	26/12/2014	Rogério Porto	Propostas enviadas por ministérios setoriais

Tabela 9 - Resultados - COGME - Participação em Eventos

Data	Local	Evento	Objetivos	Participante
Sexta-feira	Brasília-DF	Reunião de conjuntura econômica	O objetivo das Reuniões de Conjuntura é disseminar as informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.	Fabiano Santos
Sexta-feira	Brasília-DF	Reunião de conjuntura econômica	O objetivo das Reuniões de Conjuntura é disseminar as informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.	Tarcio Silva

Sexta-feira	Brasília-DF	Reunião de conjuntura econômica	O objetivo das Reuniões de Conjuntura é disseminar as informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.	Carlos Henrique Andrade
Sexta-feira	Brasília-DF	Reunião de conjuntura econômica	O objetivo das Reuniões de Conjuntura é disseminar as informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.	Gustavo Melo
Sexta-feira	Brasília-DF	Reunião de conjuntura econômica	O objetivo das Reuniões de Conjuntura é disseminar as informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.	Rogério Porto
15 e 16/05/2014	Rio de Janeiro-RJ	Seminário de Metas para a Inflação do Banco Central	Durante o Seminário foram proferidas diversas palestras de temas importantes para a SPE.	Fabiano Santos
15/05/2014	Brasília-DF	1ª Sessão Ordinária do Comitê Técnico Consultivo do Projeto de Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil	Subsidiar a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas de argumentação favorável aos objetivos brasileiros e do Ministério	Rogério Porto
09/07/2014	Brasília-DF	1ª reunião técnica para discussão, com o Ministério da Fazenda, sobre as premissas e resultados do cenário macroeconômico e setorial, elaborado pela FIPE/USP, para o Projeto de Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil	Foi apresentado e discutido o modelo DSGE-EFES da Fipe, seus resultados e respostas a perguntas enviadas previamente pela SPE. Ainda foram apresentadas várias sugestões pelo pessoal da SPE, para as premissas do modelo e explicitação no relatório.	Tarcio Silva
09/07/2014	Brasília-DF	1ª reunião técnica para discussão, com o Ministério da Fazenda, sobre as premissas e resultados do cenário macroeconômico e setorial, elaborado pela FIPE/USP, para o Projeto de Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil	Foi apresentado e discutido o modelo DSGE-EFES da Fipe, seus resultados e respostas a perguntas enviadas previamente pela SPE. Ainda foram apresentadas várias sugestões pelo pessoal da SPE, para as premissas do modelo e explicitação no relatório.	Rogério Porto
08/10/2014	Brasília-DF	4ª Sessão Ordinária do Comitê Técnico Consultivo do Projeto de Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil	Foi apresentada e discutida a revisão do cenário macrossetorial da Fipe/USP, com apresentação de várias sugestões pelo pessoal da SPE. Também foi discutido como trabalhar com as premissas e cenários da EPE, em complemento ao da Fipe/USP.	Rogério Porto

Anexo I – C: Resultados COGPFT

Tabela 10 - Resultados - COGPFT - Principais Produtos

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2014
Reuniões, em geral semanais, de discussão de conjuntura	Participam das reuniões, além de diversas coordenações-gerais da SPE, o Gabinete do Ministro da Fazenda, a Secretaria Executiva e a Secretaria do Tesouro Nacional. À Coordenação-Geral de Política Fiscal cabe a apresentação dos informes de política fiscal.	Reuniões ordinárias em andamento semanalmente.
Resumo de conjuntura fiscal	Elaboração do resumo de conjuntura referente à política fiscal para compor o Acompanhamento Semanal da Conjuntura Econômica.	Concluído
Apresentação da Arrecadação Federal Periodicidade mensal	Monitoramento da evolução da arrecadação federal previdenciária e não-previdenciária	Concluído
Apresentação da Política Fiscal Periodicidade mensal	Monitoramento das principais variáveis de política fiscal ou por ela afetada. Destacam-se: resultado primário e nominal acima e abaixo da linha; previdência; composição dos gastos e detalhamento de rubricas e programas específicos; dívida pública; juros.	Concluído
Apresentação do RGPS - Regime Geral de Previdência Social Periodicidade mensal	Monitoramento do resultado, receitas e despesas do RGPS, assim como da evolução dos benefícios por grupos de espécie, natureza, clientela e faixa de valor.	Concluído
Apresentação sobre o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social	Panorama geral do RPPS: necessidade de financiamento; quantidade e gastos com benefícios; comparativo com o RGPS.	Concluído
Anuário Estatístico Fiscal Periodicidade mensal	Arquivo com estatísticas fiscais consolidadas acima da linha, abaixo da linha, previdência, investimentos e carga tributária.	Concluído
Economia Brasileira em Perspectiva, edição especial	Informativo elaborado pelo Ministério da Fazenda com a participação de diferentes Secretarias e que visa consolidar e atualizar informações relativas às principais variáveis macroeconômicas	Concluído
Base de Dados da despesa pública federal atualizada periodicamente	Acompanhamento da execução orçamentário-financeira por meio do SIAFI e SIGA-Brasil.	Atualizações esporádicas da base de dados.
Nota Técnica nº 10.015, 04 de abril de 2014	Acórdão 1.718/2005 do TCU – Demonstrativo dos benefícios financeiros e creditícios do exercício de 2013.	Concluído
Ofício nº 10.025, 04 de abril de 2014	Encaminhamento do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor o relatório das Contas do Governo da República.	Concluído
Ofício nº 10.069, 11 de setembro de 2014	Encaminhamento do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.	Concluído
Nota Técnica nº 10.012, 31 de março de 2014	Acórdão nº 1690/2007 – Avaliação do PAC.	Concluído
Nota Técnica nº 10.011, 31 de março de 2014	Acórdão nº 1690/2007 - Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito do PAC.	Concluído
Nota Técnica nº 10.010, 31 de março de 2014	Acórdão nº 3249/2012 - Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	Concluído

Nota Técnica nº 10.018, 10 de abril de 2014	Acórdão nº 3249/2012 – Revisão do Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	Concluído
Ofício nº 10.021, 31 de março de 2014	Encaminhamento do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito do PAC, bem como avaliação econômica do PAC.	Concluído
Ofício nº 10.020, 31 de março de 2014	Encaminhamento do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	Concluído
Ofício nº 10.027, 14 de abril de 2014	Encaminhamento da revisão do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	Concluído
Ofício nº 8/GABIN, 24 de outubro de 2014	Encaminhamento de informações sobre medidas adotadas no cumprimento de subitens do Acórdão 3.071/2012.	Concluído
Ofício nº 9/GABIN, 24 de novembro de 2014	Encaminhamento de informações sobre medidas adotadas no cumprimento de subitens do Acórdão 3.071/2012.	Concluído
Nota Técnica nº 10.028, 9 de julho de 2014	Nota Técnica contendo memória de cálculo da carga tributária líquida.	Concluído
Nota Técnica nº 10.041, 28 de julho de 2014	Nota Técnica com apresentação de propostas de rotinas e procedimentos operacionais necessários ao aperfeiçoamento da carga tributária.	Concluído
Memorando nº 10.070, de 27 de outubro de 2014, contendo Subsídios para a Apuração da Carga Tributária de 2013	Tabelas atualizadas até 27.10.2014, contendo estimativas da Carga Tributária dos estados e municípios entre os anos de 2002 e 2013, bem como as receitas tributárias e de contribuições não administradas pela SRFB e receitas para-fiscais (FGTS e Sistema S), para o mesmo período, com vistas a subsidiar o cálculo da Carga Tributária.	Concluído
Apresentação da Carga Tributária Líquida, em 19 de dezembro.	Apresentação à imprensa da Carga Tributária Líquida dos anos de 2002 a 2013, bem como disponibilização no sítio da SPE do Informativo sobre o assunto	Concluído
Monitor de Política Fiscal: Resultado Fiscal Estrutural	Propor e avaliar proposta de acompanhamento do Resultado Estrutural.	Concluído
Reuniões do GTEC, entre 15.01 e 15.12.2014	Avaliação de 41 projetos apresentados e de 67 projetos em execução.	Concluído
Reuniões da COFIEEX, entre 25.04 e 17.12.2014	Avaliação de 53 projetos apresentados.	Concluído
Reuniões do CNPS	Participação em 11 reuniões ao longo do ano.	Concluído
II Reunião da Rede Iberoamericana de política fiscal em Madrid	Realizar a apresentação “El Estado Brasileiro como Inductor de la Inversión”	Concluído
Reuniões com a equipe do FMI.	Participaram das reuniões membros da Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária da Secretaria de Política Econômica, membros da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional e representantes do Fundo Monetário Internacional. Os tópicos cobertos incluíram o esclarecimento de características da dívida pública brasileira e de sua gestão, bem como sugestões de melhoramento do ferramental desenvolvido pelo FMI.	Em andamento

Avaliação de Impacto - REINTEGRA	Auxílio no uso de pacotes estatísticos para elaboração de Nota de Política Econômica realizando avaliação de impacto econômico do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra.	Concluído
Reuniões de discussão sobre artigos acadêmicos.	Assessoria em pacotes estatísticos para discussão do artigo “Uma Metodologia para Simular o Programa Bolsa Família” (Souza et al., 2011. Ipea. Texto para Discussão nº 1.654).	Concluído
Visitas técnicas ao Reino Unido	Visitas técnicas a instituições relacionadas a assuntos fiscais	Concluído
Apresentação do Monitor de Política Fiscal	Propor acompanhamento do Resultado Estrutural.	Concluído
Nota Técnica nº 10.058, 31 de dezembro de 2014	Acórdão 1.718/2005 do TCU (item 9.3.2) – Avaliação de Programas Subsidiados; Avaliação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (Programa Crescer).	Concluído
Ofício nº 10.073, 30 de outubro de 2014.	Acórdãos nº 1.718/2005 e nº 3.071/2012 do Tribunal de Contas da União (TCU) – avaliação de programas subsidiados; Plano Avaliativo do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX.	Concluído
Manipulação de Dados e Consultas	O sistema desenvolvido também contempla a possibilidade de criação de consultas estruturadas, além de relatórios analíticos e sintéticos com base nas informações coletadas do Governo Federal.	Em andamento
Sistema Informatizado em DELPHI	Sistema informatizado, em DELPHI XE3, objetivando a recepção e tratamento das informações oriundas das Instituições Financeiras, para o cumprimento do Acórdão 1.690/2007, que determina o envio de relatório anual, por parte da SPE, com valores dos subsídios creditícios e financeiros implícitos e explícitos ao orçamento, segundo critérios orçamentários e distributivos e a avaliação do impacto, na economia, dos resultados dos projetos/empreendimentos e programas subsidiados, com a respectiva metodologia de cálculo utilizada.	Concluído
Sistema Informatizado em DELPHI	Sistema informatizado, em DELPHI XE3, objetivando a recepção e tratamento das informações oriundas das Instituições Financeiras, para o cumprimento do Acórdão 3.249/2012.	Concluído
Sistema Informatizado em DELPHI XE5	Sistema informatizado, em DELPHI XE5, objetivando a recepção e tratamento de classificações de ratings e indicadores fiscais de vários países. Com base na série histórica fornecidas por agências de rating (Moody's, S&P e Fitch) e nas informações relativas aos indicadores fiscais dos países (Current account balance, Gross domestic product, Gross national savings, Inflation EOP, Total investment, Unemployment rate, Volume of exports of goods, Exports of goods and services, General government gross debt, General government net debt, General government net lending e General government primary net) o sistema gera relatórios periódicos para acompanhamento e análise das características dos países, apresentados individualmente ou por blocos econômicos (países avançados, zona do euro, união europeia, países emergentes e G20).	Em Andamento

Tabela 11 - Resultados - COGPFT - Informativos

Informativo	Breve Descrição	Periodicidade	Encaminhamento	Posição em Dezembro de 2014
-------------	-----------------	---------------	----------------	-----------------------------

Indicadores de Conjuntura – Relatório Compilado	Elaboração do resumo de conjuntura referente à política fiscal para compor o Acompanhamento Semanal da Conjuntura Econômica.	Semanal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por semana
Apresentação da Política Fiscal	Monitoramento das principais variáveis de política fiscal ou por ela afetada. Destacam-se: resultado primário e nominal acima e abaixo da linha; previdência; composição dos gastos e detalhamento de rubricas e programas específicos; dívida pública; juros.	Semanal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por semana
Apresentação da Arrecadação Federal	Monitoramento da evolução da arrecadação federal previdenciária e não-previdenciária	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Apresentação do RGPS - Regime Geral de Previdência Social	Monitoramento do resultado, receitas e despesas do RGPS, assim como da evolução dos benefícios por grupos de espécie, natureza, clientela e faixa de valor.	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Apresentação sobre o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social	Panorama geral do RPPS: necessidade de financiamento; quantidade e gastos com benefícios; comparativo com o RGPS.	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Anuário Estatístico Fiscal	Arquivo com estatísticas fiscais consolidadas acima da linha, abaixo da linha, previdência, investimentos e carga tributária.	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”	Informativo elaborado pelo Ministério da Fazenda com a participação de diferentes Secretarias e que visa consolidar e atualizar informações relativas às principais variáveis macroeconômicas	Anual	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por ano
Monitor de Política Fiscal - Resultado Fiscal Estrutural	Propor e avaliar proposta de acompanhamento do Resultado Estrutural.	Anual	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por ano

Tabela 12 - Resultados - COGPFT - pareceres e notas técnicas

Tipo do Documento	Número do Documento	Assunto	Data	Responsável	Cadeia de Valor
Parecer	nº 23	Trata das emendas nº 15 e nº 21 apresentadas à MP 628, de 28/11/2013.	27/02/2014	Jefferson Bittencourt	Projetos de legislação (normalmente enviados pela AAP/GMF)
Parecer	nº 20	Trata do PL Nº 6865/2013, que dispõe sobre a concessão de pensões especiais para colonizadores na região norte.	27/02/2014	Jefferson Bittencourt	Projetos de legislação (normalmente enviados pela AAP/GMF)
Parecer	nº 10.138	Trata da Auditoria na Fórmula de Cálculo de Bolsas – PROUNI - 1º sem/2014.	29/10/2014	José Gerardo	Propostas enviadas por ministérios setoriais
Parecer	nº 10.138	Trata da Auditoria na Fórmula de Cálculo de Bolsas – PROUNI - 1º sem/2014.	29/10/2014	Luiza Lage	Propostas enviadas por ministérios setoriais
Nota	nº 10.015	Acórdão 1.718/2005 do TCU – Demonstrativo dos benefícios financeiros e creditícios do	04/04/2014	Luciano Pereira	Monitoramento Econômico

		exercício de 2013.			
Nota	nº 10.058	Acórdão 1.718/2005 do TCU (item 9.3.2) – Avaliação de Programas Subsidiados; Avaliação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (Programa Crescer).	31/12/2014	Luciano Pereira	Analisar resultados quantitativos e qualitativos das políticas adotadas
Nota	nº 10.058	Acórdão 1.718/2005 do TCU (item 9.3.2) – Avaliação de Programas Subsidiados; Avaliação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (Programa Crescer).	31/12/2014	Seiji Fetter	Analisar resultados quantitativos e qualitativos das políticas adotadas
Ofício	nº 10.025	Encaminhamento do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor o relatório das Contas do Governo da República.	04/04/2014	Luciano Pereira	Monitoramento Econômico
Ofício	nº 10.069	Encaminhamento do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.	11/09/2014	Luciano Pereira	Monitoramento Econômico
Ofício	nº 10.073	Acórdãos nº 1.718/2005 e nº 3.071/2012 do Tribunal de Contas da União (TCU) – avaliação de programas subsidiados; Plano Avaliativo do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX.	30/10/2014	Luciano Pereira	Analisar resultados quantitativos e qualitativos das políticas adotadas
Ofício	nº 10.073	Acórdãos nº 1.718/2005 e nº 3.071/2012 do Tribunal de Contas da União (TCU) – avaliação de programas subsidiados; Plano Avaliativo do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX.	30/10/2014	Seiji Fetter	Analisar resultados quantitativos e qualitativos das políticas adotadas
Nota	nº 10.012	Acórdão nº 1690/2007 – Avaliação do PAC.	31/03/2014	Rafael Araujo	Monitoramento Econômico
Nota	nº 10.012	Acórdão nº 1690/2007 – Avaliação do PAC.	31/03/2014	Marcos Araujo	Monitoramento Econômico
Nota	nº 10.011	Acórdão nº 1690/2007 - Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito do PAC.	31/03/2014	Rafael Araujo	Monitoramento Econômico
Nota	nº 10.011	Acórdão nº 1690/2007 - Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito do PAC.	31/03/2014	Marcos Araujo	Monitoramento Econômico
Nota	nº 10.010	Acórdão nº 3249/2012 - Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	31/03/2014	Rafael Araujo	Monitoramento Econômico

Nota	n° 10.010	Acórdão n° 3249/2012 - Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	31/03/2014	Marcos Araujo	Monitoramento Econômico
Nota	n° 10.018	Acórdão n° 3249/2012 – Revisão do Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	10/04/2014	Rafael Araujo	Monitoramento Econômico
Nota	n° 10.018	Acórdão n° 3249/2012 – Revisão do Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	10/04/2014	Marcos Araujo	Monitoramento Econômico
Ofício	n° 10.021	Encaminhamento do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito do PAC, bem como avaliação econômica do PAC.	31/03/2014	Rafael Araujo	Monitoramento Econômico
Ofício	n° 10.021	Encaminhamento do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito do PAC, bem como avaliação econômica do PAC.	31/03/2014	Marcos Araujo	Monitoramento Econômico
Ofício	n° 10.020	Encaminhamento do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	31/03/2014	Rafael Araujo	Monitoramento Econômico
Ofício	n° 10.020	Encaminhamento do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	31/03/2014	Marcos Araujo	Monitoramento Econômico
Ofício	n° 10.027	Encaminhamento da revisão do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	14/04/2014	Rafael Araujo	Monitoramento Econômico
Ofício	n° 10.027	Encaminhamento da revisão do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.	14/04/2014	Marcos Araujo	Monitoramento Econômico
Ofício	n° 8/GABIN	Encaminhamento de informações sobre medidas adotadas no cumprimento de subitens do Acórdão 3.071/2012.	24/10/2014	Jefferson Bittencourt	Monitoramento Econômico
Ofício	n° 9/GABIN	Encaminhamento de informações sobre medidas adotadas no cumprimento de subitens do Acórdão 3.071/2012.	24/11/2014	Jefferson Bittencourt	Monitoramento Econômico
Nota	n° 10.028	Nota Técnica contendo memória de cálculo da carga tributária líquida.	09/07/2014	José Gerardo	Monitoramento Econômico
Nota	n° 10.041	Nota Técnica com apresentação de propostas de rotinas e procedimentos operacionais necessários ao aperfeiçoamento da carga tributária.	28/07/2014	José Gerardo	Monitoramento Econômico

Memorando	nº 10.070	Tabelas atualizadas até 27.10.2014, contendo estimativas da Carga Tributária dos estados e municípios entre os anos de 2002 e 2013, bem como as receitas tributárias e de contribuições não administradas pela SRFB e receitas parafiscais (FGTS e Sistema S), para o mesmo período, com vistas a subsidiar o cálculo da Carga Tributária.	27/10/2014	José Gerardo	Monitoramento Econômico
-----------	-----------	--	------------	--------------	-------------------------

Tabela 13 - Resultados - COGPFT - Participação em Eventos

Data	Local	Evento		Participante
15/01 a 15/12/2014	Brasília-DF	Reuniões do GTEC, entre 15.01 e 15.12.2014	Avaliação de 41 projetos apresentados e de 67 projetos em execução.	Luciano Pereira
25/04 a 17/12/2014	Brasília-DF	Reuniões da COFIEX, entre 25.04 e 17.12.2014	Avaliação de 53 projetos apresentados.	Luciano Pereira
01/01 a 31/12/2014	Brasília-DF	Reuniões do CNPS	Participação em 11 reuniões ao longo do ano.	Caio Figueiredo
30/09 a 01/10/2014	Madrid	II Reunião da Rede Iberoamericana de política fiscal em Madrid	Realizar a apresentação “El Estado Brasileiro como Inductor de la Inversión”	Jefferson Bittencourt
06/09/2013 a 28/03/2014	Brasília-DF	Curso de Econometria de Dados em Painel	Método de estimação por máxima verossimilhança com aplicações a modelos binários (logit e probit), estimador GMM, modelos em painel, estático e dinâmico.	José Gerardo
28/04 a 09/05	Brasília-DF	Curso Gestión Macroeconómica y Política Fiscal	Análises de Política Fiscal; Análises de Solvência e Sustentabilidade; Política de Gastos e de Impostos; Administração de Dívida e Crises.	Luciano Pereira
28/04 a 09/05	Brasília-DF	Curso Gestión Macroeconómica y Política Fiscal	Análises de Política Fiscal; Análises de Solvência e Sustentabilidade; Política de Gastos e de Impostos; Administração de Dívida e Crises.	Marcos Araujo
01/12 a 05/12	Brasília-DF	Curso Gestón Macroeconómica y Cuestiones Relacionadas com La Deuda Pública	Análises de Política Fiscal; Análises de Solvência e Sustentabilidade; Indicadores de Endividamento e Liquidez; Administração de Dívida e Simulações de Cenários.	Seiji Fetter
28/07 a 01/08	Brasília-DF	Curso Comprotdoc	Ferramenta de tramitação de documentos de forma eletrônica no âmbito do Ministério da Fazenda.	Luiza Lage
10/06 a 11/06	Brasília-DF	Curso de Equilíbrio Geral Computável Aplicada às Finanças Públicas	Modelagem e ferramentas computacionais aplicadas à simulação de Políticas no GEMPACK (General Equilibrium Modelling PACKage).	Jefferson Bittencourt
10/06 a 11/06	Brasília-DF	Curso de Equilíbrio Geral Computável Aplicada às Finanças Públicas	Modelagem e ferramentas computacionais aplicadas à simulação de Políticas no GEMPACK (General Equilibrium Modelling PACKage).	Rafael Araujo

07/08 a 08/08	Brasília-DF	Curso de DSGE para Avaliação de Política Fiscal	Modelagem e ferramentas computacionais aplicadas à avaliação dos impactos macroeconômicos de alterações de política fiscal no DYNARE	Jefferson Bittencourt
07/08 a 08/08	Brasília-DF	Curso de DSGE para Avaliação de Política Fiscal	Modelagem e ferramentas computacionais aplicadas à avaliação dos impactos macroeconômicos de alterações de política fiscal no DYNARE	Rafael Araujo
06/10 a 10/10/2014	Brasília-DF	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Conhecimentos teóricos e práticos sobre a Contabilidade na Administração Pública Federal.	Luiza Lage
06/10 a 10/10/2014	Brasília-DF	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Conhecimentos teóricos e práticos sobre a Contabilidade na Administração Pública Federal.	Luciano Pereira
19/12/2014	Brasília-DF	Apresentação da Carga Tributária Líquida	Apresentação à imprensa da Carga Tributária Líquida dos anos de 2002 a 2013, bem como disponibilização no site da SPE do Informativo sobre o assunto	Jefferson Bittencourt
08/09/2014	Brasília-DF	Reuniões com a equipe do FMI.	Participaram das reuniões membros da Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária da Secretaria de Política Econômica, membros da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional e representantes do Fundo Monetário Internacional. Os tópicos cobertos incluíram o esclarecimento de características da dívida pública brasileira e de sua gestão, bem como sugestões de melhoramento do ferramental desenvolvido pelo FMI.	Jefferson Bittencourt
08/09/2014	Brasília-DF	Reuniões com a equipe do FMI.	Participaram das reuniões membros da Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária da Secretaria de Política Econômica, membros da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional e representantes do Fundo Monetário Internacional. Os tópicos cobertos incluíram o esclarecimento de características da dívida pública brasileira e de sua gestão, bem como sugestões de melhoramento do ferramental desenvolvido pelo FMI.	Rafael Araujo
08/09/2014	Brasília-DF	Reuniões com a equipe do FMI.	Participaram das reuniões membros da Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária da Secretaria de Política Econômica, membros da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional e representantes do Fundo Monetário Internacional. Os tópicos cobertos incluíram o esclarecimento de características da dívida pública brasileira e de sua gestão, bem como sugestões de melhoramento do ferramental desenvolvido pelo FMI.	Seiji Fetter
07/11/2014	São Paulo-SP	Apresentação do Monitor de Política Fiscal	Propor acompanhamento do Resultado Estrutural.	Caio Figueiredo
07/11/2014	São Paulo-SP	Apresentação do Monitor de Política Fiscal	Propor acompanhamento do Resultado Estrutural.	Rafael Araujo
07/11/2014	São Paulo-SP	Apresentação do Monitor de Política	Propor acompanhamento do Resultado Estrutural.	Jefferson Bittencourt

		Fiscal		
05/05 a 09/05/2014	Reino Unido	Visitas técnicas ao Reino Unido	Visitas técnicas a instituições relacionadas a assuntos fiscais	Rafael Araujo

Anexo I – D: Resultados COGSF

Tabela 14 - Resultados - COGSF - Principais produtos (por ação)

Aprimoramento do Marco Legal do Mercado de Crédito Imobiliário				
Produto		Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2014
Nº	Título			
1	Concentração dos Atos na Matrícula do Imóvel	Cria mecanismos legais que permitem a concentração de todas as informações em sistema eletrônico único, com abrangência nacional, de informações sobre ônus das matrículas de imóveis, dando aos negócios jurídicos celebrados com base nos assentos dos Registros de Imóveis a proteção do princípio da boa fé e a prerrogativa de suficiência para atestar a titularidade e os gravames que recaiam sobre o bem imóvel, possibilitando que os títulos emitidos em papel pelas entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação. A proposta objetiva prover segurança jurídica e celeridade para as transações imobiliárias, com resultados positivos para a qualidade das operações de crédito imobiliário e para o controle e fiscalização da Receita Federal, além de: i) estimular a expansão do crédito imobiliário, por meio da sistematização das informações da garantia e reduzir o risco de perda de capital em operações de crédito imobiliário; e ii) maior caracterização dos riscos incorridos nas operações de crédito imobiliário, permitindo a redução gradativa das taxas de juros destas operações.	Medida Provisória nº 656/2014 adota o princípio da concentração de dados nas matrículas dos imóveis, mantidas nos Serviços de Registro de Imóveis.	Medida Provisória 656/2014, convertida na Lei nº xxxx/2014.
2	Criação da Letra Imobiliária Garantida (LIG) como instrumento alternativo de captação de longo prazo no mercado de capitais pelas instituições financeiras para o crédito imobiliário.	O título guarda relação com as características do Covered Bond, com ampla experiência internacional, constituindo um instrumento de dívida do emissor, garantido por um pool de créditos imobiliários, que oferecem lastro e garantia para estas emissões. Na perspectiva do emissor, a letra imobiliária é qualificada como dívida e em grande parte é considerado instrumento financeiro de captação de longo prazo. Na emissão das LIG os ativos que servem de lastro para sua emissão, devem ser suficientes para pagar os investidores de tais letras durante o período de sua maturidade, e, em caso de insolvência do emissor, os investidores têm direitos de forma prioritária sobre o conjunto de ativos em relação aos demais credores da instituição, constituindo uma dupla garantia, contando tanto com o fluxo de caixa da instituição de crédito emissora quanto com os recursos provenientes do conjunto de ativos, destacando-se como importante diferencial frente aos demais instrumentos de captação, como, por exemplo, os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI).	Medida Provisória nº 656/2014 cria a letra imobiliária garantida.	Medida Provisória 656/2014, convertida na Lei nº 13.097/2015.
Desenvolvimento e Alongamento do Mercado de Renda Fixa				
Produto		Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2014
Nº	produto			

1	Ampliação do prazo para emissão de debêntures de infraestrutura, com o objetivo de desenvolver o mercado de capitais e criar fonte de recursos adicional para o financiamento de investimentos de longo prazo, especialmente de projetos de infraestrutura.	Edição de Medida Provisória para permitir que as debêntures de infraestrutura possam ser emitidas até 31/12/2030. Anteriormente, o prazo se extinguiria em 31/12/2015.	Medida Provisória nº 651/2014: i) postergou o prazo final para emissão das debêntures de infraestrutura; e ii) alterou o texto para viabilizar a aquisição dos títulos e valores mobiliários criados pela Lei nº 12.431/2011 por fundos soberanos.	Medida Provisória 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014.
2	2. Fundo de Índice - ETF.	ETF são fundos de investimento cujas cotas são negociadas livremente em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. As negociações dos ativos integrantes do fundo não são tributadas, não podendo se dizer o mesmo das transações das cotas. Considerada a relevância da liquidez das cotas para o sucesso do produto, foi proposta a definição de mecanismo tributário específico para os Fundos de Índice compostos por ativos de renda fixa.	Medida Provisória nº 651/2014 criou o ETF de renda fixa e isentou o veículo de investimento do IR conhecido como “come-cotas”.	Medida Provisória 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014.
3	3. Medidas de estímulos ao acesso de pequenas e médias empresas - PME - ao mercado de capitais brasileiro.	No âmbito do “Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas através do Mercado de Ações”, são propostas medidas que visam, prioritariamente, estimular o acesso de pequenas e médias empresas – PME - ao mercado de capitais no País, via IPO – Oferta Inicial Pública e prover incentivos a investidores de PME.	Medida Provisória nº 651/2014 isenta de imposto sobre a renda o ganho de capital (até 31/12/2023) a alienação de ações emitidas dentro do programa de incentivo à captação de recursos por essas empresas.	Medida Provisória 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014.

Medidas associadas ao mercado de crédito e de incentivo à concorrência bancária.

Produto		Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2014
Nº	produto			
1	Aperfeiçoamentos no marco legal do consignado privado.	As taxas de juros anuais oferecidas aos trabalhadores da iniciativa privada nas operações de crédito consignado são, em média, quase 10 pontos percentuais acima das oferecidas aos funcionários públicos. O mesmo vale para o conveniado empresarial, pessoa física (empresários que não se constituem em pessoa jurídica) também contemplada nesta proposta. Para reduzir tal diferença, a proposta traz maior segurança à instituição financeira, evitando-se que as empresas retenham o valor referente ao pagamento mensal do consignado de seu funcionário e não o repassem à instituição emprestadora. A alteração proposta é transparente para o consignatário, tendo consequência apenas na possível redução da taxa de juros oferecida pela instituição financeira para essas operações.	Medida Provisória nº 656/2014 altera e aperfeiçoa o marco legal do consignado privado.	Medida Provisória 656/2014, convertida na Lei nº 13.097/2015.

2	Alteração do processo de dedução, como despesa, das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica, para efeitos da apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.	A proposta atualiza os valores dedutíveis e passa a permitir a dedução das perdas de créditos vencidos há mais de dois anos nas operações até R\$ 50.000,00, mesmo antes de iniciado o respectivo procedimento judicial. A medida visa reduzir o volume de créditos tributários associados a diferenças temporárias o que, por sua vez, tende a reduzir o spread bancário.	Medida Provisória nº 656/2014 enviado ao Congresso Nacional.	Medida Provisória 656/2014, convertida na Lei nº 13.097/2015.
3	Alienação fiduciária	A proposta altera a Lei de forma a definir a constituição em mora do devedor, a partir do simples vencimento do prazo para pagamento, podendo ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não sendo exigido a assinatura do destinatário. Adicionalmente, para os casos de veículos automotores, poderá o juiz registrar (ou requisitar o registro) de restrição judicial junto aos cadastros do DETRAN. Por fim, a parte interessada poderá requerer diretamente ao juízo da comarca onde foi localizado o veículo com vistas à sua apreensão, sempre que o bem estiver em comarca distinta daquela da tramitação da ação, bastando que em tal requerimento conste a cópia da petição inicial da ação. Com as alterações propostas, espera-se redução nas taxas de juros aplicadas a financiamentos de veículos.	Medida Provisória nº 651/2014 enviado ao Congresso Nacional	Medida Provisória 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014.

Tabela 15 - Resultados - COGSF - Documentos Produzidos

Nº	Assunto
10.039	PL 7.037/2014 Altera a Lei 8.036/1990 que dispõe sobre o FGTS.
10.040	Projeto de Emenda à Constituição Nº 370 de 2013, altera o artigo 192 de Constituição Federal, incluindo parágrafo único que veda a prática de taxas de juros reais superiores a 12% ao ano.
10.041	PL do Senado 26/2014. Quebra de Sigilo bancário das operações ativas de Instituições oficiais de crédito com governos estrangeiros.
10.042	PL 7.022/2013- Fixação do horário mínimo para o encerramento do atendimento ao público pelas instituições financeiras às 16 hrs.
10.043	PL 6.025/2005-Emenda Aglutinativa de Plenário Nº 7, que altera o § único do art.298 para vedar a penhora de dinheiro e de aplicação financeira para efetivação da decisão judicial com tutela antecipada no escopo da reforma do Cód. Processo Civil.

10.044	PL 6.945/2013, que dispõe sobre as cooperativas habitacionais.
10.050	PLS 524/2013-Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras prestarem as informações que especifica aos seus clientes
10.056	PL 7.293/2014 -Destinação mínima de 90% dos guichês de caixa de bancos de lojas de departamentos de supermercados e similares para atendimento de pagamentos de transações de consumo.
10.057	PL 7.060/2014 altera a Lei N°8.177 de 01/03/1991 que estabelece regras para a desindexação da economia e de outras providências e a Lei 8.891 de 20/01/1995 que altera a legislação tributária federal e dá outras providências para equiparar as regras das aplicações em poupança das microempresas e empresas de pequeno porte aquelas pessoas naturais.
10.058	PLC-4/2014 (Proveniente da MP628/2013)- Concessão de crédito pela união ao BNDES de 24 bilhões, extinção ao fundo de recuperação econômica do estado do Espírito santo (FUNRES) e a parte pela união até 1% do capital do BRDE.
10.060	PLS 18/2014, que altera o art. 3° da Lei 11.977 de 07/07/2009, para incluir entre os benefícios do Programa Minha Casa, Minha Vida -PMCMV autoridades e agentes eclesiásticos credenciados por entidades religiosas.
10.062	Decisões N°41, de 15/12/2008 e N° 46, de 06/12/2012, do Conselho do Mercado Comum (CMC), referentes á criação e ao regulamento do fundo Mercosul de garantias para micro, pequenas e médias empresas.
10.063	Projeto Lei do Senado 487/2013- Proposta de reforma do Código Comercial
10.064	PL 6.641/2013- da nova redação ao art.31 A da Lei 4591/64, que dispõe s/ o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.
10.065	PLS 527/2013-Proposta de alterações na Lei 8.955/1994 sobre contrato de franquia empresarial.
10.067	Regulamentação da suspensão de vendas a descoberto para as empresas que se encontram em processo de recuperação judicial.
10.086	PL 7.050/2014, que acrescenta o §70 ao art.3° da Lei 11.977 de 07/07/2009 dispondo sobre a divulgação dos nomes dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida.
10.087	Substitutivo da CFT ao PL 2.084/2011-vedação à retenção parcial de salário ou remuneração similar por instituição financeira para compensar dívidas de crédito rotativo em conta corrente (cheque especial).

Nº	Assunto
10.088	PL 7.361/2014, que altera a redação do art. 2º §V da Lei 6.634/79 para inserir os § 1º, 2º e 3º.
10.089	PLS 65/2014- que altera a Lei 10.257 de 10/07/2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.
10.094	PL 7.055/2014, que altera a Lei 11.977 de 07/07/2009, para estabelecer prioridade das mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar como beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.
10.095	PL 265/2013- Complementar limitação do prazo do regime de intervenção e liquidação extra judicial de instituições em dois anos e vedação ao pagamento de honorários do liquidante com recursos públicos.
10.096	PLS 589/2014- Restabelece a definição de empresa brasileira de capital nacional em nosso sistema legal e dá outras providências.
10.101	PL 4.458/2012 (PLS 16/12)- Dispensa de identificação na compra e venda de moeda estrangeira até US\$ 10 mil. Em fase de sanção presid.
10.105	PL 7412/2014, que propõe alterar a Lei 8.245/91 (lei do inquilinato).
10.106	Substitutivo da CAEIC ao projeto LC 196/12- crédito às micro e pequenas empresas e aos empreendedores ind. Nas dondições do PRONAF.
10.107	PL com 176/2009 (PL 1.014/2007) Obrigatoriedade de anot. das datas de postagem e entrega nas corresp. De cobrança- ratificação do parecer.
10.108	PL 7219/2014, que altera a Lei 11977/2009, para estabelecer prioridade de atendimento no programa "Minha Casa Minha Vida"-PMCMV aos transplantados ou...

10.113	PL 584/11 (apensado ao PL 4397/01)-veda divulgação e publicidade de dados cadastrais de clientes por empresas, associações...
10.120	PL 7617/2014-obrigatoriedade de informação pelas instituições financeiras aos usuários da gratuidade de serviços bancários essenciais em local de grande visibilidade.
10.125	PL 565/2014, que dispõe sobre o programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas aperfeiçoando o cálculo da renda familiar para efeitos de definição dos beneficiários do programa.
10.127	Proposta de criação da Letra Imobiliária Garantida (LIG) como instrumento de captação de longo prazo pelas instituições financeiras e como fonte alternativa de recursos para o crédito imobiliário.
10141	Proposta de Lei complementar N°408, de 2014-isenção de ISS sobre serviço usufruído no exterior, prestado no país ao não residente por instituição brasileira.
10142	PL 7.706/2014-Regulamenta a operação das Companhias de Habitação ou órgãos assemelhados, esclarecendo e consolidando procedimentos operacionais a serem empregados de modo a viabilizar a atuação desses agentes no Sistema Financeiro de Habitação.
Nº	Assunto
1	Projeto de Lei nº6.104, de 2013-altera a Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, para substituir no contexto a expressão "sociedade anônima" por "sociedade por ações".
2	Projeto de Lei nº 7.219, de 2014, que institui o desconto promocional de juros de financiamento em pagamento antecipado de parcela, nas condições que determina.
4	Projeto de Lei nº 7.848, de 2014 altera o art. 26 da Lei nº9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o sistema de financiamento imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.
5	Projeto de Lei nº242 de 2014, que altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, para estabelecer percentual mínimo de quinze por cento do orçamento do programa Minha Casa, Minha Vida seja destinado a empreendimentos ou imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R\$1.600,00.

6	Projeto de Lei nº7.491, de 2014 altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 para tornar obrigatória a implantação de sinalização de trânsito, e de estabelecimento de saúde pública e educação infantil nos projetos habitacionais de interesse social, financiados por agentes financeiros do sistema financeiro da habitação SFH.
7	Projeto de Lei do Senado nº217 de 2014, que altera a Lei nº12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo cartão minha casa melhor.
8	Projeto de Lei nº 7.807, de 2014- vedação à cobrança de taxa de administração negativa nos serviços associados a arranjos de pagamento.
9	Proposta de emenda à constituição nº29, de 2014- veda a alienação do controle acionário do Bando do Brasil pela União até 31/12/2050.
10	Projeto de Lei de conversão nº15/2014 proveniente da medida provisória nº651/2014 dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa; sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimentos por meio da entrega de ativos financeiros; sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros; sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº12.431, de 24 de junho de 2011 e dá outras providências. Projeto em fase de sanção presidencial.
11	Projeto de Lei de conversão nº15/2014 proveniente da medida provisória nº651/2014 dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa; sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimentos por meio da entrega de ativos financeiros; sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros; sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº12.431, de 24 de junho de 2011 e dá outras providências. Projeto em fase de sanção presidencial.
12	Projeto de Lei do Senado nº115, de 2010 incidência dos juros de mora a partir da data da citação inicial somente para as obrigações ilíquidas, mediante alteração do art. 405 do código civil e do art. 219do código de processo civil retificação de parecer anterior.
14	Projeto de Lei nº6.648, de 2013 alteração do art. 1º da Lei nº 10.446/2002 para explicitar a competência da polícia federal em crimes cometidos contra as instituições financeiras somente em casos com repercussão interestadual ou internacional substitutivo da comissão da segurança pública e combate ao crime organizado.
15	Projeto de Lei nº 7.449, de 2014, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de junho de 2009, obrigando a instalação dos equipamentos que especifica nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida PMCMV.
16	Projeto de lei complementar nº96, de 2014-acrescenta dispositivo a lei nº 6530, de 12 de maio de 1978, a fim de dispor sobre o corretor de imóveis associado.
17	Análise do processo 80000.051697/2011-87, que contém proposta de portaria interministerial que aprova procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e agentes financeiros habilitados a operar o

Programa Minha Casa Minha Vida em municípios com até 50 mil habitantes.

Anexo I – E: Resultados – COGAM

Tabela 16 - Resultados - COGAM – Principais produtos por ação

Disseminação de informativos sobre o quadro macroeconômico	
Produto	Breve descrição
Informativo Econômico do Balanço de Pagamentos	Informativo sobre o comportamento das contas externas brasileiras com exposição da trajetória dos componentes das Transações Correntes e das contas Capital e Financeira e de indicadores de dívida externa e de vulnerabilidade externa da economia brasileira.
Informativo Econômico sobre o Mercado de Câmbio	Informativo sobre o comportamento da taxa de câmbio do real e comparação com as taxas de câmbio de outros países e sobre o comportamento do mercado futuro de câmbio contendo as posições dos agentes econômicos nos diversos segmentos desse mercado e no mercado spot.
Informativo Econômico dos Índices de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA e IPCA-15)	Informativo sobre o comportamento da inflação IPCA e IPCA-15, com decomposição do IPCA pelas principais classes de despesa.
Informativo Econômico das Expectativas de Mercado sobre o IPCA	Informativo sobre o comportamento prospectivo da inflação IPCA, com base na avaliação da SPE e de agentes de mercado.
Divulgação prévia do IPCA e do IPCA-15	Recebimento e análise do resultado do IPCA, enviado antes da divulgação oficial do IBGE. Divulgação prévia duas vezes ao mês (IPCA e IPCA-15).
Informativo Econômico dos Índices Gerais de Preços (IGP-10, IGP-M, IGP-DI)	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo as trajetórias para o IPA, IPC e INCC, decomposição do IPA pela ótica dos estágios de produção e pela origem da produção e indicação das principais contribuições de alta da inflação.
Informativo Econômico do Índice de Preços Semanal – IPC-S	Informativo sobre o comportamento da inflação do IPC-S, contendo a trajetória da inflação das principais classes de despesas.
Informativo Econômico do Índice de Preços da Fipe – IPC-Fipe	Informativo sobre o comportamento da inflação do IPC-FIPE, contendo a trajetória da inflação das principais classes de despesas.
Indicadores de Conjuntura - Preços	Informe contendo diversos indicadores sobre os vários índices de inflação.
Indicadores de Conjuntura – Setor Externo	Informe contendo diversos indicadores sobre câmbio, contas externas e de vulnerabilidade às flutuações da taxa de câmbio.
Indicadores de Conjuntura – Economia Internacional	Informe contendo diversos indicadores de produção, de emprego, de finanças públicas, dos mercados de ações e conta corrente, de países selecionados, além do comportamento dos preços de commodities.
Informativo Econômico da Balança Comercial mensal	Informe sobre dados mensais da balança comercial divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.
Informativo Econômico da Balança Comercial semanal	Informe sobre dados semanais da balança comercial divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.
Monitor de Mercado	Informe contendo informações do mercado financeiro, como retornos de títulos, bolsas de valores, mercado de câmbio global, volatilidade do mercado, atuações do Banco Central no mercado de câmbio, cotações do risco soberano (CDS), mercado de juros doméstico e internacional.
Acompanhamento da Conjuntura Internacional	Diariamente há acompanhamento de sites de economia e do mercado financeiro, como Bloomberg, Wall Street Journal, The Telegraph, e informes recebidos de bancos, para discussão interna.
Acompanhamento de divulgações econômicas no exterior	Resumo dos cenários e projeções do World Economic Outlook (WEO-FMI), decisões de taxas de juros nos EUA, entre outros.
Produção de Estudos Macroeconômicos	
Produto	Breve Descrição
Principais impactos na inflação	Levantamento dos principais choques para a inflação ao consumidor em 2014, com avaliação sobre a trajetória para o ano.
Mapa – Preços monitorados	Análise sobre as principais características dos subitens monitorados no IPCA (sazonalidade, regulamentação de reajustes, indexação, base legal, composição da taxa de reajuste) e monitoramento dos impactos sobre a inflação. Ênfase na composição de reajustes da energia elétrica.

Riscos para a inflação	Levantamento e posterior acompanhamento dos principais impactos potenciais para a inflação durante 2014.
Defasagem do preço da gasolina no mercado doméstico	Acompanhamento do impacto no IPCA de equiparação do preço da gasolina ao produtor no mercado nacional com o preço internacional.
Coleta de preços – passagens aéreas	Aprimoramento e implementação de metodologia para replicar o resultado mensal do subitem “passagem aérea” no IPCA.
Produção de cenários macroeconômicos	
Produto	Breve Descrição
Comparativo de preços ao consumidor	Análise e compatibilização das estruturas de índices de preços ao consumidor (IPCA, IPCA-15, IPC-S, IPC-Fipe e Monitor FGV). Comparação da dinâmica dos subitens análogos dos demais índices, para projeção desagregada.
Projeção do IPCA de curto prazo	Elaboração e manutenção de instrumentos de projeção: a) planilha de cálculo da estrutura completa do IPCA; b) planilha simplificada de resultados mensais; e c) modelos econométricos, para simulação do resultado mensal e anual do IPCA.
Divulgação prévia do IPCA e do IPCA-15	Elaboração de planilha para análise do resultado do IPCA, enviado antes da divulgação oficial do IBGE. Divulgação prévia duas vezes ao mês (IPCA e IPCA-15).
Comentários sobre inflação	Análise elaborada logo após a divulgação ao público dos resultados de inflação IPCA, com considerações sobre a dinâmica inflacionária.
Aperfeiçoamento de Instrumentos de Análise dos Dados Econômicos	
Produto	Breve Descrição
Planilhas IPCA, IPCA-15, IPC-S e IPC-Fipe	Aprimoramento das planilhas, com introdução de novos elementos analíticos e otimização de processamento.
Planilhas Balanço de Pagamentos	Reestruturação das planilhas, com introdução de novos elementos analíticos e otimização de processamento.
Novas Apresentações PPT	Revisão das apresentações de divulgação pública relativas aos índices de inflação e Contas Externas

Tabela 17 - Resultados - COGAM - Informativos

Informativo	Breve Descrição	Periodicidade	Encaminhamento	Posição em Dezembro de 2014
Informativo FUNCEX	Apresenta e compila estatísticas publicadas pela FUNCEX, com formato gerencial	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Informativo de IPCA	Apresenta e compila estatísticas publicadas pelo IBGE, com formato gerencial	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Informativo de IPCA-15	Apresenta e compila estatísticas publicadas pelo IBGE, com formato gerencial	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Informativo de IPP	Apresenta e compila estatísticas publicadas pelo IBGE, com formato gerencial	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Informativo de IGP-DI	Apresenta e compila estatísticas publicadas pela FGV, com formato gerencial	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Informativo de IGP-M	Apresenta e compila estatísticas publicadas pela FGV, com formato gerencial	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Informativo de IGP-10	Apresenta e compila estatísticas publicadas pela FGV, com formato gerencial	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Informativo de Indicadores de Conjuntura	Apresenta e compila estatísticas das divulgações de indicadores econômicos e financeiros	Semanal	Circulação interna, por e-mail	Concluído: um informativo por semana
Informativo de Condições de	Apresenta e compila estatísticas de indicadores financeiros	2 vezes ao dia	Circulação interna, por e-mail	Concluído: um informativo por

Mercado				semana
Relatório de Acompanhamento Semanal de Conjuntura Econômica (ASCE)	Descrição e análise das divulgações econômicas da semana, com caráter gerencial. Projeção e avaliação de divulgações futuras.	Semanal	Circulação interna, por e-mail	Concluído: um informativo por semana
Agenda Semanal	Agenda das principais divulgações econômicas da próxima semana	Semanal	Circulação interna, por e-mail	Concluído: um informativo por semana
Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”	Apresentação com a visão do Ministério da Fazenda sobre o comportamento da economia	Esporádico	Divulgado na internet	Concluído
Informativo Econômico da Balança Comercial mensal	Apresenta e compila estatísticas publicadas pelo Banco Central, com formato gerencial	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Informativo Econômico da Balança Comercial semanal	Apresenta e compila estatísticas publicadas pelo Banco Central, com formato gerencial	Semanal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por semana
Informativo Econômico do Balanço de Pagamentos	Apresenta e compila estatísticas publicadas pelo Banco Central, com formato gerencial	Mensal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por mês
Informativo Econômico do Índice de Preços da Fipe – IPC-Fipe	Apresenta e compila estatísticas publicadas pela Fipe, com formato gerencial	Quadrissemana 1	Divulgado na internet	Concluído: quatro informativos por mês
Informativo Econômico do Índice de Preços Semanal – IPC-S	Apresenta e compila estatísticas publicadas pela FGV, com formato gerencial	Quadrissemana 1	Divulgado na internet	Concluído: quatro informativos por mês
Informativo Econômico sobre o Mercado de Câmbio	Apresenta e compila estatísticas publicadas pelo Banco Central, com formato gerencial	Semanal	Divulgado na internet	Concluído: um informativo por semana
Informativo sobre evolução de expectativas de mercado	Apresenta expectativas de agentes de mercado e da Coordenação sobre o comportamento futuro do IPCA	Mensal	Circulação interna, por e-mail	Concluído: um informativo por mês

Tabela 18 - Resultados - COGAM - Participação em eventos

Data	Local	Evento		Participante
27/11/2014	Rio de Janeiro - RJ	Brasil: retomada do crescimento e redução da inflação requerem ajustes em 2015	O seminário permitiu troca de opiniões e melhor entendimento a respeito dos cenários futuros para a economia brasileira.	Jonathas Delduque

Anexo I – F: Resultados COGAS

Tabela 19 - Resultados - COGAS - Informativos mensais

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro/2014
Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE)	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
PIM – construção civil	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
PIM – Bens de capital	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
PIM Regional	Informativo mensal da produção industrial regional	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Indicadores industriais CNI	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela CNI	Divulgação na primeira quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Indicadores ANFAVEA	Informativo mensal da produção, vendas e exportações de autoveículos	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Índice de Atividade da FIESP	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela FIESP	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE)	Informativo mensal dos segmentos do comércio.	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Sondagem do Consumidor e da Indústria da FGV	Informativo Mensal sobre as expectativas de consumidores e da indústria	Divulgação no último decêndio do mês	Manutenção de base de dados atualizada e divulgação interna para equipe da SPE e do Ministério quando solicitado.
Pesquisa Mensal de Serviço (PMS/IBGE)	Informativo mensal dos segmentos da prestação de serviço.	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais

Tabela 20 - Resultados - COGAS - Informativos semanais

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro/2014
Indicadores do nível de atividade	Informativo com os principais indicadores econômicos	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.

Tabela 21 - Resultados - COGAS – Outros produtos por ação

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro/2014
Relatório de acompanhamento dos setores industriais			
Boletim setorial	Tabelas de acompanhamento do desempenho dos setores industriais, contendo informações sobre nível de atividade e balança comercial	Divulgação interna	Atualização mensal. Foram produzidos 12 boletins mensais.
Acompanhamento de indicadores contábeis			
Desempenho econômico-financeiro dos setores econômicos	Relatório com indicadores de liquidez, endividamento, rentabilidade e investimentos dos setores econômicos dos últimos 5 anos	Divulgação 3 semanas após a publicação das Informações Trimestrais (ITR), que ocorre, geralmente, 45 dias após o fechamento do trimestre.	Elaboração trimestral: Publicação de 4 relatórios trimestrais ao longo do ano

Participação na elaboração do documento “Reformas Microeconômicas 2011-2014”			
Reformas Microeconômicas 2011-2014	Detalhamento das principais medidas microeconômicas realizadas nos últimos 4 anos	Consolidação de um relatório final.	Publicação de um relatório final.

Tabela 22 - Resultados - COGAS - pareceres

Parecer n.º	Assunto	Responsável	Data
1	Ofício nº 150/2013/CAMEX - Aperfeiçoamento e inclusão de produtos no REPORTO.	Malaquias	02/01/2014
2	Solicitação de suspensão do IPI para importação de equipamentos de cotenção de vazamento de petróleo posição NCM 84.31.43.90	Frederico	02/01/2014
4	Proposta de alterações nos textos dos dispositivos dos decretos nº 6.634/2008 e nº 6.814/2009; e revigação do decreto nº 3.560/2000.	Mandai	30/01/2014
14	PLS Nº 2013/00475 - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito para financiamento da aquisição de equipamentos de geração de energia eólica fotovoltaica de capacidade reduzida.	André	13/02/2014
36	Avaliação da Minuta de Decreto que altera o Decreto nº 7.819/2012.	André	21/03/2014
10.048	Emenda à MP 638	Saulo	16/04/2014
10.055	Medida provisória nº 641, de 21 de março de 2014 - Emendas apresentadas perante a Comissão mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 00641, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.	Mandai	08/05/2014
10.066	Alteração do Decreto nº 5.906/2006, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação - Minuta de decreto.	Josélia	16/05/2014
10.068	Projeto de lei em fase de sanção.	Saulo	20/05/2014
10.075	Análise de Projeto de Lei de Conversão da MP 638.	Saulo	05/06/2014
10.085	Programa Nacional de Plataformas do conhecimento	Josélia	24/06/2014
10.097	Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 14.	Saulo	02/07/2014
10.098	Política Nacional da Indústria de Defesa.	Saulo	02/07/2014.
10.118	Ampliação do REPORTO.	André	18/08/2014.
10.119	Alíquota de IPI para piso maciço de madeira.	André	21/08/2014
10.126	Prorrogação do Programa de Inclusão Digital	Josélia	08/09/2014
10.136	Pleitos Tributários do IBGM	Inácio	09/10/2014
10.139	Alteração da relação dos produtos excluídos da isenção ou redução IPI- Anexo II do Dec. 5.906/2006 alteração do valor de referência dos roteadores- Dec. Nº 7.981 e aumento do IPI para DVR	Hébrida	30/10/2014
1 / COGAS	Projeto de Lei de conversão Nº 15/2014- proveniente da medida provisória Nº 651/2014-dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa; sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros; sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros; sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências-projeto em fase de sanção presidencial.	Hébrida	06/11/2014
2 / COGAS	Projeto de Lei de conversão Nº 15/2014- proveniente da medida provisória Nº 651/2014-dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa; sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros; sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros;	Hébrida	06/11/2014

	sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e média; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências- projeto em fase de sanção presidencial.		
3 / COGAS	Projeto de Lei de conversão Nº 15/2014- proveniente da medida provisória Nº 651/2014-dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa; sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros; sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros; sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e média; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências- projeto em fase de sanção presidencial.	Josélia	06/11/2014
4 / COGAS	Pleito de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre as bebidas alimentares à base de arroz.	Mandai	26/11/2014
5 / COGAS	Proposta de elevação do IPI para o produto nobreak.	Saulo/ Josélia	05/12/2014
6 / COGAS	Alteração do Programa de Incentivo à Inovação, Tecnologia e Adensamento da Cadeia Produtiva de veículos Automotores-Inovar-Auto	Saulo	05/12/2014
10.144	Análise da minuta de decreto - REINTEGRA	Mandai	22/12/2014
9 / COGAS	Projeto de Lei de Conversão nº 18/2014 - Proveniente da MP nº 656/2014	Hébrida	30/12/2014
10 / COGAS	Projeto de Lei de Conversão nº 18/2014 - Proveniente da MP nº 656/2014	Saulo	30/12/2014
11 / COGAS	Projeto de Lei de Conversão nº 18/2014 da MP Nº 656/2014, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera art. 46 da Lei nº 12715, de 17 de Setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição da mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências.	Hébrida	30/12/2014
12 / COGAS	Projeto de Lei de Conversão nº 18/2014 da MP Nº 656/2014, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera art. 46 da Lei nº 12715, de 17 de Setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição da mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências.	Hébrida	30/12/2014

Tabela 23 - Resultados - COGAS - Participação em Seminários

DATA	LOCAL	EVENTO	PARTICIPANTES
------	-------	--------	---------------

04/09	Rio de Janeiro	Seminário no SENAI – CETIQT: “Visão 2030 – 2º Encontro do Comitê Superior da Indústria Têxtil e de Confecção”	Hébrida Verardo
07/10	São Paulo	Seminário FIESP- Estratégias para a Inovação e Empreendedorismo	Hébrida Verardo

Anexo I – G: Resultados COGSP

Tabela 24 - Resultados - COGSP - pareceres expedidos

Nº	Assunto
18 SPE	Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 3.555, de 2004 - dispõe sobre normas de seguro privado, altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dá outras providências.
10074 SPE	Projeto de Lei nº 7.052, de 2014 - altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.296, de 21 de novembro de 1986, a alínea “p” do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1991 e o art. 63 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.
10090 SPE	Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2013 - altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que “Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.”
10091 SPE	Projeto de Lei nº 6.723, de 2013 - altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estabelecer a possibilidade de se oferecer os recursos de previdência privada como garantia de operações de crédito e dá outras providências.
10100 SPE	Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2013 - altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, para dispor sobre a transferência de veículos pelas empresas seguradoras.
10114 SPE	Projeto de Lei do Senado Federal nº 531, de 2011 - altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1988 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol profissional nas competições.
10115 SPE	Projeto de Lei nº 3.266-C, de 2008 - dispõe sobre microsseguros, estabelece critérios para a autorização de sociedades seguradoras e corretores de seguros especializados; altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
10116 SPE	Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2013 - insere parágrafo único ao art. 779 do Código Civil, a fim tornar obrigatória, nos seguros de automóveis, a cobertura de danos causados por desastres naturais.
10128 SPE	Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014 - dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização, além de outras providências.
10131 SPE	Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 5.466 de 2013, que altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros.
1 COGSP	Projeto de Lei nº 404/2014 - altera os arts. 9º, 18 e 29 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, para dispor sobre o limite máximo das taxas de administração e carregamento dos planos de benefícios de previdência complementar.

2 COGSP	Proposta de alteração da Resolução nº 3922, de 25 de novembro de 2010 - dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
---------	--

Tabela 25 - Resultados – COGSP – notas técnicas expedidas

Nº	Assunto
10009 SPE	Edição de Resolução ad referendum do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que trata da individualização de pagamento de seguros garantia estendida de que trata o art. 13, § 3º, da Resolução CNSP nº 296, de 25 de outubro de 2013.
10016 SPE	Constituição do fundo que tem por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, de que trata a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010.
10020 SPE	Edição de Resolução ad referendum do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que altera a Resolução CNSP nº 295, de 25 de outubro de 2013, que trata da atividade de preposto de corretor de seguros e de previdência complementar aberta.
10043 SPE	Nota Técnica sobre a dedução das contribuições às entidades fechadas de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, instituída pela Lei nº 12.618, de 30 abril de 2012, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.

Anexo I – H: Resultados COGPS

Tabela 26 - Resultados - COGPS - Principais produtos

Participação em discussões sobre elaboração, acompanhamento e redesenho de políticas públicas			
Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2014
Plano Viver Sem Limite	Seminário de Monitoramento do Plano Viver Sem Limites	Ministério da Fazenda, Deputados Rosinha da Adefal e Eduardo Barbosa	Concluído.
Plano Brasil Sem Miséria	Monitoramento da implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria	Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Casa Civil/PR, Ministério do Planejamento, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário	Concluído.
Plano Nacional da Primeira Infância	Participação nas discussões para elaboração de um plano com diretrizes nacionais para a primeira infância	Secretaria de Direitos Humanos	Concluído
Plano Viver Sem Limite	Monitoramento Plano Viver Sem Limites	Ministério da Fazenda, Casa Civil/PR, Ministério do Planejamento, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Ciência e Tecnologia	Concluído.
Pronatec	Regulamentação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec	Secretaria de Política Econômica, Ministério da Educação	Concluído.
Pescador artesanal	Seguro-desemprego do pescador artesanal	Secretaria Executiva/MF, Secretaria de Política Econômica	
Educação	Plano Nacional de Educação – Projeto de Lei nº 8535/2010	Casa Civil/PR, Secretaria de Política Econômica	
Trabalho Decente	Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente - CNETD	Secretaria de Política Econômica, Ministério do Trabalho e Emprego	Concluído.
Demandas Sociais	Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais	Secretaria de Política Econômica, Ministério do Trabalho e Emprego	Concluído.
Plano Viver Sem Limite	Grupo Interministerial de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite	Secretaria Executiva/MF, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Política Econômica	Concluído.
ONGs	Marco Regulatório – ONGs	Secretaria Executiva/MF, Secretaria de Política Econômica	Concluído.
Elaboração de Estudos Diversos			
Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/Participantes	Situação em dezembro de 2014
Custo do Trabalho e Produtividade	Estudo sobre o custo efetivo do trabalho e a produtividade no Brasil	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Desemprego	Estudo sobre a evolução das taxas	Secretário de Política Econômica, Secretário-	Concluído

Jovem	de desemprego entre os jovens	Adjunto de Políticas Macroeconômicas	
Empregabilidade da Pessoa com Deficiência	Estudo sobre o cumprimento da Lei nº 8213/91	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas Tribunal de Contas da União	Concluído
FIES	Estudo sobre a evolução das mensalidades e preços praticados pela UNIESP, instituição cadastrada no FIES	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Plano Nacional de Educação	Avaliação sobre o plano nacional de educação a vigorar pelos próximos 10 anos	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, MEC, MPOG, CC/PR e SRI/PR	Concluído
Primeira Infância	Avaliação sobre educação e cuidados na infância	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Salários-família e maternidade	Avaliação sobre o pagamento dos benefícios financeiros salários-família e maternidade	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e MDS	Concluído
Salário mínimo	Avaliação sobre a evolução do salário mínimo	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Seguro desemprego	Comparação internacional sobre o seguro desemprego	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF	Concluído
Abono e seguro-desemprego	Propostas para o abono salarial e o seguro desemprego	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Seguro defeso	Diagnóstico e propostas de reformas no seguro desemprego pescador artesanal	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído

Medidas de incentivo ao crescimento inclusivo e sustentável

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/Participantes	Situação em dezembro de 2014
Viver Sem Limite (fonte financiamento bens e serviços tecnologia assistiva).	Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012 (Conversão da Medida Provisória nº 550, de 2011) - direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (PIS/Pasep e Cofins).	Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012 (Conversão da Medida Provisória nº 549, de 2011) – reduz a zero das alíquotas PIS/Pasep e Cofins sobre a importação e	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, RFB/MF,	Concluído.

	a receita de venda no mercado interno de produtos destinados a pessoas com deficiência.	PGFN	
Viver Sem Limite (IOF operações de crédito).	Decreto nº 7.726, de 21 de maio de 2012 - reduz a zero a alíquota de IOF incidente sobre operações de crédito para financiamento de bens e serviços de tecnologia assistiva realizadas em instituições financeiras oficiais federais.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, RFB/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (limite de renda e rol de bens financiáveis).	Portaria Interministerial nº 31, de 6 de fevereiro de 2012 – define o limite de renda mensal para enquadramento como beneficiário do financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência e sobre o rol de bens e serviços passíveis de financiamento.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (limite de renda e rol de bens financiáveis).	Portaria Interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012 (revisão Portaria Interministerial nº 31, de 2012) – revisa a regulamentação que dispõe sobre o limite de renda nas operações de crédito para aquisição de bens e serviços de Tecnologia Assistiva e sobre a ampliação do rol dos bens e serviços.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (equalização taxa de juros).	Portaria MF nº. 32, de 08 de fevereiro de 2012 – dispõe sobre o pagamento de equalização de taxas de juros em operações de financiamento para aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (equalização taxa de juros).	Portaria MF nº. 240, de 09 de julho de 2012 (revisão Portaria nº. 32, de 2012) revisa a regulamentação da linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinado às pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (CMN).	Resolução CMN nº 4.050, de 26 de janeiro de 2012 – trata sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras, com operações de crédito para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, BACEN, MPOG, PGFN	Concluído.
Seguro-desemprego (Pronatec).	Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012 – condiciona o recebimento do Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, MEC,	Concluído.

	e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.	STN/MF, PGFN	
--	---	--------------	--

Tabela 27 - Resultados - COGPS - pareceres emitidos

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/Participantes	Situação em dezembro de 2014
Parecer nº 003 - Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 83 de 2013.	“Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o adotando com deficiência ou doença crônica”.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas. SPE/MF	Concluído.
Parecer nº 10059 - Substitutivo do Plano Nacional de Educação aprovado pela Comissão de Assuntos Econômico - CAE.	“Sugestões para o seu aprimoramento, se for o caso, e subsídios técnicos que permitam a defesa do posicionamento junto às comissões temáticas e/ou plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SPE/MF	Concluído.
Parecer nº 10109 – Projeto de Lei nº1332, de 2003.	Estatuto Geral das Guardas Municipais, enviado para sanção presidencial, a esta secretaria não possui a competência técnica exigida para emitir parecer sobre a juridicalidade e constitucionalidade da matéria tratada.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SPE/MF	Concluído.
Parecer nº 19 – Proposta de alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010 – saneamento básico.	“Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências”.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SPE/MF .	Concluído.
Parecer nº 1070 - Projeto de Lei nº 6798/2013 de autoria do Poder Legislativo.	O parecer se refere a “Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal e autarquias, das fundações públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e RFB/MF, PGFN/MF e STN/MF.	Concluído.

Parecer nº 21 - PLS nº 650/2011 altera o parágrafo único do art.73 da Lei nº 11.977. de 7 de julho de 2009.	Para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e RFB/MF, PGFN/MF e STN/MF.	Concluído.
Parecer nº 10076 – Projeto de Lei do Senado nº 193/2003, Atividade profissional de trabalhador em motocicleta.	“Acrescenta parágrafo ao art.166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei 5452, de 1 de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes de trabalho, e dá outras providências”.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e RFB/MF, PGFN/MF e STN/MF.	Concluído.
Parecer nº 22 – Minutas de EM e Decreto – meia-entrada .	Decreto que regulamentam “ o art. 23 da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, para estabelecer mecanismos e critérios a serem adotados na concessão do benefício da meia-entrada aos jovens de baixa renda e aos estudantes”.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e RFB/MF, PGFN/MF e STN/MF.	Concluído.
Parecer nº 10077 – Projeto de Lei nº 4.715-1/1994, de autoria do Poder Executivo.	Que “transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH; que revoga as Leis nºs 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763,de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências”.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e e RFB/MF, PGFN/MF e STN/MF..	Concluído.
Parecer nº 24 – Proposta alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010 – saneamento básico.	Sobre minuta de Decreto Presidencial que “altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Slei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e RFB/MF, PGFN/MF e STN/MF..	Concluído.
Parecer nº 04 – Projeto de Lei nº 6.998, 18 de dezembro de 2013, para subsidiar reunião com a relatoria do Projeto de Lei.	O referido Projeto de Lei dispõe sobre os princípios e regras para políticas públicas para a Primeira Infância em atenção à especificidade e relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento humano, em consonância com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e RFB/MF, PGFN/MF e STN/MF.	Concluído.
Parecer nº 3 – Projeto de Lei que normatiza o financiamento do seguro desemprego previsto no § 4º do artigo 239 da Constituição Federal.	Destaca-se que referido dispositivo constitucional estabelece que o financiamento do seguro-desemprego deve receber contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho supere o índice médio da rotatividade do setor.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e RFB/MF, PGFN/MF e STN/MF..	Concluído.

Anexo I – I: Resultados COGPP

Tabela 28 - Resultados - COGPP - pareceres e Notas técnicas

PARECERES 2014				
Nº Comprot	Proponente	Resumo	Nº PARECER	Técnico responsável
01121774.00 0.439.2014.0 00.000	Senador Marconi Perilo	PLS/7082/2013 - altera os artigos 20 e 24 da lei/8212/1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, para reduzir a contribuição social do empregador e do empregado doméstico; revoga dispositivos da lei/9250/1995; e dá outras providências - Sanção Presidencial	10140/SPE-MF	Marisa
01121774.00 0414.2014.0 00.000	Secretária Geral da Presidência da Republica	Minuta de Projeto de Lei - Dispõe sobre o reajustamento da pensão especial devida às pessoas com deficiência decorrente do uso da Talidomida, e dá outras providências.	10133	Marisa
01121774.00 415.2014.00 0.000	Jandira Ferghali e outros	PEC 421/2014: Emenda: Altera a redação da alínea "e", inciso II do art.34, inciso III do art. 35 , parágrafo único do art. 160 inciso IV do art. 216-A., da Constituição Federal e os arts. 98 e99 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para incluir a determinação de aplicação mínima de recursos por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura nacional.	10134	Marisa
01121774.00 0401.2014.0 00.000	Ministério da Integração Nacional	Projeto de Decreto s/nº e Exposição de Motivos Interministerial - MI/MF nº 0035 de 01 de setembro de 2014 - Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2002, que define os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE.	10132	Marisa
01121774.00 0390.2014.0 00.000	Dep. Ademir Camilo	PLC/405/2014,- Altera o § 1º da Lei-Complementar/94/1998, de 19/02/1998, que 'autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do DF, e dá outras providências", para incluir o município de Paracatu, no Estado de MG, na RIDE.	10129	Marisa
01121774.00 0373.2014.0 00.000	Ministério da Fazenda	Minuta de Projeto de Decreto - Revoga os §§ 4º e 6º do art. 10 do Dec/5563/2005 e Minuta de Exposição de Motivos s/n - MF, de 2013	10124	Marisa
01121774.00 0324.2014.0 00.000	Ministério da Integração Nacional	Minuta de Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, conforme EM/26-MI/2014. Revogação do Dec/6047/2007	10112	Selene
01121774.00 0311.2014.0 00.000		PL/7168/2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, par a consecução de finalidades de interesse público.	10104	Selene
01121774.00 0238.2014.0 00.000	Poder Executivo	PL de conversão nº 10, de 2014 (MP/638/2014) - Altera a lei/12715/2012, que instituiu o programa de incentivos à INOVAR-AUTO	10084	Marisa
01121774.00 0237.2014.0 00.000	Poder Executivo	PL de conversão nº5, de 2014 (MP/632/2013), encaminhado à sanção da Exma Sra Presidente da República, dispendo sobre a remuneração de carreiras e empregados da administração pública.	10083	Selene

01121774.00 0209.2014.0 00.000	Poder Executivo	Projeto de lei de Conversão nº3, de 2014 (MP/631/2013), encaminhado à sanção da Exma. Sra. Presidente da República, dispondo sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, dentre outras providências.	10071	Selene
01121774.00 0140.2014.0 00.000	Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL)	Interpreta o art. 2º, caput e § 2º, da Lei/10.168/2000 de 23/12/2000, com a redação dada pela Lei/10.332/2001 de 19/12/2001, que institui a contribuição de intervenção no domínio econômico destinada a financiar o programa de Estímulos à Interação Universidade-Empresa para o apoio à inovação (CIDE)	10046	Marisa

NOTAS-2014

Nº Comprot	ASSUNTO	Nº Nota	DATA/ EXPEDIÇÃO	
01121774.00 0150.2014.0 00.000	Acórdão 713/2014-TCU - Plenário - Dispõe sobre recomendações e determinações atinentes às propostas normativas concessoras de renúncia tributária do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza-IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI.	10021	15 de Abril de 2014	Marisa
01121774.00 0462.2014.0 00.000	Acórdão/1205/2014/TCU - Plenário - Dispõe sobre recomendações à CCPR, em conjunto com o MF e MPOG, com o objetivo de conhecer e avaliar a estrutura de governança das renúncias tributárias.	10.054	18/12/2014	Marisa

Tabela 29 - Resultados - COGPP - Participação em Seminários, Congressos, Conferências, Fóruns e Palestras

Evento	Instituição Organizadora	Data/ Período
Planejamento e monitoramento estratégico do Ministério da Educação e o exemplo do Enem	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	27 de março de 2014
A utilização das informações de custos no processo decisório da Administração Pública Federal	Secretaria do Tesouro Nacional - STN	25 de Abril de 2014
Oficina sobre a Utilização de Microdados da POF-IBGE	SPE	11/04/2014
Seminário "Migração e Cidadania - Desafios para a Assistência ao Migrante Brasileiro"	Câmara Federal	30 de Abril de 2014
Seminário de Educação Financeira (Semana Nacional de Educação Financeira)	Escola de Admin. Fazendária - ESAF	09 de Maio de 2014
Seminário "Dez anos do Prouni - Balanços e Perspectivas"	Comissão de Educação do Congresso Nacional	20/05/2014
Seminário de Política Fiscal - On the Brazilian Process of Inclusive Growth: Strengths, Weakness and Challenges	Secretaria do Tesouro Nacional - STN - Prof. Ricardo Paes de Barros	26 de Maio de 2014
Treinamento: Equilíbrio Geral Computável Aplicado às Finanças Públicas	Ministério da Fazenda	10 ^e 11/06/2014
Seminário - Produtividade Brasileira - Entendendo como o setor público pode fazer a diferença	SAE/PR	06/08/2014
Equilíbrio Geral Computável Aplicado às Finanças Públicas	Ministério da Fazenda	07 ^e 08/08/2014
Colóquio A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República - CDES	
Workshop Modelo Econométrico /Política Fiscal Verde	SPE, Embaixada Britânica Cambridge Econometrics	14/08/2014 11:00

Introdução à análise de dados amostrais Complexos no R	Secretaria do Tesouro Nacional	15/08/2014
1ª Reunião do GT ONU Habitat III	Ministério das Cidades	27 de agosto de 2014
2ª Reunião do GT ONU Habitat III	Ministério das Cidades	28 de novembro de 2014
Avaliação de Impacto - conceitos, utilidades e desafios	SAE/PR	29/10/2014
Avaliação de Programas e Políticas Públicas	TCU	13 a 17/11/2014
25 Anos dos Fundos Constitucionais	Ministério da Integração Nacional	27 e 28 de novembro
V Seminário Nacional de Fiscalização e controle dos recursos públicos: Fundo de Participação dos Municípios e a repartição das receitas tributárias.	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - Câmara Federal	02 de dezembro de 2014
Seminário "Imposto de Renda da Pessoa Física: Comparações Internacionais, Medidas de Progressividade e Distribuição"	STN - Ministério da Fazenda	12 de dezembro de 2014